

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO — PUC-SP

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião

FRANC CASAGRANDE DA SILVA

“FELIZ A NAÇÃO CUJO DEUS É O SENHOR” (SL. 33.12): Igrejas pentecostais e campo político brasileiro. Um estudo sobre a destradicionalização e retradicionalização do pentecostalismo de direita em Santa Catarina no período de 2018-2022. As influências ideológicas de Olavo de Carvalho também desempenharam um papel significativo na formação das agendas políticas e religiosas.

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Religião sob a orientação do Prof. Dr. Edin Sued Abumanssur

SÃO PAULO

2024

Autorizo exclusivamente para fins autores e autoras e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura _____

Data _____

e-mail: prof.cr.franc@gmail.com

FRANC CASAGRANDE DA SILVA

“FELIZ A NAÇÃO CUJO DEUS É O SENHOR” (SL. 33.12):

Igrejas pentecostais e campo político brasileiro. Um estudo sobre a destraditionalização e retraditionalização do pentecostalismo de direita em Santa Catarina no período de 2018-2022. As influências ideológicas de Olavo de Carvalho também desempenharam um papel significativo na formação das agendas políticas e religiosas.

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Religião sob a orientação do Prof. Dr. Edin Sued Abumanssur

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora

AGRADECIMENTOS

FUNDASP – FUNDAÇÃO SÃO PAULO

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa de Apoio à Pós-graduação da Fundasp, Fundação São Paulo, pela concessão de bolsa de estudos a qual representou uma contribuição importante para a elaboração desta Tese.

AGRADECIMENTOS

CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal De Nível Superior – Brasil (CAPES). Código de Financiamento: 88887.603862/2021-00

AGRADECIMENTOS EM GERAL

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização desta tese. Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela força, sabedoria e discernimento ao longo deste percurso acadêmico.

Um agradecimento especial à minha esposa, Denise Neusi Machado da Silva, pelo amor, compreensão e incentivo inabaláveis. Sua presença ao meu lado tornou este caminho mais leve e possível. Aos meus orientadores e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC-SP, meu sincero agradecimento pela orientação, apoio e ensinamentos que foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Dr. Edin Sued Abumanssur, por sua orientação sábia e constante encorajamento. Sua expertise e apoio foram fundamentais para a realização deste trabalho. Aos professores Dr. João Décio Passos, Dr. Ênio José da Costa Brito, Dr. Wagner Lopes Sanchez e Dr. Suzana Ramos Coutinho, meus sinceros agradecimentos pelo valioso ensino e apoio ao longo desta jornada acadêmica.

Agradeço também à minha família, por seu amor incondicional, paciência e apoio constante. Sem vocês, esta jornada não teria sido possível. À minha mãe, Maria Suzana Casagrande, pelas orações constantes e pelo apoio espiritual, que me deram forças para seguir adiante.

Aos meus amigos e colegas de curso, que compartilharam comigo momentos de estudo, discussões produtivas e incentivo mútuo. A colaboração de vocês foi fundamental para o enriquecimento desta tese. Aos membros da Assembleia de Deus em Santa Catarina e a todos os participantes da pesquisa, que generosamente dedicaram seu tempo e compartilharam suas experiências, proporcionando os dados necessários para a realização deste trabalho.

Agradeço também às instituições e bibliotecas que disponibilizaram recursos e materiais imprescindíveis para o aprofundamento teórico e empírico desta pesquisa. Por fim, sou grato a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Cada contribuição foi valiosa e fundamental para a concretização desta tese.

RESUMO

Esta tese investiga a relação entre movimentos religiosos e o campo político-partidário brasileiro, com foco no pentecostalismo de direita entre 2018 e 2022. A pesquisa analisa a Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP) e sua influência nas eleições presidenciais. Utilizando os conceitos de destradicionalização e modernização reflexiva, desenvolvidos por Anthony Giddens, o estudo examina as transformações dentro do pentecostalismo e suas implicações políticas. Também é explorado o papel da racionalização, conforme descrito por Max Weber, e a influência do Tradicionalismo de Mark Sedgwick na aliança entre o voto evangélico e Jair Bolsonaro. A tese destaca a mobilização religiosa e as alianças estratégicas na formação de um projeto político pentecostal conservador. As influências ideológicas de Olavo de Carvalho também desempenharam um papel significativo na formação das agendas políticas e religiosas.

Palavras-chave: Pentecostalismo; Direita; Destradicionalização; Modernização Reflexiva; Tradicionalismo; Assembleia de Deus; Eleições 2018-2022.

ABSTRACT

This thesis investigates the relationship between religious movements and the Brazilian political-partisan field, focusing on right-wing Pentecostalism between 2018 and 2022. The research analyzes the Convention of Evangelical Churches Assembly of God in Santa Catarina and Southwest Paraná (CIADESCP) and its influence on presidential elections. Utilizing the concepts of detraditionalization and reflexive modernization, developed by Anthony Giddens, the study examines the transformations within Pentecostalism and its political implications. It also explores the role of rationalization, as described by Max Weber, and the influence of Traditionalism, as defined by Mark Sedgwick, in the alliance between evangelical votes and Jair Bolsonaro. The thesis highlights religious mobilization and strategic alliances in forming a conservative Pentecostal political project.

Keywords: Pentecostalism; Right-wing; Detraditionalization; Reflexive Modernization; Traditionalism; Assembly of God; Elections 2018-2022.

Lista de figuras

FIGURA 1. DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS POR REGIÃO EM SANTA CATARINA (2021-2024)	23
FIGURA 2. PROPORÇÃO DE VOTOS EM BOLSONARO E HADDAD POR TIPO DE RELIGIÃO – ELEIÇÕES 2018	60
FIGURA 3. PROPORÇÃO DE VOTOS EM BOLSONARO E LULA POR TIPO DE RELIGIÃO – ELEIÇÕES 2022	61
FIGURA 4. CONGRESSISTAS EVANGÉLICOS POR PARTIDO - 2018	69
FIGURA 5. CONGRESSISTAS EVANGÉLICOS POR PARTIDO — PÓS-ELEIÇÕES DE 2022	70
FIGURA 6. BOLSONARO NO CONGRESSO DOS GIDEÕES EM SANTA CATARINA -2024	87

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A ATUAÇÃO POLÍTICA DA CIADESCP: ESTRATÉGIAS E IMPACTOS.	16
INTRODUÇÃO	16
1.1. HISTÓRICO POLÍTICO DA CIADESCP.....	18
1.2. COMISSÃO PRÓ POLÍTICA DA CIADESCP.....	22
1.3. SEMINÁRIO DA COMISSÃO PRÓ-POLÍTICA	24
1.4. IMPACTOS CULTURAIS.....	30
1.5. DESAFIOS E CRÍTICAS	32
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	33
CAPÍTULO 2: A DINÂMICA DA MODERNIDADE REFLEXIVA E DESTRADICIONALIZAÇÃO	35
INTRODUÇÃO	35
2.1. CRÍTICA AO CONCEITO DE TRADIÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES	35
2.2. CONCEITO DE ÍNDICE NEGATIVO E INFLUÊNCIA NA ASSEMBLEIA DE DEUS	38
2.3. MODERNIDADE REFLEXIVA ENTRE MODERNIZAÇÃO SIMPLES E REFLEXIVA.....	38
2.4. DESTRADICIONALIZAÇÃO ELEMENTO NA REDEFINIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIAIS	41
2.5. PERSPECTIVAS TEÓRICAS ADICIONAIS	42
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	47
CAPÍTULO 3 A DESTRADICIONALIZAÇÃO E RETRADICIONALIZAÇÃO PENTECOSTAL E A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO.....	49
INTRODUÇÃO	49
3.1. DESTRADICIONALIZAÇÃO NA ASSEMBLEIA DE DEUS	50
3.2. RETRADICIONALIZAÇÃO PENTECOSTAL.....	58
3.3. FATOR BOLSONARO	58
3.4. IMPACTOS DA RETRADICIONALIZAÇÃO PENTECOSTAL.....	64
3.6. CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO PENTECOSTAL	67
.....	69
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	72

CAPÍTULO 4	AMBIGUIDADES DO PROJETO POLÍTICO DA CIADESCP.....	75
INTRODUÇÃO		75
4.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA	76
4.2.	AMBIGUIDADES NA ASCENSÃO POLÍTICA PENTECOSTAL	79
4.3.	PROJETOS DE PODER E IDEOLOGIA DO PENTECOSTALISMO ASSEMBLEIANO.....	83
4.4.	TENSÕES E DESAFIOS INTERNOS E EXTERNOS	85
4.5.	SUSTENTABILIDADE E FUTURO DOS PENTECOSTAIS NO CAMPO POLÍTICO.....	88
	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	92
	CONCLUSÃO	94
	BIBLIOGRAFIA.....	97
ANEXO A	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
ANEXO B.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	

Introdução

O pentecostalismo é um dos movimentos religiosos mais influentes e de crescimento mais rápido no Brasil. Desde sua chegada ao país, no início do século XX, tem desempenhado um papel relevante no sentimento de pertencimento religioso de milhões de brasileiros. Nas últimas décadas, especialmente, as igrejas pentecostais, como a Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, afiliadas à Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP)¹, têm ampliado sua influência para além do campo religioso, impactando também a esfera política. Este movimento tem se intensificado, principalmente, nos períodos eleitorais, como nas eleições de 2018 e 2022, onde a mobilização política de líderes e fiéis pentecostais foi pública.

O envolvimento político das instituições religiosas no Brasil tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente no contexto das Assembleias de Deus. Esta pesquisa se concentra no papel da CIADESCP, uma das maiores convenções regionais do sul do Brasil, na política contemporânea. A CIADESCP, com sua vasta rede de igrejas e fiéis, tem demonstrado uma capacidade significativa de mobilização política e influência nas decisões políticas locais e nacionais.

Desde sua fundação em 1948, a CIADESCP não apenas cresceu em número de fiéis, mas também ampliou seu impacto na sociedade. Com cerca de 300 mil membros e congregados, a Convenção tem utilizado sua estrutura organizacional para promover engajamento comunitário e defender valores cristãos na esfera pública. Este estudo pretende explorar como essa organização religiosa tem desempenhado um papel capital na formação de políticas públicas e na eleição de representantes políticos que compartilham de seus princípios e ideais.

A presente pesquisa buscou investigar de que maneira a CIADESCP influencia o cenário político em Santa Catarina e quais são os impactos de suas estratégias de engajamento. A partir de uma análise detalhada, pretendeu-se compreender como a Convenção se posiciona e atua no campo político, afetando tanto o processo eleitoral quanto a elaboração de políticas públicas. Este problema é relevante, pois a interferência de instituições religiosas na política levanta questões sobre a separação entre Igreja e Estado e os possíveis efeitos dessa influência na governança democrática.

¹ (CIADESCP, 2024)

Entender o papel da CIADESCP no contexto político atual é essencial para avaliar os limites e possibilidades de uma atuação religiosa na esfera pública e suas consequências para a sociedade catarinense. A falta de uma análise aprofundada sobre a CIADESCP e seu papel na eleição de candidatos e na promoção de políticas públicas que refletem seus valores e crenças impede uma compreensão mais ampla das dinâmicas entre religião e política no contexto catarinense contemporâneo. Este estudo visou preencher essa lacuna, oferecendo uma visão detalhada das estratégias de mobilização política da CIADESCP e seu impacto no cenário político de Santa Catarina.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a influência política da CIADESCP no contexto das eleições de 2018 e 2022 em Santa Catarina, bem como avaliar o impacto de suas estratégias na formação de políticas públicas. Por objetivos específicos buscou-se identificar as principais estratégias políticas adotadas pela CIADESCP; avaliar o impacto dessas estratégias nas políticas públicas locais; investigar a mobilização da comunidade de fiéis em prol de candidatos e causas apoiadas pela Convenção e analisar a formação de líderes políticos dentro da CIADESCP e seu papel na política regional.

A revisão da literatura destaca a crescente influência das instituições religiosas na política brasileira, com ênfase no papel das Assembleias de Deus. Estudos anteriores mostram que essas instituições têm se tornado atores políticos significativos, utilizando sua capacidade de mobilização para influenciar eleições e políticas públicas. Paul Freston ² argumenta que o crescimento rápido dessas igrejas, combinado com uma estrutura organizacional eficaz, permite uma influência considerável no cenário político. Ricardo Mariano ³ discute como as igrejas evangélicas têm adotado estratégias políticas sofisticadas para se posicionarem como atores influentes.

Além da mobilização de fiéis, essas igrejas têm investido na formação de líderes políticos, estabelecendo parcerias com partidos e promovendo candidatos que defendem seus valores. Santos⁴ também analisa a trajetória das Assembleias de Deus no Brasil, destacando seu papel crescente na política. Desde a década de 1980, as Assembleias de Deus têm intensificado sua participação política, tanto através de candidaturas próprias quanto de alianças com partidos políticos. Essas estratégias políticas incluem a mobilização de fiéis para apoiar candidatos

² (Freston, *Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*, 1993)

³ (MARIANO, *Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil*. , 2005)

⁴ (SANTOS, 1996)

específicos, a organização de eventos políticos em igrejas e a promoção de uma agenda política conservadora.

Os conceitos teóricos de adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições e destradicionalização, desenvolvidos por Anthony Giddens e outros teóricos, oferecem uma lente útil para analisar a atuação política da CIADESCP. Giddens argumenta que a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições envolve uma reavaliação contínua das tradições e práticas sociais, levando a um questionamento constante das normas estabelecidas. Beck, Giddens e Lash discutem como a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições afeta as instituições religiosas, que precisam adaptar suas práticas e crenças às novas realidades sociais e culturais. Bauman complementa essa discussão ao introduzir o conceito de modernidade líquida, que descreve a fluidez das relações sociais e a constante mudança das estruturas sociais.

A racionalização, conforme descrita por Max Weber,⁵ também é relevante para esta análise. Weber argumenta que a racionalização das esferas sociais, incluindo a religião, resulta em uma maior burocratização e sistematização das práticas religiosas. No contexto do pentecostalismo, Alencar⁶ reforça que o pentecostalismo no Brasil, representado por denominações como a Assembleia de Deus, é periférico, simples e marginal, e cresceu entre os pobres. Isso contribui para a compreensão de como essas igrejas conseguem mobilizar grandes contingentes de fiéis e influenciar o cenário político.

Para orientar a Pesquisa elaboramos três questões de partida. Quais são as estratégias políticas utilizadas pela CIADESCP para influenciar o cenário político em Santa Catarina? Como a CIADESCP mobiliza sua comunidade de fiéis para apoiar candidatos e causas políticas? Qual é o impacto dessas estratégias nas políticas públicas locais?

Nossas Hipóteses dão conta que a CIADESCP utiliza suas estruturas eclesiásticas e a comissão pró-política para mobilizar seus fiéis de forma significativa, influenciando os resultados eleitorais e a formulação de políticas públicas em Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná. As estratégias políticas da CIADESCP são eficazes na promoção de candidatos e causas alinhadas com seus valores religiosos, resultando em uma presença notável de representantes

⁵ (WEBER, 2004)

⁶ (ALENCAR, Protestantismo Tupiniquim: Hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira, 2005)

políticos evangélicos no cenário estadual. A mobilização da comunidade de fiéis pela CIADESCP fomenta a formação de políticas públicas que refletem os princípios e valores da sua agenda conservadora. O processo de destradicionalização e retradicionalização desempenha um papel importante na forma como a CIADESCP articula sua participação política.

Esta pesquisa foi ancorada na sociologia da religião, mas é conduzida por um cientista da religião que utiliza métodos das ciências empíricas da religião. O pesquisador é membro da Assembleia de Deus em Santa Catarina, o que lhe permitiu um acesso às atividades internas da CIADESCP. A abordagem adotada é qualitativa, empregando múltiplos métodos de coleta de dados, incluindo acompanhamento e registro de eventos por meio de gravações de áudio de algumas reuniões e relatórios de campo⁷, bem como a análise de literaturas internas publicadas durante o período de realização da pesquisa (2021-2023).

Vale destacar que, a pedido das fontes, seus nomes não serão citados na construção do texto. O pesquisador participou ativamente dos eventos da comissão pró-política, bem como das Escolas Bíblicas e cultos. A análise dos dados será conduzida através de uma perspectiva teórica fundamentada nas obras de Anthony Giddens e Zygmunt Bauman, enfocando os conceitos de adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, destradicionalização e modernidade líquida. Esta abordagem permite uma compreensão aprofundada das interações entre religião e política no contexto brasileiro contemporâneo.

A tese está organizada da seguinte maneira: O Capítulo 1 aborda a atuação política da CIADESCP, incluindo seu histórico e inserção no campo político, além das estratégias de mobilização política e seus impactos na sociedade. O Capítulo 2 discute a dinâmica da adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições e destradicionalização, aplicando esses conceitos ao contexto das Assembleias de Deus. O Capítulo 3 analisa a destradicionalização e retradicionalização pentecostal e a construção de um projeto político dentro da CIADESCP, explorando o impacto dessas dinâmicas. Esse processo também pode ser analisado pelas lentes do biopoder e das relações sociais de poder conforme Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Achille Mbembe.

O Capítulo 4 examina as ambiguidades e dilemas éticos enfrentados pela CIADESCP em sua atuação política, refletindo sobre a sustentabilidade e o futuro do projeto político pentecostal. O estudo se concentra nas atividades da CIADESCP em Santa Catarina e Sudoeste

⁷ (PRÓ-POLÍTICA.CIADSCP, 13 maio 2023)

do Paraná, durante o período de 2018 a 2022. Não foram analisadas outras convenções pentecostais ou períodos anteriores a este intervalo de tempo. A pesquisa também se limita à análise qualitativa dos dados coletados, sem a inclusão de métodos quantitativos.

Espera-se que esta pesquisa contribua significativamente para a compreensão do papel das igrejas pentecostais na política brasileira, oferecendo uma análise detalhada e crítica das estratégias de mobilização e das dinâmicas de destradicionalização e retradicionalização. Além disso, pretende-se somar a outras bases teóricas sólidas para futuras investigações sobre a interação entre religião e política, bem como fornecer referências teóricas para aqueles que se ocupam da pesquisa e educação na área de ensino religioso, além de recomendações práticas para formuladores de políticas e líderes religiosos.

A análise das estratégias políticas adotadas pela Convenção e seu impacto nas políticas públicas locais colabora com reflexões importantes para pesquisadores, políticos e líderes religiosos interessados na interseção entre religião e política. Além disso, a pesquisa apresenta uma base teórica consolidada para futuros estudos sobre a destradicionalização e a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, aplicando esses conceitos ao contexto das Assembleias de Deus. As contribuições práticas incluem recomendações para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e a promoção de um diálogo construtivo entre atores religiosos e políticos.

A pesquisa está limitada ao contexto específico de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, e às eleições de 2018 e 2022, o que pode restringir a generalização dos resultados para outros estados ou períodos eleitorais. Além disso, a análise qualitativa baseada em convivência e observação participante pode estar sujeita a vieses interpretativos, embora medidas foram tomadas para garantir a objetividade e rigor metodológico. Outra limitação é a dificuldade em acessar documentos e dados internos da CIADESCP, que podem não estar disponíveis publicamente. No entanto, a combinação de diferentes métodos de coleta de dados e a triangulação das informações obtidas ajudaram a mitigar essas limitações, proporcionando uma análise robusta e confiável dos impactos políticos da Convenção. A abordagem qualitativa e o acesso do pesquisador às atividades internas da CIADESCP são fatores que fortalecem a robustez e a validade dos resultados obtidos.

Capítulo 1: A atuação política da CIADESCP: estratégias e impactos.

Introdução

A Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP) constitui um elemento integrante do movimento pentecostal brasileiro. Desde a sua fundação em 1948, a CIADESCP expandiu significativamente sua base de fiéis e teve uma participação ativa em questões sociais e políticas. Este capítulo pretende examinar o papel da CIADESCP no contexto político brasileiro, destacando como suas iniciativas e impactos ultrapassam as fronteiras eclesiásticas, influenciando tanto a governança quanto a sociedade civil nos níveis local e nacional.

A sede da CIADESCP está situada na Av. Marcos Konder, 1313 – Centro – Itajaí/SC – Edifício Liberty 10º Andar Cobertura 02 – CEP 88301 904, onde a Convenção coordena suas atividades e administração central. A organização é composta por 304 campos eclesiásticos, igrejas sedes por cidade, que representam a Convenção nos municípios dentro do Estado catarinense. Esses campos eclesiásticos abrangem um total de cerca de 8300 mil pessoas, entre membros e congregados, que participam das atividades e serviços oferecidos pela CIADESCP.

Essa estrutura organizacional permite que a Convenção atenda às necessidades espirituais e sociais de parcela da população onde suas igrejas atuam, promovendo a fé e o engajamento comunitário. Conforme Santos (1996)⁹, ao longo dos anos, a presidência da CIADESCP foi ocupada por diversos pastores, incluindo Pastor Virgil F. Smith (1948), Pastor João Ungur (1953), Pastor Satyro Loureiro (1963), Pastor Clemente Kusma (1966), Pastor Antonio Lemos (1959), Pastor Nirton dos Santos (1974), Pastor Osvaldo Lemos dos Santos (1979), Pastor Nirton dos Santos (1980), Pastor Valdumiro Souza (1983), Pastor Pedro Isidoro Cardoso (1985), Pastor Nirton dos Santos (1986). No texto de SANTOS (1996), não consta o Pastor Arcelino Victor de Mello (2005) e Pastor João Ceno Ohlweiler (2011). Esses líderes desempenharam um papel considerável no desenvolvimento e na expansão da influência da CIADESCP ao longo dos anos.

O Presidente da CIADESCP, também exerce a presidência da Assembleia de Deus em Blumenau/SC e lidera a CIADESCP (2017). Sua atuação na orientação e coordenação das atividades da igreja local e da Convenção, assegurando a continuidade dos trabalhos e a

⁸ (CIADESCP, 20224).

⁹ (SANTOS, 1996, p. 194)

fidelidade à missão e valores da Assembleia de Deus catarinense. Como presidente, desempenha um papel pontual na tomada de decisões estratégicas, no suporte aos obreiros e na promoção do crescimento e unidade da igreja e da CIADESCP.

Estabelecida em um período de expansão pentecostal no Brasil, a CIADESCP rapidamente se consolidou como um polo de poder religioso em Santa Catarina e no sudoeste do Paraná. Com uma missão de promover a união entre as igrejas Assembleias de Deus, a aderência à Palavra de Deus e o engajamento na missão evangelística, a Convenção expandiu-se em número e influência.

A Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP) toma diversas decisões relativas às igrejas filiadas. Dentre estas, destaca-se a gestão da movimentação de pastores e líderes entre as congregações, uma medida que visa atender às necessidades e demandas específicas de cada uma delas. Além disso, a Convenção é responsável por estabelecer diretrizes e orientações que visam preservar a unidade doutrinária e manter as práticas eclesiais consistentes dentro da denominação.

Embora a CIADESCP permita a aprovação de cursos teológicos, ela não possui um Conselho de Educação e Cultura (CEC), o que resulta na proliferação de cursos de curta duração e baixa qualidade e programas de formação teológica. Essa iniciativa garante que os líderes e obreiros sejam adequadamente capacitados, promovendo liderança para o serviço religioso. Essas ações refletem o compromisso da Convenção em fortalecer sua rede e melhorar continuamente o suporte às suas igrejas filiadas. A ausência do Conselho de Educação e Cultura (CEC) na CIADESCP limita significativamente a qualidade e profundidade da formação teológica oferecida aos seus membros.

A presença das igrejas evangélicas na esfera política brasileira não é um fenômeno recente, mas tem conquistado visibilidade e poder crescentes nas últimas décadas. A CIADESCP, como uma Convenção regional, ocupa uma posição central neste movimento. Por meio de seus líderes e da mobilização de sua base de fiéis, a Convenção tem capacidade de influenciar eleições e políticas públicas em diversos níveis.

Líderes da CIADESCP frequentemente ocupam cargos políticos ou atuam como influenciadores em questões morais e sociais alinhadas com valores cristãos conservadores. Além disso, a Convenção serve como um terreno propício para o recrutamento de candidatos políticos que defendem seus valores em esferas municipais, estaduais e federais.

Por intermédio de programas de educação e capacitação, a CIADESCP prepara seus membros não apenas para o serviço eclesial, mas também para o engajamento cívico.

Seminários sobre cidadania, oficinas sobre legislação e fóruns de discussão política são frequentes, todos com o objetivo de formar uma base eleitoral informada e ativa.

O engajamento da CIADESCP na política vai além de campanhas eleitorais. A Convenção mantém uma presença ativa na elaboração de políticas, especialmente aquelas que impactam a liberdade religiosa, a educação e questões morais e éticas. Sua influência é perceptível no modo como temas como casamento, educação sexual nas escolas e aborto são tratados nos fóruns legislativos.

1.1. Histórico Político da CIADESCP

A criação em 15 de março de 1931 e o início das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus em Santa Catarina ocorreram 11 anos antes da primeira visita dos missionários suecos ao estado. O fundador, Gunnar Vingren, iniciou a missão missionária no Sul do Brasil em 1920, chegando à cidade de Tubarão, em Santa Catarina¹⁰. A atuação de diversos crentes, mesmo de forma anônima, contribuiu para o crescimento do assembleianismo desde os primeiros passos, marcando o surgimento das primeiras igrejas Assembleia de Deus na região.

O termo assembleianismo é comumente associado às práticas e teologia da Assembleia de Deus. Tradicionalmente, o termo é usado para descrever aspectos religiosos. No entanto, proponho uma reinterpretação do assembleianismo como um fenômeno de destradicionalização¹¹ política dentro da Assembleia de Deus no Brasil, analisando como a denominação tem influenciado e sido influenciada pelo cenário político regional.

O assembleianismo, uma denominação dentro do pentecostalismo, caracteriza-se por uma estrutura organizacional que combina elementos dos modelos episcopal e congregacional.

No contexto norte-americano, as Assembleias de Deus se aproximam mais do modelo de governo presbiteral. Por outro lado, no contexto brasileiro, nossa igreja reúne elementos dos sistemas episcopal e congregacional. É, portanto, um modelo híbrido. Isso porque até o início dos anos 1930, a Assembleia de Deus, por haver sido fundada por batistas, seguia o modelo congregacional. Contudo, esse sistema de governo sofreu modificações a partir da criação da

¹⁰ (SANTOS, 2016, p. 31.)

¹¹ No Capítulo 3 desta tese, o conceito de destradicionalização será aprofundado, explorando suas dimensões teóricas e práticas dentro do contexto da Assembleia de Deus.

Convenção Geral de 1930, quando elementos do modelo episcopal foram somados a sua estrutura de governo. Assim, no atual modelo de governo.¹²

Este arranjo único surgiu da necessidade de adaptar a governança eclesiástica às demandas de uma denominação em rápida expansão e diversificação global. Inicialmente, influenciado por suas raízes batistas, o assembleianismo adotava predominantemente um modelo congregacional, concedendo às igrejas locais autonomia. Decisões importantes eram tomadas “democraticamente” pelos membros da congregação local, refletindo uma prática descentralizada.

No entanto, a formação da Convenção Geral em 1930 marcou um ponto de inflexão na governança da denominação. Com essa mudança, aspectos do modelo episcopal foram introduzidos, estabelecendo uma camada de autoridade centralizada que supervisiona as igrejas em uma determinada região ou mesmo nacionalmente. Esse desenvolvimento foi motivado pela necessidade de uma coordenação convencional e uma unidade de direção e doutrina à medida que a denominação crescia.

As principais características e implicações da estrutura híbrida do assembleianismo incluem a promoção de unidade e direção, onde a centralização da autoridade ajuda a manter a consistência doutrinária e operacional entre as igrejas globalmente dispersas. A estrutura episcopal contribui para uma maior eficiência na tomada de decisões, permitindo que a denominação responda de forma mais rápida e coordenada a questões transversais, como crises, políticas doutrinárias e iniciativas missionárias. Ao mesmo tempo, a integração da autonomia local do modelo congregacional com a orientação central do modelo episcopal cria um equilíbrio que permite flexibilidade local, juntamente com coesão e integridade global. Além disso, a autoridade das Convenções Estaduais e da igreja-sede em designar líderes pastorais assegura a continuidade das políticas e a estabilidade da liderança dentro da comunidade.

O assembleianismo, sem uma teologia definida e uniforme, incorpora elementos de várias correntes teológicas contemporâneas. Isso inclui a teologia da prosperidade, que vê a fé como um meio para alcançar benefícios materiais e sucesso financeiro; a teologia do poder, que destaca o poder do Espírito Santo para realizar milagres e transformações; e a teologia da batalha espiritual, que foca na luta contra forças espirituais do mal. Essas influências conferem

¹² (GONÇALVES, J, 2024. p, 65.)

ao assembleianismo uma complexidade que varia em diferentes contextos regionais, como no Sul do Brasil.

A partir deste ponto, utilizarei o termo Assembleianismo para me referir à Assembleia de Deus em Santa Catarina. Este termo é escolhido por encapsular as características específicas da estrutura e funcionamento que foram detalhadas anteriormente. A denominação em Santa Catarina exemplifica uma união entre a centralização da autoridade, que garante consistência doutrinária e operacional, e a eficiência na resposta a questões transversais através de uma estrutura episcopal. Simultaneamente, mantém um equilíbrio com a autonomia local, típica do modelo congregacional, proporcionando flexibilidade junto à integridade global. Essa dualidade de governança, juntamente com a contínua estabilidade de liderança assegurada pelas Convenções Estaduais e pela autoridade da igreja-sede em designar líderes pastorais, fundamenta o uso do termo Assembleianismo como uma descrição adequada e específica para a Assembleia de Deus nessa região.

As primeiras incursões no campo político por parte do assembleianismo, que ocorreram em meados do século XX, representam um marco significativo na história da denominação evangélica na região. Essa atuação política evidencia a influência e participação ativa da igreja em questões sociais e políticas locais.

Ao se envolver no cenário político, o assembleianismo de 1940, demonstra seu interesse em contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade, buscando influenciar decisões e políticas públicas que estejam alinhadas com seus valores e crenças. Essa participação também reflete a preocupação da denominação em promover sua visão de mundo, muitas vezes reticente quanto à justiça social, a ética e a moralidade na esfera política. Cabe ressaltar a contradição interna diante da resistência das lideranças assembleianas às pautas relacionadas à justiça social.

Portanto, as incursões no campo político por parte da Assembleia de Deus não apenas evidenciam sua presença ativa na sociedade, mas também ressaltam seu papel como agente de transformação e influência em questões sociais e políticas da região de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná.

Segundo, SANTOS (2016)¹³, durante o governo de Getúlio Vargas, a influência política se fez presente nas Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus em Tubarão cidade ao Sul de Santa Catarina, evidenciada pela censura permanente e pela comunicação imediata de

¹³ (SANTOS, 2016, p.189.)

qualquer confusão pública ao Serviço Nacional de Informações. Em um episódio específico, briga entre pentecostais e católicos, assessores do Presidente Vargas foram informados sobre um acontecimento na região Sul do país, levando ao envio de um comunicado oficial ao interventor do Estado catarinense, Dr. Nereu Ramos. Essa interação entre a esfera política e religiosa resalta a complexidade das relações entre o poder político e as instituições religiosas, demonstrando como questões políticas podem impactar diretamente a atuação e a história das igrejas na região.

A presença da influência política ao longo do tempo no assembleianismo sugere a interpretação do contexto histórico e social em que essa instituição religiosa se desenvolveu. A instauração da censura permanente e a comunicação direta de eventos públicos ao governo central durante o governo de Getúlio Vargas ilustra a complexa relação entre política e religião na região.

As estratégias de atuação política de instituições religiosas, como as Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus ligadas à CIADESCP, incluem diversas abordagens para influenciar decisões e políticas públicas. Uma estratégia comum é a mobilização da comunidade de fiéis para participar ativamente do processo político, seja por meio de campanhas de conscientização, participação em eleições ou pressão por determinadas pautas.

Além disso, o assembleianismo frequentemente estabelece parcerias com líderes políticos e partidos que compartilham valores e interesses comuns, buscando ampliar sua influência e representatividade nas esferas de poder. Outra abordagem significativa é o engajamento em debates públicos sobre temas relevantes, com o objetivo de promover a visão e os valores da instituição na sociedade e influenciar a opinião pública e as decisões políticas.

É do jogo democrático que as instituições religiosas conduzam suas estratégias de atuação política de maneira ética e transparente, respeitando os princípios democráticos e os direitos individuais. Ademais, é importante que busquem o diálogo e a cooperação com outras organizações da sociedade civil, governos e instituições, visando construir alianças e parcerias que fortaleçam sua atuação e impacto político. Ao adotar estratégias de atuação política responsáveis e comprometidas, as instituições religiosas podem contribuir para a promoção de valores éticos, sociais e morais na sociedade, além de defender os interesses e direitos de seus membros e da comunidade em geral.

1.2. Comissão Pró Política da CIADESCP

A data de fundação da Comissão Pró Política da CIADESCP não foi mencionada no documento disponível. A descrição da missão e visão da Comissão enfatiza seu papel na conscientização dos membros da igreja sobre desafios atuais e na promoção de valores cristãos. Sob a liderança do líder da comissão, com o apoio dos representantes nas regiões eclesiásticas, a Comissão se dedica a estimular e motivar seus membros a se comprometerem com os valores do Reino de Cristo.

A falta de uma data de fundação específica indica que a Comissão pode ser uma iniciativa relativamente recente, ou que sua relevância e atividades tenham se desenvolvido ao longo do tempo, sem a necessidade de estabelecer uma data de início formal. A Comissão Pró Política da CIADESCP é um órgão de abrangência estadual que auxilia a Mesa Diretora da Convenção da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP) em assuntos políticos.

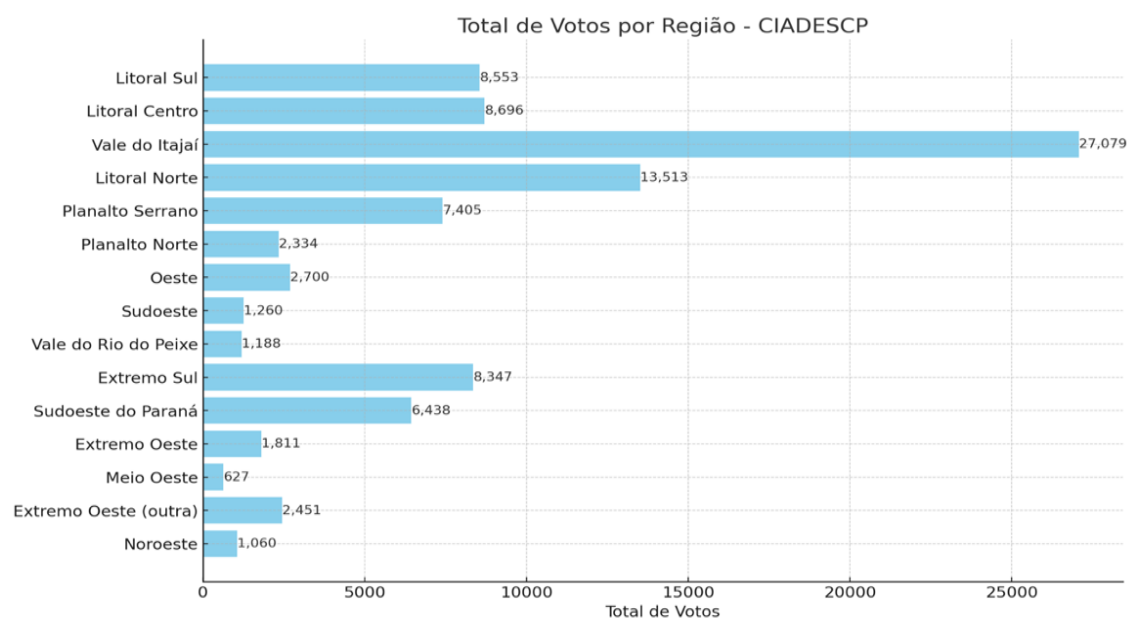
Composta por membros indicados pelo presidente da Mesa Diretora da CIADESCP, esta comissão tem como missão conscientizar os membros da CIADESCP sobre os desafios contemporâneos, promovendo valores cristãos e fomentando um compromisso com os princípios do Reino de Cristo. A liderança da Comissão está sob a responsabilidade do líder da comissão, com o apoio dos pastores das 17 regiões eclesiásticas de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná. A Comissão Pró Política desempenha um papel ativo no desafio de narrativas que comprometem princípios e valores cristãos na sociedade.

Liderada pelo líder da comissão, a comissão busca impulsionar, motivar e gerar um compromisso com os valores fundamentais do Reino de Cristo. A visão da Comissão, também presidida pelo líder da comissão, é reforçar esse comprometimento com valores fundamentais. Através do trabalho coordenado dos pastores das 17 regiões administrativas eclesiásticas, a Comissão Pró Política se empenha em cumprir sua missão. Os membros da comissão, embora não especificados, operam sob a orientação estadual para oferecer suporte político à liderança da CIADESCP.

Para um detalhamento mais completo dos dados eleitorais dos representantes políticos ligados à Igreja Assembleia de Deus de Santa Catarina, uma planilha abrangente foi preparada e está inclusa como Anexo A desta tese. Esta planilha, denominada 'Representantes Políticos - Comissão Pró-Política', organiza de maneira detalhada os candidatos eleitos para cargos

políticos no Estado para o período de 2021 a 2024. Ela inclui informações como nomes dos eleitos, partidos políticos e votos recebidos, permitindo uma análise aprofundada das tendências e distribuição do apoio eleitoral por região

Figura 1. Distribuição de Votos por Região em Santa Catarina (2021-2024)



Fonte: Dados adaptados do Anexo A, "Representantes Políticos - Comissão Pró-Política", Tese de Doutorado.

Este gráfico de barras horizontal mostra o total de votos obtidos por região, evidenciando as diferenças significativas no apoio eleitoral entre as regiões estudadas. A análise visual dos dados permite uma compreensão imediata das regiões com maior e menor engajamento eleitoral, fornecendo uma base quantitativa robusta para discussões subsequentes sobre o impacto regional das estratégias políticas adotadas pelos representantes eleitos com apoio da igreja evangélica assembleia de Deus.

Formar redes e alianças com partidos políticos é uma prática estratégica comum no cenário político. Estas parcerias são estabelecidas com objetivos de ampliar o apoio eleitoral, fortalecer a representatividade, viabilizar coalizões para governabilidade e assegurar a implementação de agendas políticas. As redes e alianças podem ser formadas em diversos níveis, desde acordos locais entre candidatos a vereador até pactos nacionais entre partidos para eleições presidenciais. A negociação dessas alianças envolve a identificação de interesses comuns, divisão de responsabilidades e construção de acordos programáticos. Tais parcerias

têm um impacto significativo nos resultados eleitorais e na governabilidade, sendo relevantes para a dinâmica política e a formação de maiorias no sistema democrático.

Dentro do assembleianismo, as estratégias de comunicação e o uso de mídias desempenham um papel fundamental na disseminação de suas doutrinas e na mobilização dos seguidores. As igrejas Assembleia de Deus têm incorporado tecnologias de comunicação modernas, incluindo televisão, rádio, redes sociais e *podcasts*. Estas mídias são empregadas para transmitir ensinamentos religiosos e informações políticas, facilitando o alcance a um público extenso e a manutenção do engajamento com a comunidade, especialmente em contextos eleitorais ou debates sociais importantes.

A mobilização de eleitores é um componente crítico do assembleianismo em sua expressão política. Líderes da Assembleia de Deus incentivam a participação eleitoral dos membros, endossando valores e candidatos alinhados com os princípios da denominação. Estratégias comuns durante as campanhas incluem a organização de eventos, distribuição de materiais de campanha e sermões que abordam questões políticas. Tais atividades visam ampliar a influência política da igreja e assegurar representação para questões de interesse da comunidade.

A formação de líderes políticos é um aspecto estratégico do assembleianismo, com igrejas Assembleia de Deus oferecendo treinamentos e seminários que cobrem princípios bíblicos, habilidades de liderança, ética cristã na política e conhecimento legislativo. Esses programas preparam membros para participação política efetiva e responsável. Líderes estabelecidos frequentemente servem como mentores para novos participantes políticos da comunidade, promovendo uma continuidade e expansão da influência política da denominação.

1.3. Seminário da Comissão Pró-Política

No dia 13 de maio de 2023, foi realizado na cidade de Içara, no Sul do estado de Santa Catarina, o primeiro seminário da comissão Pró-Política, que contou com a presença de alguns membros da mesa diretora da CIADESCP. O presidente foi um dos palestrantes, além de outros dois deputados que também palestraram. Na plateia, estavam presentes vereadores, prefeitos em exercício e duas dezenas de candidatos a cargos públicos.

Conforme discutido na palestra durante o Seminário da Comissão Pró-Política (2023), na transcrição do áudio coletado, o papel estratégico da formação de líderes políticos no

assembleianismo é ilustrado na fala do Presidente da CIADESCP, que destaca vários aspectos fundamentais que são diretamente relevantes para a tese proposta, mostrando como a Assembleia de Deus não somente reconhece a importância da política, mas ativamente se engaja na formação de seus membros para participarem efetivamente nesse campo.

O pastor presidente da Convenção das Assembleias de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná enfatiza a necessidade de uma base sólida em princípios bíblicos e ética cristã, relevantes para qualquer cristão envolvido na política. Ele destaca passagens bíblicas que exortam os cristãos a serem o "sal da terra" e a "luz do mundo",

Sendo assim, por mais que o mundo, a sociedade em geral, não tenham essa consciência, a igreja tem o papel preponderante de ser agente de a mesma nunca pode perder sua essência de ser luz e de ser sal onde ela estiver (informação verbal).¹⁴

Implicando que a influência cristã deve se estender além das paredes da igreja para a arena política. Isso não só ecoa com a missão da Assembleia de Deus de infundir a política com valores cristãos, mas também com a necessidade de líderes que possam traduzir esses valores em ações e políticas públicas eficazes.

A palestra também ilustra a abordagem prática da Assembleia de Deus na preparação de seus membros para a política, como evidenciado pelo treinamento em habilidades de liderança e gestão de questões públicas. um líder da CIADESCP aborda a importância de ser prudente e sábio, qualidades essenciais para qualquer líder, especialmente aqueles no campo político. Essas habilidades são vitais para navegar o complexo terreno político e para tomar decisões que não apenas beneficiem a sociedade, mas que também reflitam integridade e responsabilidade cristã

A ênfase na formação de líderes políticos dentro da Assembleia de Deus é estratégica não apenas para o crescimento individual dos membros, mas também para a influência mais ampla nas políticas públicas. Ao capacitar membros com conhecimento legislativo e uma forte orientação ética, a Assembleia de Deus potencialmente molda a formulação de políticas de uma maneira que alinha os valores cristãos com as necessidades sociais, abordando questões como justiça social, integridade na governança e desenvolvimento comunitário. Cabe ressaltar a contradição interna diante da resistência das lideranças assembleianas às pautas relacionadas à justiça social.

¹⁴ Fala do Presidente da CIADESCP feita no primeiro seminário da comissão pró-política em 13 de maio de 2023.

A análise da palestra do Presidente da CIADESCP, o pastor-presidente da Convenção das Assembleias de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, revela que a formação de líderes políticos nas igrejas, Assembleia de Deus é uma manifestação concreta do assembleianismo como um deslocamento estratégico que busca integrar fé e prática política. Este esforço para equipar os membros com os valores e habilidades necessários para impactar a política reflete um compromisso profundo com o papel da igreja como uma força transformadora na sociedade. A formação oferecida pelas igrejas não somente prepara indivíduos para cargos políticos, mas também garante que a representação política da comunidade cristã seja competente, ética e eficaz.

Definimos como deslocamento estratégico a intencionalidade das lideranças da CIADESCP em ocupar um lugar no cenário político-partidário, o que não corresponde à vontade de grupos de crentes tradicionais no contexto catarinense. Aprofundaremos, no capítulo 3, essa tensão entre a Assembleia de Deus e o processo de destradicionalização como resultado do deslocamento estratégico em direção ao protagonismo político no campo religioso brasileiro.

Os autores de "Modernidade Reflexiva" utilizam o conceito de "deslocamento" para explicar as transformações profundas que ocorrem nas estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas devido à adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições. Eles destacam o deslocamento informacional, que redefine as dinâmicas das classes sociais tradicionais, e o deslocamento das estruturas sociais, impulsionado pela flexibilidade no trabalho e pela crítica às instituições científicas. Além disso, apontam um deslocamento cultural nas ciências humanas, que passam a focar mais no cultural do que no social, e um deslocamento na política, da emancipatória para uma política mais intimamente ligada às questões globais e às experiências individuais. Também discutem o deslocamento e a reapropriação de especialidades dentro dos sistemas abstratos e o deslocamento na força de trabalho, evidenciado pela crescente participação das mulheres e pela feminização de certas carreiras. Essas mudanças ilustram como a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições provoca reconfigurações nas práticas e nas expectativas sociais, exigindo novas abordagens e compreensões para lidar com os desafios emergentes. Apresentaremos esses autores e suas contribuições no capítulo 2.

A segunda palestra do Deputado Federal, ofereceu uma visão sobre a formação de líderes políticos no assembleianismo. Ele explora temas que conectam os princípios bíblicos à

ação política, ressaltando a importância de uma liderança fundamentada em ética cristã e conhecimento legislativo.

Deputado inicia sua fala citando Jeremias 29, que orienta os exilados em Babilônia a prosperar na cidade para a qual foram levados e orar por ela. Essa passagem é empregada para defender que os cristãos devem participar ativamente na política e na sociedade, independentemente do contexto, muitas vezes adverso ou secular. A referência indica que a liderança cristã deve buscar a prosperidade e o bem-estar geral, estando em conformidade com a missão bíblica de ser "sal da terra".

O congressista destaca a importância de uma preparação metódica para as eleições, enfatizando a necessidade de entender os cenários e a matemática envolvida. Durante sua palestra, ele mencionou:

as narrativas tentam conquistar o coração, a mente, em especial dos nossos jovens. Talvez você não saiba, mas vou te contar um segredinho aqui. Há muitas razões pelas quais você pode questionar a questão das urnas, etc. e tal, da derrota de Bolsonaro, que eu não esperava e imagino que você também não esperava, mas tenho uma razão matemática para te dar e você pensará um pouquinho comigo. Do dia 1º de janeiro de 2022, ao dia 5 de maio de 2022, 3 milhões de jovens, pastor Josué, 3 milhões de jovens de 16 a 18 anos fizeram seu título de eleitor. 3 milhões de jovens de 16 a 18 anos fizeram o título de eleitor em 1º de janeiro a 5 de maio. Posso garantir para vocês que pelo menos 2 milhões desses votaram na esquerda. São 16 a 18 anos. Cabeça feita lá. No ensino médio ou até já na universidade. Qual foi a diferença? Bolsonaro para o Lula? 2 milhões. Não estou dizendo que essa seja a explicação válida por quê? Porque a esquerda foi muito inteligente. A esquerda, foi às escolas pedir para os jovens fazerem o título de eleitor. E nós ficamos de braços cruzados. Muito pouco incentivamos na nossa igreja o primeiro voto. Então, tomemos atenção para as eleições de 2024.¹⁵

O Deputado ressalta que os políticos cristãos devem manter seus valores em todas as suas ações, demonstrando um testemunho cristão autêntico. Ele salienta a relevância de uma educação que não só ajude líderes políticos com habilidades e conhecimentos, mas também os oriente sobre como integrar sua fé de forma eficaz e ética na esfera pública.

Ele compartilhou suas experiências e os desafios que enfrentou na política, destacando a necessidade de resiliência e integridade diante das adversidades. Ele descreve o cenário político como um ambiente desafiador que requer não somente competência, mas também firmeza de princípios e dependência espiritual, evidenciando a complexidade do contexto em que os futuros líderes políticos cristãos atuarão.

¹⁵ Deputado Federal apoiado pela CIADSCP.

No final, ele propõe uma visão de liderança que não apenas ocupa espaços, mas efetivamente transforma a sociedade. Ele incentiva os líderes a buscar a "glória de Deus" em todas as áreas de atuação, promovendo uma política que seja eficaz e profundamente cristã.

A segunda palestra no Primeiro Seminário da Comissão Pró-Política serve como um modelo prático de como o assembleianismo está envolvido ativamente na formação de líderes políticos. Suas palavras demonstram um entendimento de que a liderança política dentro do assembleianismo é uma vocação que requer preparação, ética e um compromisso sólido com os princípios cristãos. Isso confirma a tese de que a formação de líderes políticos é uma estratégia essencial para o assembleianismo, destacando a importância do desenvolvimento de habilidades específicas para influenciar e navegar no cenário político com eficácia e integridade.

A atuação política da CIADESCP, demonstra impacto nas políticas públicas e na legislação. Por meio de estratégias de mobilização da comunidade de fiéis, parcerias com líderes políticos e partidos afins, além de participação em debates públicos, a CIADESCP busca influenciar decisões políticas e promover suas visões e valores na sociedade.

Adicionalmente, a Comissão Pró-Política da CIADESCP desempenha um papel relevante nesse processo, contribuindo para a formação de líderes políticos e na articulação de ações voltadas à defesa dos interesses e direitos da comunidade. A transparência, ética e o respeito aos princípios democráticos são destacados como essenciais para a atuação política responsável das instituições religiosas. Assim, a presença e influência do assembleianismo no cenário político de Santa Catarina se mostra uma força na elaboração de políticas públicas e a legislação, refletindo os valores e interesses dessas instituições e de seus membros na sociedade.

O assembleianismo exerce influência na opinião pública e na mobilização social por meio de suas estratégias de engajamento político. Ao mobilizar a comunidade de fiéis para participar ativamente do processo político, promover debates públicos sobre temas relevantes e estabelecer parcerias com líderes políticos e partidos afins, a CIADESCP busca não apenas influenciar decisões políticas, mas também moldar a opinião pública e promover seus valores e visões na sociedade.

Essa influência na opinião pública e na mobilização social é uma forma de ampliar a representatividade e o impacto político das instituições religiosas, como a CIADESCP, na esfera pública. Ao promover valores éticos, sociais e morais e ao defender os interesses e direitos de seus membros e da comunidade em geral, essas instituições contribuem para a

formação de uma opinião pública informada e engajada, além de estimular a participação cívica e a mobilização em torno de questões relevantes para a sociedade.

Terceiro palestrante, deputado estadual, falou em sua palestra sobre as estratégias que os candidatos devem utilizar para vencer uma campanha ao cargo eletivo. Política uma vocação, um chamado, pois, segundo o deputado.

Um crente pode ser chamado, na verdade há bastante tempo aí, há 30 anos, pode ser chamado, um pastor, um filho de pastor pode ter um chamado para atuar na política. Não faz muito tempo que a gente ouvia as pessoas falando na igreja que política, vocês sabem de quem eles diziam, que é a política. Quando, na verdade, quando nós temos uma convicção autêntica de que nós temos um chamado para atuar na vida pública e um chamado é uma convicção baseada em sinais, em provas, nós não nos tornamos suscetíveis ou nós estamos mais bem preparados para enfrentarmos os desafios da vida pública, porque nós sabemos que o Senhor nos tem referendado para atuar na vida pública. (informação verbal).¹⁶

O deputado, enquanto servia como chefe de gabinete de um vereador em Blumenau, partilhou um momento de sua jornada pessoal que se entrelaça com sua fé e política. Durante uma pausa no trabalho, ele estava orando e ouvindo o programa Voz da Assembleia de Deus no rádio quando foi interrompido por uma visita inesperada do irmão fulano de tal, do bairro distante de Itoupavazinha. Fulano, apesar das dificuldades logísticas para chegar à câmara, sentiu-se compelido a entregar uma mensagem divina ao um deputado, incentivando-o a candidatar-se a vereador. Esta orientação espiritual, reforçada pela promessa de apoio de fulano de tal e sua família, introduziu o parlamentar a uma nova perspectiva sobre seu papel na política, uma área onde ele nunca imaginara trabalhar.

Essa história ganha ainda mais significado político-religioso com outro testemunho que ocorreu em uma igreja lotada durante uma convenção. Lá, um pastor de Curitiba, que nunca havia se conhecido com um deputado, o chamou à frente e, diante de todos, profetizou que uma das quinze cadeiras da câmara de vereadores de Blumenau seria dele. Este episódio não só reforçou a mensagem anterior recebida por um deputado, mas também estendeu o apoio à sua esposa, instando-a a apoiá-lo nessa jornada. Este conjunto de eventos demonstra a interação entre fé e decisão política na vida pública, sugerindo que o envolvimento político não era somente uma escolha pessoal, mas um caminho considerado divinamente ordenado:

Porque quando você entra na política sem ter a convicção que você tem um chamado, você já entra achando estar fazendo o que não é próprio

¹⁶ Fala do Deputado estadual Sr. M feita no primeiro seminário da comissão pró-política em 13 de maio de 2023.

para você. E o inimigo, às vezes, fala na nossa mente, querendo tirar de nós a autoridade, a convicção do nosso chamado, da nossa vocação, e faz-nos entender ou pensar que a gente está fazendo alguma coisa errada só por se envolver com a política. Na verdade, é uma vocação divina. Eu fui estudar a Bíblia, e a Bíblia, como o deputado federal muito bem disse, ela fala mais de política do que de qualquer outra coisa. Lá no Gênesis, quando Deus criou todas as coisas, Ele disse para Adão, Adão, domine sobretudo. Essa palavra domine tem também o sentido de governe sobre tudo. (informação verbal)¹⁷.

Para o assembleianismo, a incursão na política é frequentemente percebida não como uma carreira escolhida, mas como um chamado divino. Essa perspectiva é resultado da crença de que Deus intervém diretamente nas vidas dos fiéis, guiando-os a assumir papéis de liderança que transcendem o âmbito eclesiástico para influenciar a governança secular. Nesse contexto, a política é vista como uma extensão do ministério religioso, onde os líderes são chamados a implementar princípios bíblicos e valores cristãos na esfera pública. Tal concepção não apenas mobiliza os membros da Assembleia de Deus a se envolverem ativamente em campanhas e eleições, mas também molda suas agendas políticas para refletir sua fé, almejando transformações sociais que se alinhem com suas interpretações das escrituras. Este entrelaçamento de fé e política potencializa a Assembleia de Deus como uma força significativa no cenário político, promovendo uma governança que busca espelhar seus ideais religiosos.

1.4. Impactos Culturais

A CIADESCP desempenha um papel na promoção de valores e crenças cristãs na sociedade, com ênfase no campo político. Através de sua Comissão Pró Política, a Convenção busca conscientizar seus membros sobre desafios contemporâneos e promover valores éticos, sociais e morais. Além disso, fomenta um compromisso com os princípios do Reino de Cristo e visa influenciar decisões políticas, moldar a opinião pública e promover seus valores e visões, buscando ampliar sua representatividade e impacto político.

A Comissão Pró Política, liderada pelo líder da comissão, atua no desafio de narrativas que comprometem princípios e valores cristãos, promovendo uma política responsável e alinhada com esses valores. Por meio de parcerias com líderes políticos e partidos, a

¹⁷ Texto transcrito da palestra feito por um deputado estadual apoiado pela CIADSCP.

CIADESCP não só influencia decisões políticas, mas também estimula a participação cívica e a mobilização em torno de questões relevantes.

A relação da CIADESCP com a identidade religiosa e nacional é notável, pois a Convenção atua na promoção de valores cristãos e na defesa dos interesses de seus membros e da comunidade. Ao influenciar decisões políticas e promover valores na sociedade, a CIADESCP contribui para a formação de uma opinião pública informada e engajada, estimulando a participação cívica e a mobilização em torno de questões relevantes.

Além disso, a Comissão Pró Política da CIADESCP trabalha para conscientizar seus membros sobre desafios contemporâneos e promover valores cristãos, reforçando um compromisso com os princípios do Reino de Cristo. Essa atuação fortalece a identidade religiosa dos membros da Convenção e contribui para a construção de uma identidade nacional baseada em valores éticos, sociais e morais.

Dessa forma, a CIADESCP, por meio de suas iniciativas políticas e sociais, estabelece uma conexão entre a identidade religiosa dos fiéis e a construção de uma identidade nacional, influenciando a governança e a sociedade civil nos níveis local e nacional.

A atuação da CIADESCP na política brasileira tem impactos significativos na cultura política e no pluralismo religioso do país. Por meio de sua Comissão Pró Política, a Convenção busca influenciar decisões políticas, moldar a opinião pública e promover seus valores, ampliando sua representatividade e impacto político. Essa influência contribui para a formação de uma opinião pública informada e engajada.

No contexto do pluralismo religioso, a atuação da CIADESCP sublinha a importância das instituições religiosas na esfera pública e na defesa dos interesses e direitos de seus membros e da comunidade. Promovendo valores éticos, sociais e morais, a Convenção influencia o debate público sobre questões de liberdade religiosa, educação e moralidade.

Portanto, a presença da CIADESCP na cultura política brasileira e no cenário do pluralismo religioso demonstra a relevância das instituições religiosas na formação de opinião e na promoção de valores na sociedade, impactando a governança e a participação cívica. A influência da CIADESCP no campo político brasileiro é notável, destacando-se pela mobilização da comunidade de fiéis, parcerias com líderes políticos e partidos, e participação ativa em debates públicos para influenciar decisões políticas e promover valores na sociedade. A Convenção é ativa na elaboração de políticas relacionadas à liberdade religiosa, educação e questões morais e éticas.

Em termos de conquistas políticas, a CIADESCP tem impactado políticas públicas e legislação, refletindo os valores e interesses das instituições e de seus membros na sociedade. A Convenção contribui para a formação de líderes políticos e para a defesa dos interesses e direitos da comunidade, promovendo uma atuação política responsável. No entanto, a CIADESCP também enfrenta desafios e possíveis derrotas no cenário político dinâmico, o que pode impactar suas iniciativas. É essencial para a CIADESCP e outras organizações religiosas em política avaliar constantemente suas estratégias, adaptar-se às mudanças e buscar formas eficazes de manter sua influência e relevância.

A CIADESCP pode servir como modelo para outras organizações religiosas que buscam se envolver ativamente na política, destacando a importância da formação de líderes políticos e da articulação de ações voltadas para a defesa dos interesses da comunidade, com um compromisso com valores éticos e morais na atuação política. A sustentabilidade da influência da CIADESCP dependerá de sua capacidade de se adaptar às mudanças políticas e sociais, manter a transparência, ética e respeito aos princípios democráticos, e continuar promovendo valores cristãos e influenciando positivamente a sociedade.

1.5. Desafios e Críticas

A CIADESCP enfrenta críticas tanto internas quanto externas em relação à sua atuação política. Internamente, questionamentos surgem sobre a legitimidade da interferência religiosa nas esferas políticas e a conformidade dessa prática com os princípios de separação entre Estado e religião. Externamente, grupos que defendem a laicidade do Estado expressam preocupação com a influência religiosa nas decisões políticas. Essas críticas pressionam a Convenção a justificar sua participação ativa no campo político e a manter um equilíbrio ético em suas ações.

Os desafios legais e éticos enfrentados pela CIADESCP estão associados à necessidade de assegurar que suas atividades políticas estejam alinhadas com a legislação vigente e respeitem os princípios éticos da instituição. Questões como financiamento de campanhas, transparência nas ações políticas e respeito aos direitos individuais são aspectos que requerem atenção constante e cuidadosa por parte da Convenção.

A discussão sobre laicidade e a influência religiosa na política constitui um tema central na atuação da CIADESCP. A Convenção enfrenta o desafio de conciliar sua missão religiosa com a participação ativa no cenário político, respeitando os princípios de um Estado

laico. A reflexão sobre o papel das instituições religiosas na formulação de políticas públicas e na tomada de decisões políticas é relevante para garantir a harmonia entre as diferentes esferas da sociedade.

Por meio de estudos de caso e análises de campanhas, a CIADESCP busca compreender e aprimorar suas estratégias políticas. Exemplos específicos de atuação política são estudados para identificar boas práticas e desafios enfrentados, além de extrair lições aprendidas. Essa abordagem permite à Convenção aperfeiçoar sua atuação e maximizar seu impacto no campo político.

A avaliação de campanhas ou candidatos específicos apoiados pela CIADESCP é essencial para mensurar a eficácia de suas ações políticas. Analisar os resultados obtidos, o apoio recebido e a repercussão na sociedade permite à Convenção ajustar suas estratégias e direcionar seus esforços de maneira mais assertiva. Essa avaliação contínua é fundamental para aprimorar a participação política da Convenção e fortalecer sua influência no cenário nacional.

O impacto de medidas legislativas ou políticas promovidas pela CIADESCP pode ser observado em diversas áreas da sociedade brasileira. Defendendo determinadas pautas e valores, a Convenção influencia diretamente a agenda política e contribui para a formulação de políticas públicas alinhadas com suas convicções. Esse impacto é perceptível em setores como educação, saúde, segurança e direitos civis, refletindo a atuação política engajada e comprometida da Convenção.

Algumas Considerações

A CIADESCP, por meio de suas estratégias políticas, tem exercido uma influência considerável na sociedade brasileira. Sua atuação ativa no campo político, aliada à mobilização da comunidade de fiéis e parcerias com líderes políticos e partidos afins, permite à Convenção moldar a opinião pública e promover seus valores e visões na sociedade. Além disso, a CIADESCP impacta diretamente políticas públicas e legislação, refletindo os interesses e valores de suas instituições e membros. A busca constante por adaptar-se às mudanças políticas e sociais, mantendo a transparência, ética e respeito aos princípios democráticos, é fundamental para a sustentabilidade de sua influência e relevância no cenário nacional. A avaliação contínua de suas ações políticas e a busca por aprimoramento são pilares essenciais para a maximização do impacto da CIADESCP no campo político brasileiro.

No contexto do pluralismo religioso e da dinâmica política brasileira, as reflexões sobre a relação entre religião e política ganham relevância crescente. A atuação da CIADESCP e de outras instituições religiosas no cenário político levanta questões sobre a laicidade do Estado, a separação entre esferas religiosas e políticas, e a influência ética e moral na tomada de decisões políticas. O futuro dessa relação dependerá da capacidade das instituições religiosas de conciliarem sua missão religiosa com a participação ativa na política, respeitando os princípios de um Estado laico. Será essencial promover um diálogo contínuo e construtivo entre diferentes esferas da sociedade para garantir a harmonia e o respeito mútuo, preservando os valores democráticos e a diversidade de crenças no cenário político brasileiro.

Para a CIADESCP e outras instituições religiosas que buscam se envolver ativamente na política, as perspectivas futuras apontam para a necessidade de adaptação constante, transparência e compromisso com valores éticos e morais. A sustentabilidade da influência dessas organizações dependerá de sua capacidade de se ajustar às mudanças políticas e sociais, mantendo a integridade e promovendo valores cristãos de forma positiva na sociedade. Além disso, a formação de líderes políticos e a articulação de ações em defesa dos interesses da comunidade serão fundamentais para manter a relevância e o impacto dessas instituições no cenário político brasileiro. O futuro da CIADESCP e de outras organizações similares será moldado pela sua capacidade de se adaptar, inovar e promover o diálogo construtivo entre religião e política, contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Ao refletirmos sobre a influência política da CIADESCP no Sul do Brasil, observamos que a interação entre religião e política é intensamente influenciada por mudanças culturais e sociais dinâmicas. O Capítulo 2 aprofunda estas transformações ao criticar o conceito tradicional de tradição e ao explorar a noção de 'índice negativo', com foco particular em seu impacto dentro da Assembleia de Deus. Este capítulo examina a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, diferenciando a modernização simples da reflexiva, e discute como a destradicionalização atua na redefinição das relações sociais. Além disso, são exploradas perspectivas teóricas adicionais que enriquecem nossa análise sobre como a reflexividade e a escolha individual reformulam a relação entre fé e política. Estas mudanças questionam antigas certezas e promovem novos padrões de engajamento público e privado. Em um contexto regional caracterizado pela diversidade e complexidade, o Capítulo 2 busca entender como essas dinâmicas emergentes influenciam as identidades religiosas e políticas, delineando um novo panorama de interações

entre a religião e o estado, e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

Capítulo 2: A Dinâmica da Modernidade Reflexiva e Destradicionalização

Introdução

Na dinâmica da adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições e destradicionalização, adentramos na discussão de como as tradições, que historicamente serviram como pilares para ações e crenças sociais, estão sendo questionadas e, em muitos casos, abandonadas. Este fenômeno é articulado por Anthony Giddens, que em sua obra *Modernização Reflexiva*, coautor com Ulrich Beck e Scott Lash, argumenta que a repetição de práticas simplesmente por terem sido herdadas do passado não detém, intrinsecamente, lógica ou autenticidade moral. Giddens destaca essa desconexão ao afirmar que não há lógica - ou autenticidade moral - em fazer hoje o que fizemos ontem, sugerindo que a aderência inquestionável às tradições não é mais viável na adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições.

A ideia de "vício"¹⁸ é empregada por Giddens como uma metáfora para a tendência moderna de adotar novos estilos de vida, muitas vezes de maneira compulsiva, substituindo as antigas tradições. Este vício simboliza a ampla capacidade de mudança e adaptação rápida às novas circunstâncias, uma característica marcante do mundo pós-moderno. Ele explora a dissolução da tradição "em sua forma tradicional", um paradoxo onde as formas originais de práticas tradicionais são transformadas ou completamente descartadas, mesmo que a noção de tradição ainda seja valorizada em alguns contextos.

2.1. Crítica ao Conceito de Tradição e suas Implicações

Anthony Giddens, ao afirmar que não há lógica ou autenticidade moral em fazer hoje o que fizemos ontem; mas essas coisas são a verdadeira essência da tradição, está destacando

¹⁸ (Beck, Giddens, & Lash, 1997, p. 85)

uma crítica fundamental ao conceito de tradição dentro da sociedade moderna. Trataremos desta afirmação em duas partes principais para melhor compreender suas implicações.

Não há lógica - ou autenticidade moral – em fazer hoje o que fizemos ontem; mas essas coisas são a verdadeira essência da tradição. O fato de hoje podermos nos tornar viciados em qualquer coisa - qualquer aspecto do estilo de vida - indica a real abrangência da dissolução da tradição (devemos acrescentar - e isso não é tão paradoxal quanto parece - "em sua forma tradicional"). O progresso do vício é uma característica substantivamente significativa do universo social pós-moderno, mas é também um "índice negativo" do real processo da destradicionalização da sociedade.¹⁹

Não há lógica ou autenticidade moral em fazer hoje o que fizemos ontem. Nesta primeira parte, Giddens questiona a racionalidade e a validade moral de continuar práticas simplesmente porque elas foram herdadas do passado. Ele sugere que a mera repetição de comportamentos, sem uma reflexão crítica sobre sua relevância ou justiça no presente, carece de fundamentação racional e ética. Essa visão é central para a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, onde se espera que as ações e as crenças sejam continuamente examinadas e validadas à luz de novos conhecimentos e contextos.

Mas essas coisas são a verdadeira essência da tradição. Na segunda parte, Giddens reconhece que, apesar da falta de lógica ou autenticidade moral inerente à repetição acrítica, essa repetição é precisamente o que define a tradição. Tradicionalmente, as sociedades têm operado sob o princípio de que o passado deve servir como guia para o presente e o futuro, muitas vezes independentemente de revisões críticas ou mudanças nas circunstâncias. As tradições fornecem uma sensação de continuidade e estabilidade, mas podem também impedir a adaptação e a inovação.

Giddens está destacando uma tensão fundamental na sociedade moderna, a tradição promove a continuidade e a estabilidade, mas pode fazê-lo à custa de inibir a reflexão crítica e a mudança necessária. Na era da adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, as pessoas são incentivadas a não aceitar tradições sem questionar, o que pode levar à destradicionalização — um processo pelo qual as tradições perdem sua força e autoridade incontestáveis. Isso reflete um deslocamento em direção a uma sociedade mais dinâmica e adaptativa, mas também traz desafios, como a perda de certezas e estruturas que orientavam comportamentos e expectativas.

¹⁹ (Beck, Giddens, & Lash, 1997, p. 91)

O conceito de tradição, muitas vezes romantizado e idealizado, revela-se suscetível a uma análise crítica quando examinado à luz das contribuições de teóricos como Eric Hobsbawm, Terence Ranger e Anthony Giddens. Hobsbawm e Ranger, em sua obra *A Invenção da Tradição*, desvendam o mito da tradição como algo estático e intocado pelo tempo. Eles argumentam que muitas das tradições que consideramos antigas e inalteradas são, na verdade, construções recentes, criadas ou reforçadas para atender a necessidades políticas, sociais ou culturais específicas em determinados momentos históricos. A natureza construída e relativamente recente, por exemplo:

O nacionalismo e as nações israelita e palestina devem ser novos, seja qual for a continuidade histórica dos judeus ou dos muçulmanos do Oriente Médio, uma vez que naquela região há um século não se cogitava nem no conceito de Estado territorial do tipo padronizado atual, que só veio a tornar-se uma probabilidade séria após a I Guerra. As linguagens-padrão nacionais, que devem ser aprendidas nas escolas e utilizadas na escrita, quanto mais na fala, por uma elite de dimensões irrisórias, são, em grande parte, construções relativamente recentes.²⁰

Eles apontam que há um século, a ideia de um Estado territorial, nos moldes modernos, não era uma realidade considerada na região. Isso sugere que as noções de nacionalismo e de nação, como entendemos atualmente, eram menos prevalentes ou até mesmo inexistentes naquele período. Ressaltam que as linguagens-padrão nacionais, que desempenham um papel na formação da identidade nacional, são construções relativamente recentes. Isso implica que a padronização e a promoção dessas linguagens como símbolos de identidade nacional são fenômenos que ocorreram em tempos recentes, muitas vezes como parte de esforços para consolidar o nacionalismo e a coesão nacional.

Ao considerar essa perspectiva, surge uma crítica fundamental ao conceito de tradição: sua natureza flexível e adaptável. Longe de serem imutáveis, as tradições estão constantemente sujeitas a revisões e reinvenções, muitas vezes moldadas por agendas políticas ou ideológicas. Isso questiona a própria essência do que entendemos por tradição, sugerindo que ela é mais um constructo humano do que uma relíquia intocada do passado.

Além disso, a teoria da estruturação de Anthony Giddens oferece uma lente adicional para entender as implicações da destradicionalização na religião e em outras esferas da vida social. Giddens argumenta que as práticas sociais são moldadas tanto por estruturas sociais mais amplas quanto pela ação individual dos agentes sociais. Nesse sentido, a destradicionalização

²⁰ (Hobsbawm & Ranger, 2015, p. 22)

na religião pode ser vista como um reflexo das mudanças nas estruturas sociais, bem como das escolhas e decisões dos indivíduos em relação à sua fé e práticas religiosas.

Portanto, ao criticar o conceito de tradição e suas implicações, é basilar reconhecer sua natureza dinâmica e fluida. Em vez de enxergar as tradições como dogmas intocáveis, devemos compreendê-las como construções sociais que evoluem e se transformam ao longo do tempo, refletindo as mudanças nas sociedades e nas mentalidades humanas. Essa visão mais complexa e contextualizada nos permite entender melhor a natureza da religião e outras formas de tradição, e suas interações com as dinâmicas sociais contemporâneas.

2.2. Conceito de Índice Negativo e Influência na Assembleia de Deus

Giddens introduz o conceito de "índice negativo" para descrever as repercussões deste processo de destradicionalização. Embora a desestruturação de tradições antigas possa fomentar a liberdade individual e a inovação, também carrega conotações negativas, como a perda de sentido, direção e estabilidade que as tradições geralmente fornecem. Esta reflexão é fundamental para entender os desafios enfrentados pela Assembleia de Deus no contexto da adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições. A instituição, embora enraizada em tradições profundas, enfrenta a necessidade de reavaliar e possivelmente reformular suas práticas e crenças em resposta às dinâmicas de uma sociedade que valoriza a crítica e a autorreflexão.

Ao analisar o impacto da adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições e da destradicionalização, observamos que estes processos não apenas desafiam, mas também oferecem oportunidades para a Assembleia de Deus adaptar suas estratégias políticas e práticas comunitárias. Assim, o segundo capítulo se aprofunda na compreensão de como a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições influencia a política, a mobilização de eleitores e a formação de líderes dentro desta influente instituição religiosa, considerando tanto os aspectos teóricos quanto as implicações práticas dessas transformações.

2.3. Modernidade Reflexiva entre Modernização Simples e Reflexiva

A obra Modernidade Reflexiva apresenta a ideia de que a modernização reflexiva e a destradicionalização são processos inerentes à modernidade atual. Esta fase é marcada por uma

intensa reflexividade e autoconsciência. Enquanto a sociedade evolui, cresce o impulso para que os indivíduos alcancem maior autonomia e assumam mais responsabilidade pelas suas escolhas e ações. Os principais princípios da adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições em relação à democracia e aos movimentos sociais contemporâneos incluem, nesse ponto Lash sublinha que

Se, por um lado, a política da modernidade simples serve ao 'marxismo padrão' do passado do Leste Europeu, e, por outro, à combinação ocidental da burocracia do Estado capitalista com o parlamentarismo de procedimento abstrato, então a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições profere uma política de democracia radical, plural, enraizada no localismo e nos interesses pós-materiais dos novos movimentos sociais.

Enquanto a modernização simples envolve subjugação, a modernização reflexiva busca capacitar os indivíduos, permitindo uma maior autonomia e liberdade em relação às estruturas sociais tradicionais. Na modernização simples, os indivíduos muitas vezes são subjugados pelas estruturas sociais tradicionais, o que limita sua autonomia e liberdade. Nesse contexto, as pessoas podem ser controladas por normas, valores e instituições estabelecidas, sem ter muito espaço para questionar ou influenciar ativamente essas estruturas.

Por outro lado, a modernização reflexiva busca capacitar os indivíduos, permitindo-lhes maior autonomia e liberdade em relação às estruturas sociais tradicionais. Isso significa que os indivíduos são encorajados a refletir sobre as condições sociais em que vivem, a questionar as normas existentes e a participar ativamente na transformação dessas estruturas

Essa abordagem visa fortalecer a capacidade dos indivíduos de agir de forma autônoma, tomar decisões informadas e contribuir para a mudança social, promovendo uma maior liberdade individual e uma participação mais ativa na construção da sociedade. A adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições empodera o indivíduo. “Entretanto, como adverte Giddens, até a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições é uma 'devoção cega', pois as consequências da reflexividade podem desavisadamente resultar em novas inseguranças, em novas formas de subjugação”.

Na adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, observa-se um processo significativo de destradicionalização, no qual se destaca o fortalecimento da autonomia individual. Este paradigma enfatiza a importância de os indivíduos agirem de acordo com suas próprias escolhas e valores, em

contraste com a simples adesão a normas sociais preestabelecidas. A capacidade de tomar decisões informadas é basilar, sendo promovida através da reflexão crítica e do acesso a informações detalhadas sobre as questões em discussão. Este contexto fomenta uma participação mais ativa na construção da sociedade, onde os indivíduos são incentivados a contribuir para mudanças sociais, questionando as estruturas vigentes e colaborando para a formação de um ambiente mais justo e igualitário.

Dessa forma, a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições coloca o indivíduo no centro do processo de mudança social, incentivando uma participação mais consciente e ativa na reconfiguração das estruturas sociais. Essa abordagem visa não apenas expandir a liberdade individual, mas também promover uma maior diversidade de escolhas disponíveis para os indivíduos. Ao capacitar os indivíduos a se tornarem agentes ativos de mudança, a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições contribui para a construção de um futuro mais justo, sustentável e participativo. Assim, a destradicionalização é vista como um elemento central na redefinição das relações sociais e na promoção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

O conceito de destradicionalização desempenha um papel central nas discussões contemporâneas sobre mudanças sociais e culturais, particularmente no que se refere à forma como as sociedades negociam com o peso do passado em contextos de modernidade e globalização. Sublinhamos e exploramos contribuições significativas de autores ao conceito de destradicionalização, delineando suas perspectivas teóricas e implicações para a compreensão da modernidade, da identidade e das mudanças sociais.

Anthony Giddens introduziu o conceito de destradicionalização no âmbito de sua teoria da modernidade, enfatizando como as tradições perdem sua força e influência em face da reflexividade da modernidade. Giddens argumenta que, na modernidade, as práticas e instituições sociais são constantemente examinadas e reavaliadas, levando à erosão das tradições que anteriormente eram aceitas sem questionamento. O que não significa o fim do pensamento tradicional de ler a sociedade, Giddens sinaliza que

Hoje em dia, falar em destradicionalização parece, de início, estranho, sobretudo em razão da ênfase que algumas formas do pensamento pós-moderno colocam no retorno à tradição. Entretanto, falar de destradicionalização não significa falar de uma sociedade sem tradições - longe disso. Ao contrário, o conceito refere-se a uma ordem social em que a

tradição muda seu status. Em um contexto de cosmopolitanismo global, as tradições precisam se defender, pois estão sempre sendo contestadas.²¹

Giddens argumenta que a destradicionalização possui implicações significativas para a política, economia e cultura contemporâneas, uma vez que desafia as estruturas de poder estabelecidas e fomenta a inovação, a criatividade e a experimentação social. Ao analisar esse fenômeno, ele destaca a importância de compreender como as tradições são reinterpretadas, contestadas e transformadas em um mundo crescentemente globalizado e interconectado, no qual as fronteiras entre o tradicional e o moderno tornam-se progressivamente difusas.

2.4. Destradicionalização Elemento na Redefinição de Relações Sociais

A destradicionalização afeta a forma como nos relacionamos com a tradição e a autenticidade moral de diversas maneiras. No contexto da sociedade pós-moderna, a dissolução da tradição tradicional leva a uma reavaliação dos valores e práticas culturais transmitidos ao longo do tempo. Giddens (1997) afirma que "a destradicionalização implica um questionamento constante das práticas passadas, que não são mais aceitas apenas porque são habituais."

O processo de destradicionalização resulta em uma diminuição da influência das tradições estabelecidas, levando as pessoas a questionarem e reinterpretarem os costumes e normas tradicionais. Isso pode levar a uma maior flexibilidade na adoção de novas formas de pensar e agir, rompendo com padrões rígidos e estagnados. Segundo Bauman, "em um mundo líquido-moderno, as tradições perdem sua rigidez e se tornam fluidas, o que permite constantes reinterpretações."²²

Além disso, Beck, Giddens e Lash descrevem a erosão das comunidades locais nos países desenvolvidos:

Nos dias de hoje, nos países desenvolvidos, a destruição da comunidade local atingiu seu apogeu. Pequenas tradições que sobreviveram ou foram ativamente criadas durante as fases anteriores do desenvolvimento social moderno têm sucumbido cada vez mais às forças do esvaziamento cultural. A divisão entre tradições grandes e pequenas, que em algumas civilizações pré-modernas sobreviveram durante milhares de anos, atualmente está quase desaparecida. É claro que as distinções entre 'alta e baixa cultura' ainda existem, e estão associadas à persistência de um certo classicismo na primeira,

²¹ (Beck, Giddens, & Lash, 1997, p. 7)

²² (BAUMAN, 2001)

quando comparada à segunda; mas isso só tem conexões marginais com a tradição do modo como a defini.²³

Este panorama revela a profunda complexidade do fenômeno da destradicionalização, que não somente desafia os alicerces das práticas culturais históricas, mas também altera as estruturas de poder e identidade nas sociedades contemporâneas. A erosão das tradições locais e o surgimento de uma cultura mais individualizada indicam uma transformação significativa na dinâmica social e cultural, posicionando o indivíduo como o principal agente na criação de significado e autoridade moral. Embora esta transição ofereça novas liberdades individuais, ela também traz consigo incertezas e potenciais conflitos, exigindo novas maneiras de interação e adaptação cultural.

Essa perspectiva de Giddens sobre a destradicionalização fornece um contexto amplo e teórico para compreender as transformações sociais atuais. Nesse ínterim, Zygmunt Bauman, ao introduzir o conceito de "modernidade líquida", complementa e expande essas ideias ao explorar como a fluidez das relações sociais contribui para a reconfiguração das tradições. A abordagem de Bauman reforça e ilustra com exemplos práticos as teorias de Giddens, mostrando como essas mudanças se manifestam no cotidiano das sociedades modernas.

Zygmunt Bauman, com o conceito de "modernidade líquida" (2001), contribui para a discussão sobre destradicionalização ao enfatizar a fluidez das relações sociais e institucionais na contemporaneidade. Bauman destaca como a constante mudança e a falta de solidez nas estruturas sociais levam ao questionamento e reconfiguração das tradições.

2.5. Perspectivas Teóricas Adicionais

Além de teóricos como Anthony Giddens e Zygmunt Bauman, outros autores²⁴ contemporâneos têm explorado o conceito de destradicionalização em variados contextos, abordando temas como identidade, religião, família e trabalho. Estes estudos ampliam a compreensão do processo de destradicionalização, destacando suas nuances em diferentes esferas da vida social.

²³ (Beck, Giddens, & Lash, 1997)

²⁴ (BUTLER, 2003); (CASTELLS, 1999); (HOCHSCHILD, 1997); (SENNETT, 2009); (TAYLOR C. , 2007) (Ritzer, *The McDonaldization Thesis: Explorations and Extensions*, 1998); (HALL, 2006); (BECK & BECK-GERNSHEIM, 1995).

Anthony Giddens, em sua reflexão crítica sobre a modernidade e suas consequências, aponta para uma aparente contradição na natureza da tradição e do progresso na sociedade contemporânea. Ele argumenta que não há lógica ou autenticidade moral em simplesmente repetir as ações de ontem, considerando que tais repetições constituem a essência da tradição.

Esta observação é significativa, especialmente em um contexto em que a sociedade pós-moderna parece cada vez mais propensa a desenvolver vícios em variados aspectos do estilo de vida, uma tendência que ele descreve como um indicativo da amplitude da dissolução da tradição:

Não há lógica ou autenticidade moral em fazer hoje o que fizemos ontem; mas essas coisas são a verdadeira essência da tradição. O fato de hoje podermos nos tornar viciados em qualquer coisa - qualquer aspecto do estilo de vida - indica a real abrangência da dissolução da tradição (devemos acrescentar - e isso não é tão paradoxal quanto parece - 'em sua forma tradicional'). O progresso do vício é uma característica substantivamente significativa do universo social pós-moderno, mas é também um 'índice negativo' do real processo de destradicionalização da sociedade²⁵.

Giddens não deixa de destacar que esse fenômeno não é meramente uma questão de perda de costumes antigos, mas uma transformação profunda na própria estrutura social, onde o tradicional se redefine continuamente. O "progresso do vício", como ele coloca, não é apenas uma questão marginal, mas um aspecto central e "substantivamente significativo" do universo social pós-moderno. Isso sugere uma mudança radical na maneira como as tradições moldam as sociedades, agindo agora mais como indicadores negativos da destradicionalização em curso.

Essa análise de Giddens proporciona uma perspectiva valiosa sobre como as sociedades modernas estão evoluindo, redefinindo continuamente o que é considerado tradicional e como isso impacta o comportamento social e individual. Ele nos convida a refletir sobre como os conceitos de tradição e modernidade podem ser entendidos e questionados no mundo contemporâneo, sugerindo que a relação entre eles é complexa e intrinsecamente ligada às transformações sociais mais amplas.

A descontinuidade refere-se à ideia de que as transições históricas e culturais não seguem um caminho linear ou progressivo, mas são marcadas por quebras e saltos que desafiam a continuidade das narrativas históricas e sociais. Giddens, por exemplo, fala sobre como a modernidade tardia altera significativamente a maneira como as sociedades se organizam e

²⁵ (Beck, Giddens, & Lash, 1997, p. 91)

como os indivíduos experimentam o tempo e o espaço, levando a uma reorganização das práticas sociais que rompe com as estruturas tradicionais.

A destraditionalização, termo explorado por Anthony Giddens, descreve a erosão das práticas e instituições tradicionais em face da modernidade tardia, onde a reflexividade e a escolha individual ganham precedência sobre a aderência a normas e valores herdados. Juntas, essas teorias iluminam como a modernidade pós-tradicional desafia noções fixas de identidade e pertencimento, indicando uma era de maior fluidez e incerteza. As identidades são então não apenas deslocadas de seus ancoradouros tradicionais, mas também constantemente reestruturadas em resposta à erosão das práticas tradicionais, ilustrando a complexa dinâmica de mudança cultural e social no mundo contemporâneo.

A partir de uma variedade de enfoques teóricos e áreas de estudo, estes autores contribuem para uma compreensão aprofundada do fenômeno da destraditionalização. É notório que as alterações nas estruturas tradicionais interferem na vida individual e coletiva, afetando a vida social, a identidade e as relações em uma variedade de contextos. A destraditionalização é um processo sociológico complexo que se refere ao enfraquecimento, transformação ou abandono de tradições em uma sociedade. Esse fenômeno pode ser observado em diversos aspectos da vida social, como nos costumes, nas práticas culturais e religiosas, nas relações familiares, no trabalho e nas instituições. A destraditionalização é impulsionada por fatores como a globalização, a modernização, as tecnologias de comunicação, mudanças econômicas e transformações nos valores e normas sociais.

Este texto visa explorar as diferentes facetas da destraditionalização, suas causas, consequências e os debates teóricos que cercam esse fenômeno. A noção de destraditionalização remete à ideia de que, em um mundo cada vez mais globalizado e tecnologicamente avançado, as tradições que outrora guiavam as práticas sociais, os valores e as normas estão sendo questionadas, modificadas ou mesmo abandonadas. Giddens (1997) define a destraditionalização como um processo pelo qual o peso da tradição na orientação da ação social é reduzido. Esse processo é parte integrante da modernidade e está intrinsecamente ligado à dinâmica de reflexividade social, onde a revisão contínua das práticas é motivada pelo acesso à informação e pelo aumento da conscientização sobre alternativas.

Entende-se por destraditionalização a transformação das relações sociais e culturais que eram previamente fundamentadas em normas e tradições estabelecidas. Tal mudança indica uma alteração substancial na maneira como a sociedade interage com conceitos e valores

tradicionais, acarretando a emergência de novas formas de organização social, identidades flexíveis e valores em contínua evolução.

A destraditionalização destaca a relevância da reflexão crítica sobre as tradições e normas correntes, promovendo a adaptação a novas realidades e enfrentamentos. Resumidamente, tanto a modernização reflexiva quanto a destraditionalização são abordagens teóricas que enfatizam a necessidade de reflexão, adaptação e mudança constante nas sociedades modernas, desafiando as estruturas tradicionais e fortalecendo a autonomia e responsabilidade individual.

O fenômeno de destraditionalização tem implicações significativas para a construção da identidade e o senso de comunidade. Sem as orientações claras fornecidas pelas tradições, os indivíduos são livres — mas também desafiados — a construir suas próprias identidades, escolhendo entre uma ampla gama de opções e influências. Isso pode levar a um sentido de liberdade e autonomia, mas também a sentimentos de incerteza e desorientação.

Conforme a Teoria da Modernização (BECK, GIDDENS e LASH, 1997), o conceito de modernização reflexiva descreve um processo em que a modernidade começa a se autoanalisar e se autotransformar, levando a uma reconfiguração das tradições, instituições e práticas. Este processo não é linear nem uniforme, mas é caracterizado por rupturas, ambivalências e incertezas. A modernização reflexiva sugere que, à medida que as sociedades se desenvolvem, elas se tornam cada vez mais conscientes dos riscos e das consequências não intencionais das práticas modernas, levando a uma constante reavaliação das tradições.

No contexto da modernização reflexiva, entende-se a destraditionalização não só como uma questão de abandonar práticas antigas, mas como um processo ativo de revisão e escolha consciente. Segundo Giddens, as tradições na era da modernidade tardia enfrentam constante análise crítica, exigindo justificção racional e sujeitando-se ao debate aberto, em vez de simples aceitação. Consequentemente, até as tradições que sobrevivem são reinventadas e moldadas para se adequarem às realidades atuais, o que demonstra o caráter dinâmico da modernização reflexiva.

A análise da ideia de destraditionalização, conforme estruturada por Anthony Giddens em "Modernidade Reflexiva", destaca um processo intrínseco à modernização reflexiva, onde as tradições e as certezas sociais estabelecidas são constantemente questionadas, desafiadas e reconfiguradas no contexto da modernidade. Giddens aborda a destraditionalização não como a erradicação total das tradições, mas como uma transformação em seu status e função dentro da sociedade. Este processo é multifacetado e implica várias dimensões-chave.

Contexto de Cosmopolitanismo Global²⁶, Giddens insere a destradicionalização em um contexto de globalização e interconexão mundial, onde as tradições locais e globais se encontram em constante diálogo e tensão. Neste cenário, as tradições não são simplesmente abandonadas, mas reavaliadas e muitas vezes defendidas ou adaptadas frente a desafios globais. As tradições, segundo Giddens, precisam se defender e são constantemente contestadas. Isso sugere uma dinâmica ativa onde as tradições não são estáticas, mas sujeitas a reinterpretações e reinvenções contínuas.

Giddens aponta para o "substrato oculto"²⁷ da modernidade, envolvendo tradições que afetam gêneros, família, comunidades locais e outros aspectos da vida social cotidiana, que ficaram expostos e submetidos à discussão pública. Isso enfatiza um processo de visibilidade crescente e questionamento das tradições que antes eram inquestionáveis. O conceito de destradicionalização implica uma mudança fundamental no status das tradições dentro da sociedade. Tradições que antes eram seguidas por serem vistas como naturais ou dadas agora são vistas como opções entre muitas, sujeitas à escolha individual e à reflexão crítica.

Dentro da adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, conforme explorado por Anthony Giddens, esse conceito se revela nevrálgico para entender como as tradições são reinterpretadas e transformadas em resposta à pressão da modernização e da globalização. Essa dinâmica de defesa e contestação não apenas caracteriza a complexa relação entre passado e presente na adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, mas também ilumina as tensões entre continuidade e mudança nas práticas culturais e sociais.

Na era da adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, a reflexão sobre as próprias bases da sociedade e suas tradições torna-se uma característica dominante. Isso significa que as tradições já não são aceitas passivamente como dadas ou naturais; em vez disso, são sujeitas a um exame e questionamento contínuos. Esse processo de reflexão pode levar à defesa de tradições, onde indivíduos e grupos buscam reafirmar e preservar práticas culturais diante de mudanças percebidas como ameaçadoras.

A contestação das tradições não implica necessariamente sua rejeição total, mas pode significar sua adaptação e reinterpretação. Isso ocorre em um diálogo entre o global e o local,

²⁶ (BECK; GIDDENS; LASH, 1997. p. 8.)

²⁷ (*ibid.*, p. 8.)

o antigo e o novo, onde tradições são reinventadas para atender às necessidades e valores contemporâneos. Essa contestação é um processo dinâmico que reflete a capacidade das comunidades de negociar suas identidades culturais em um mundo em mudança.

No contexto do cosmopolitanismo global mencionado por Giddens, as tradições são desafiadas não apenas internamente, mas também por pressões externas, como a globalização econômica, as comunicações digitais e os fluxos migratórios. As respostas a esses desafios podem variar desde a resistência e a reafirmação da tradição até a sua adaptação criativa, mostrando a capacidade das culturas de se defenderem ao mesmo tempo em que dialogam com o global.

A defesa da identidade e autonomia cultural das tradições frequentemente se entrelaça com questões de identidade e autonomia cultural. Em um mundo onde culturas e práticas podem ser rapidamente disseminadas ou diluídas, a defesa de tradições específicas pode ser uma forma de resistência contra a homogeneização cultural e a perda de especificidade cultural.

Defender as tradições também tem uma dimensão política, onde tradições podem ser mobilizadas em debates sobre direitos, reconhecimento e poder. Isso é evidente em movimentos sociais que reivindicam o reconhecimento de práticas culturais específicas, línguas ou religiões como parte de uma luta mais ampla por direitos e justiça social. Através da reflexão crítica, as comunidades podem chegar a uma compreensão mais profunda do valor e significado de suas tradições, levando a uma reconfiguração consciente de práticas para melhor refletir valores contemporâneos, ao mesmo tempo em que se mantém um senso de continuidade com o passado. Cabe ressaltar a contradição interna diante da resistência das lideranças assembleianas às pautas relacionadas à justiça social.

Portanto, a defesa e contestação das tradições na adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições refletem um processo contínuo de negociação entre passado e presente, onde as tradições são simultaneamente desafiadas, defendidas, reinterpretadas e reinventadas. Esse processo destaca a capacidade adaptativa das culturas diante das rápidas transformações sociais e culturais da modernidade.

Algumas considerações

A destradicionalização contribui para uma "crise das certezas", onde as estruturas sociais tradicionais, como a família nuclear e os papéis de gênero, são desafiadas, levando a novas formas de organização social que são mais fluidas e menos previsíveis. Em um mundo destradicionalizado, os indivíduos enfrentam o desafio de mover-se por um ambiente social onde as certezas anteriores não mais orientam a ação. Isso implica um processo de construção da identidade que é mais reflexivo, onde os indivíduos devem escolher entre uma gama de opções e estilos de vida possíveis.

Giddens, portanto, estrutura a destradicionalização como um aspecto central da adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, destacando como a reflexividade permeia as práticas sociais e transforma a relação dos indivíduos com as tradições. Isso não significa o fim das tradições, mas uma reconfiguração de seu papel e significado na sociedade contemporânea.

A análise da destradicionalização dentro da modernização reflexiva também apresenta desafios metodológicos e teóricos. Beck, Giddens e Lash (2012) argumentam que as ciências sociais devem se adaptar para compreender as transformações em curso, desenvolvendo novas estruturas teóricas que possam captar a natureza mutável da modernidade. Isso inclui reconsiderar conceitos como risco, incerteza, e identidade, bem como os métodos usados para estudar as sociedades contemporâneas.

A discussão sobre destradicionalização, enquadrada pelo conceito de modernização reflexiva, destaca a complexidade das transformações sociais e culturais nas sociedades modernas. A obra "Modernização Reflexiva" de Beck, Giddens, e Lash, fornece um marco teórico fundamental para entender essas mudanças, sugerindo que as tradições não são simplesmente abandonadas, mas transformadas e reconfiguradas em um processo de reflexão crítica e escolha. Este fenômeno tem implicações profundas para a identidade, a estrutura social, e a ordem institucional, desafiando os indivíduos e as sociedades a mover-se em um mundo cada vez mais fluido e incerto.

Ao expandirmos a análise sobre destradicionalização no contexto da adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, onde destacamos como transformações sociais reconfiguram práticas e estruturas tradicionais, o Capítulo 3 direciona nossa atenção para o contexto específico do pentecostalismo brasileiro. Este próximo capítulo explora como essas dinâmicas de mudança globais manifestam-se localmente, desencadeando processos de destradicionalização e retradicionalização dentro desta esfera religiosa. Enquanto no Capítulo 2 exploramos como as certezas tradicionais são

questionadas e novas formas de identidade e organização social emergem, no Capítulo 3 investigaremos como os indivíduos e comunidades pentecostais estão respondendo a essas transformações. Examinaremos como a fé pentecostal, influenciada por um ambiente global de incertezas e escolhas, facilita novas trajetórias de mobilidade social e redefine o engajamento político e social de seus adeptos. Este capítulo se propõe a aprofundar nossa compreensão sobre como a destradicionalização e a retradicionalização interagem para moldar novas formas de vida religiosa e política, refletindo sobre as complexidades de manter, adaptar, ou rejeitar tradições em um contexto de intensa reflexividade e mudança.

CAPÍTULO 3 A destradicionalização e retradicionalização pentecostal e a construção de um projeto político. Esse processo também pode ser analisado pelas lentes do biopoder e das relações sociais de poder conforme Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Achille Mbembe.

Introdução

O fenômeno da "destradicionalização" observado em algumas correntes do pentecostalismo, caracterizado por um afastamento das tradições e normas que tradicionalmente definiram essas comunidades. Este processo é parte de uma adaptação mais ampla às mudanças sociais, culturais e tecnológicas contemporâneas e envolve aspectos particulares de cada região do país, que refletem na organização e doutrina do assembleianismo.

A destradicionalização se manifesta inicialmente nas mudanças na liturgia e culto, com a inclusão de elementos musicais modernos e o uso de tecnologia durante os serviços religiosos, além de uma abordagem menos formal no culto. Segue-se a flexibilização de códigos de vestimenta, que reduz as exigências rigorosas sobre o vestuário, permitindo expressões mais modernas e individuais de fé. Também se observa nas abordagens teológicas uma interpretação mais flexível das escrituras, abrindo espaço para questões contemporâneas como direitos sociais, ambientalismo e política. Finalmente, o engajamento com a sociedade torna-se mais ativo, frequentemente com uma abordagem menos sectária e mais integradora.

Apesar de não ser um deslocamento uniforme, variando significativamente entre diferentes congregações e denominações pentecostais, a destradicionalização pode gerar tensões internas, pois nem todos os membros apoiam essas mudanças. No entanto, essas transformações têm o potencial de atrair novos seguidores, especialmente entre os mais jovens, que buscam uma prática religiosa que interaja diretamente com suas experiências e valores contemporâneos.

3.1. Destradicionalização na Assembleia de Deus

A destradicionalização refere-se à quebra de práticas tradicionais e à adoção de novas formas de pensamento e organização. Esse processo pode ser visto como um aspecto da racionalização, onde a racionalidade instrumental substitui práticas e crenças tradicionais. No contexto da Assembleia de Deus, a racionalização pode se manifestar na forma de estruturação mais organizada e sistemática das práticas religiosas, alinhando-se com os princípios de eficiência e eficácia que Weber identifica no capitalismo moderno.

Weber argumenta que a racionalização afeta todas as esferas da vida, incluindo a religiosa. No seu estudo sobre o protestantismo, ele mostra como a ascese — pureza espiritual, autodisciplina, abstinência, austeridade da vida protestante e a conduta de vida puritana — são exemplos de racionalização religiosa. Ele afirma que:

a ascese cristã, que de início fugira do mundo para se retirar na solidão, a partir do claustro havia dominado eclesiasticamente o mundo, enquanto a ele renunciava. Ao fazer isso, no entanto, deixou de modo geral intacta a vida cotidiana no mundo com seu caráter naturalmente espontâneo. Agora ela ingressa no mercado da vida, fecha atrás de si as portas do mosteiro e se põe a impregnar de todo dia, com sua metódica justamente a vida mundana a no mundo, deste transformá-la numa vida racional não mundo, não para este mundo²⁸.

Weber observa que grupos como os pietistas e os anabatistas possuíam fortes motivações religiosas que influenciavam suas posições políticas. Por exemplo, o exército de Cromwell e o Parlamento dos santos:

Os batistas calvinistas, aos quais pertencia por exemplo o presidente do “Parlamento dos santos”, Praisegod Barebone, foram os que levaram mais

²⁸ (WEBER, 2004, p. 139)

longe as consequências dessa linha de pensamento. O exército de Cromwell defendeu a liberdade de consciência, e o Parlamento dos “santos” chegou mesmo a defender a separação entre Estado e Igreja porque seus membros eram pietistas devotos, ou seja, por motivo religioso²⁹

Defenderam a liberdade de consciência e a separação entre Estado e Igreja com base em motivos religiosos. Esses grupos acreditavam que apenas os pessoalmente regenerados poderiam ser aceitos na congregação eclesial, rejeitando qualquer ingerência do poder temporal, o que levou à exigência de tolerância incondicional.

Da mesma forma, a Assembleia de Deus pode estar passando por um processo semelhante, onde práticas religiosas tradicionais são substituídas por formas mais racionais e organizadas de culto e administração. A participação da Assembleia de Deus no processo eleitoral de 2018 pode ser vista como um exemplo de racionalização, onde a igreja adotou estratégias racionais e planejadas para influenciar a sociedade e promover seus objetivos. Utilizando o conceito de racionalização de Max Weber, que descreve a adoção de métodos sistemáticos e eficientes para alcançar metas específicas, é possível observar que a Assembleia de Deus implementou campanhas eleitorais organizadas, mobilizou seus fiéis para apoiar candidatos alinhados com seus valores e formou alianças estratégicas. Esse comportamento demonstra uma racionalização, onde as ações são orientadas por uma lógica de eficiência e eficácia.

Além disso, a destraditionalização é evidente na medida em que a igreja abandona práticas tradicionais em favor de métodos que melhor respondem às exigências da sociedade contemporânea. A participação da Assembleia de Deus no processo eleitoral de 2018 ilustra como a racionalização e a destraditionalização estão interligadas no contexto das mudanças institucionais, refletindo uma evolução nas práticas da igreja e evidenciando como a racionalização facilita a modernização e a destraditionalização das instituições religiosas.

Tradicionalmente, comunidades pentecostais, englobando a Assembleia de Deus, mantinham uma postura mais distante das questões políticas, concentrando-se em aspectos espirituais e de salvação individual. No entanto, nas últimas décadas, observou-se uma mudança significativa, com um número crescente de líderes e membros pentecostais envolvendo-se ativamente na política. Esse deslocamento não é apenas um fenômeno casual, mas uma resposta estratégica a um contexto social que exigiu reavaliação de papéis e práticas assembleiana. A adoção dessa nova abordagem tem levado a Assembleia de Deus a influenciar diretamente

²⁹ (*ibid.*, p. 230)

políticas públicas e aumentar sua visibilidade e influência sociopolítica. Essa transição, contudo, também gerou debates internos intensos sobre como equilibrar os valores espirituais tradicionais com as demandas políticas contemporâneas, refletindo um processo dinâmico e por vezes controverso de destradicionalização e retradicionalização.

Paul Paul Freston destaca o marco significativo do ano de 1930, quando a Assembleia de Deus no Brasil alcançou autonomia em relação à Missão Sueca e transferiu sua sede de Belém para o Rio de Janeiro, a então capital federal. Este deslocamento foi um passo no processo de nacionalização e destradicionalização da igreja.

O ano de 1930 marcou a autonomia da Assembleia de Deus em relação à Missão Sueca, permitindo à igreja desenvolver uma identidade mais brasileira. Paul Freston observa que "a transferência da sede de Belém para o Rio de Janeiro representou um movimento estratégico para a nacionalização da obra"³⁰. Essa transição permitiu que a Assembleia de Deus adaptasse suas práticas e estratégias às realidades locais, distanciando-se dos modelos missionários europeus e norte-americanos.

A transferência da sede para o Rio de Janeiro, que era a capital federal na época, trouxe a igreja para mais perto do centro político e econômico do Brasil. Este movimento facilitou uma maior interação com as estruturas de poder e permitiu à Assembleia de Deus exercer uma influência mais significativa na sociedade brasileira. Paul Freston destaca que a mudança para a capital federal não foi apenas uma questão logística, mas também simbólica, representando a crescente influência e a intenção de se posicionar no centro das decisões políticas e sociais do país. Segundo Paul Freston:

O ano de 1930 marcou a autonomia da igreja com relação à Missão Sueca e a transferência efetiva da sede da denominação, de Belém para o Rio de Janeiro. A nacionalização da obra, portanto, é acompanhada pela mudança para a capital federal. Todos os templos que pertenciam à missão foram entregues às igrejas brasileiras. Esse ato de desprendimento parece ter tido muito a ver com a presença no Brasil do próprio Lewi Pethrus. Este, encarnando o ethos congregacional do pentecostalismo sueco, não aprovava a organização eclesiástica centralizada que o autoritarismo missionário estava criando. Ao mesmo tempo, entre os próprios líderes brasileiros a tendência autoritária se evidenciava³¹

Esse período de autonomia e mudança geográfica também coincide com um processo de destradicionalização, onde a Assembleia de Deus começou a revisar e adaptar suas práticas

³⁰ (Freston, *Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*, 1993, p. 71)

³¹ (*ibid.*, p. 71)

tradicionais para se alinhar com as novas demandas sociais e políticas. Paul Freston afirma que " As características da igreja que se consideravam virtudes no passado (inclusive o apoliticismo), já são vistas por outra ótica."³² A destradicionalização pode ser vista na forma como a igreja passou a interagir com a sociedade brasileira, adotando métodos de evangelização e administração mais modernos e eficientes.

A nacionalização da Assembleia de Deus também influenciou sua estrutura organizacional e liderança. A igreja começou a desenvolver uma liderança mais centralizada e alinhada com as necessidades e contextos brasileiros. Paul Freston observa que essa mudança ajudou a consolidar a Assembleia de Deus como uma das principais denominações religiosas do Brasil, capaz de influenciar não apenas o campo religioso, mas também o social e político .

Alencar destaca que na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, o nacionalismo ganhou destaque no Brasil.

Foi o nacionalismo das décadas de 30 e 40 de (SILVA J. , 2020) Vargas, e, principalmente, as complicações pós-guerra que obrigaram, as denominações a celebrar seus cultos em português e publicar seus hinários em língua nacional. Até então, o hinário luterano e o da Congregação Cristã, era em alemão e italiano, respectivamente³³.

Essas mudanças refletiram a necessidade de adaptação das igrejas ao contexto nacional e à língua do povo brasileiro. Mesmo com essas alterações superficiais, a doutrinação continuou sendo na maioria estrangeira, com muitas igrejas, incluindo a Assembleia de Deus, ainda sendo dirigidas por estrangeiros na época.

O ano de 1930 representa um ponto de inflexão no processo de destradicionalização da Assembleia de Deus no Brasil. A autonomia em relação à Missão Sueca e a mudança da sede para o Rio de Janeiro simbolizaram a transição de uma igreja missionária para uma instituição nacional com uma visão mais ampla e integrada da sua missão no país. Paul Freston conclui que esses eventos não somente marcaram a nacionalização da Assembleia de Deus, mas também iniciaram um processo contínuo de adaptação e modernização que permitiu à igreja se manter relevante e influente nas décadas seguintes.

³² (*ibid.*, p. 75)

³³ (ALENCAR, Protestantismo Tupiniquim: Hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira, 2005, p. 20)

A reestruturação da Convenção Geral em 1979, adotando moldes mais burocráticos, marcou um ponto no processo de institucionalização da Assembleia de Deus no Brasil. Este deslocamento não apenas solidificou a organização interna, mas também animou convenções estaduais, muitas das quais existiam de forma precária, a seguirem o mesmo caminho. Conforme observou Paul Freston :

Outro sinal de institucionalização e que tem influência direta sobre o esforço político pós-1986 é a reestruturação da Convenção Geral em moldes mais burocráticos em 1979, o que permitiu que se encorajasse as convenções estaduais, muitas das quais tinham existência precária, a fazerem o mesmo. Essa maior burocratização foi, provavelmente, indispensável para o sucesso das candidaturas coordenadas à Constituinte³⁴.

A reorganização burocrática da Assembleia de Deus refletiu uma mudança mais ampla no cenário religioso e político brasileiro. Com maior capacidade de mobilização e coordenação interna, a Assembleia de Deus passou não apenas a lançar candidatos, mas também a eleger representantes em diversos níveis de governo. A partir de 1986, a Assembleia de Deus começou a desempenhar um papel mais ativo na política nacional, utilizando sua rede de igrejas e fiéis para promover agendas políticas que refletiam seus valores religiosos. Esse período marcou o início de um novo momento para o assembleianismo, onde a presença política se tornou uma extensão natural de sua missão religiosa, evidenciando sua capacidade de adaptação e resposta às mudanças no ambiente político do Brasil.

A participação política também pode ser vista como uma resposta às necessidades e desafios enfrentados pelas comunidades pentecostais, incluindo questões de pobreza, desigualdade e justiça social. Alencar reforça que o pentecostalismo no Brasil, representado por denominações como a Assembleia de Deus é: Cabe ressaltar a contradição interna diante da resistência das lideranças assembleianas às pautas relacionadas à justiça social.

Periférica, simples e marginal, cresceu entre pobres. Ela não optou pelos pobres. Ela é uma igreja de pobres. Portanto, na marginalidade. Categorização que, pelo viés marxista, apenas comprovava a "alienação religiosa". No entanto, esta natureza de pobre e simples sempre foi vista internamente como "marca da escolha divina"³⁵.

³⁴ (Freston, *Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*, 1993, p. 75)

³⁵ (ALENCAR, *Protestantismo Tupiniquim: Hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira*, 2005, p. 58)

Essas igrejas se estabeleceram e cresceram principalmente entre as camadas menos favorecidas da sociedade, incluindo ex-escravizados, nordestinos e trabalhadores rurais desempregados. A mensagem do pentecostalismo, com ênfase na cura divina, na prosperidade e na salvação pessoal, repercutiu especialmente entre aqueles que enfrentavam dificuldades econômicas e sociais. A simplicidade e a acessibilidade das práticas religiosas pentecostais também contribuíram para sua popularidade entre os pobres, oferecendo-lhes esperança e um sentido de pertencimento em meio às adversidades.

A entrada na política implicou uma revisão de certas doutrinas que pregavam o desengajamento dos assuntos mundanos, mostrando flexibilidade na interpretação das escrituras e uma abertura para novas formas de prática religiosa alinhadas com os tempos atuais.

Através da política, os pentecostais abordam diretamente questões contemporâneas como ética, governança, direitos humanos e desenvolvimento econômico. Isso marca o deslocamento de uma abordagem tradicionalmente espiritualista e reflete como o movimento está se deslocando para se tornar uma força mais complexa e multifacetada nos campos religioso e político, demarcando um espaço antes inexistente no horizonte pentecostal.

Antes da redemocratização no Brasil, ocorrida após o fim da ditadura militar em 1985, as comunidades pentecostais, incluindo a Assembleia de Deus, enfrentavam limitações quanto ao envolvimento político. Durante o período da ditadura (1964-1985), o regime autoritário impôs uma série de restrições às liberdades civis e políticas, restringindo a atuação de diversos grupos sociais e religiosos no cenário político nacional.

Essas restrições incluíam censura à imprensa, repressão a movimentos sociais e estudantis, perseguição de opositores políticos e limitações severas à liberdade de expressão e de organização. Muitos líderes religiosos e instituições também enfrentaram dificuldades, embora algumas igrejas, como as Assembleias de Deus, tenham adotado uma postura de aparente neutralidade ou até mesmo apoio ao regime em alguns momentos.

Durante o período da ditadura militar, o governo implementou uma série de Atos Institucionais, como o AI-5, que concederam poderes quase ilimitados aos militares, incluindo o fechamento do Congresso, a cassação de mandatos parlamentares, a suspensão de direitos políticos e a institucionalização da censura. Essas medidas visavam silenciar qualquer oposição e manter o controle sobre a sociedade.

No contexto das Assembleias de Deus, embora a igreja tenha inicialmente mantido uma posição de neutralidade política, conforme Silva,

Em 1977 Joanyr de Oliveira no PM a nota “Nós, a Política e o Parlamento”, onde dizia que a Câmara Federal havia se reunido, não para tratar de “assuntos conflitantes da economia”, sobre “AI-5” ou a “sucessão presidencial”, mas sobre a “Palavra de Deus”. Em suas palavras, queria defender a política que já estava entre os assembleianos e fez críticas aos que agiam assim, pois em toda profissão existe desonestidade e, quem critica, está se esquecendo que “as autoridades são constituídas por Deus” e os parlamentares evangélicos estariam como “intérpretes do nosso ponto de vista” e estão na “defesa de nossa fé contra o mal” Em sua defesa, para amenizar o discurso, diz que a igreja não deveria entrar na política [...]³⁶

Houve momentos em que a liderança da igreja expressou apoio ao regime, vendo-o como uma força de estabilidade contra o comunismo e outras influências percebidas como ameaças à moralidade e aos valores cristãos. Essa postura, no entanto, não foi uniforme em todas as congregações e gerou debates internos sobre o papel da igreja na política.

Focada na salvação individual e na vida espiritual, a Assembleia de Deus adotou uma postura de distanciamento das questões políticas como estratégia de sobrevivência denominacional. Essa postura também respondia às condições repressivas do regime militar, que via com desconfiança qualquer forma de organização que pudesse desafiar a ordem estabelecida. A neutralidade política da igreja era uma maneira de evitar conflitos com o governo, mantendo-se dentro dos limites aceitáveis impostos pelo regime.

Além disso, a própria estrutura interna da Assembleia de Deus, com uma liderança centralizada e forte ênfase na autoridade espiritual, desestimulava a participação política ativa de seus membros. A igreja promovia uma visão de mundo que separava claramente os domínios do espiritual e do mundano, desencorajando a busca por influência política como forma de preservação dos costumes, doutrinas e valores. Tal sectarismo presente no pentecostalismo contrastava com a postura do neopentecostalismo desde o início dos anos 1980, segundo Ricardo Mariano a igreja Universal do Reino de Deus não media,

esforços para eleger seus candidatos, nem tenta, como o fazem outras igrejas pentecostais, escamotear, por meio de subterfúgios vários, tal propósito dos fiéis. Como não se ressentem do peso da tradição sectária e apolítica do pentecostalismo, seus líderes não necessitam dar maiores explicações para justificar sua participação no jogo político-partidário³⁷.

Com a redemocratização, a abertura política permitiu que novos atores sociais emergissem no cenário político brasileiro. A Assembleia de Deus, que até então mantinha uma

³⁶ (SILVA J. , 2020, p. 112)

³⁷ (MARIANO, Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil. , 2005, p. 91)

postura apolítica, começou a reconhecer a importância do envolvimento político como forma de proteger seus interesses e valores em um ambiente democrático. A transição para a democracia trouxe consigo a possibilidade de participação política ativa, algo que anteriormente era inviável devido às restrições impostas pela ditadura militar e à própria cultura institucional da igreja.

A destraditionalização na Assembleia de Deus é um fenômeno que reflete uma adaptação às mudanças sociais, políticas e culturais no Brasil. A racionalização, conforme descrita por Max Weber, desempenha um papel basilar nesse processo, evidenciando uma transição de práticas religiosas tradicionais para formas mais organizadas e eficientes de culto e administração. A participação ativa da Assembleia de Deus no processo eleitoral de 2018 exemplifica essa racionalização, mostrando como a igreja adota estratégias sistemáticas para alcançar seus objetivos e influenciar a sociedade com suas agendas conservadoras.

Historicamente, a Assembleia de Deus e outras comunidades pentecostais mantinham uma postura de distanciamento das questões políticas, concentrando-se em aspectos espirituais e de salvação individual. No entanto, a redemocratização do Brasil após o fim da ditadura militar em 1985 abriu novas possibilidades de engajamento político. Esse envolvimento político não é apenas uma expansão da influência religiosa, mas uma resposta estratégica às demandas contemporâneas da sociedade.

A nacionalização e autonomia da Assembleia de Deus, destacadas por eventos como a transferência da sede para o Rio de Janeiro em 1930, marcam passos significativos no processo de destraditionalização. Essas mudanças permitiram à igreja desenvolver uma identidade mais brasileira, distanciando-se dos modelos missionários europeus e norte-americanos e adotando práticas mais alinhadas com a realidade local.

A reestruturação burocrática da Convenção Geral em 1979 e a entrada ativa na política pós-1986 são exemplos de como a Assembleia de Deus continua a se adaptar e modernizar suas práticas. A destraditionalização envolve tanto a revisão de doutrinas tradicionais quanto a adoção de novas abordagens para responder às necessidades e desafios contemporâneos, evidenciando um processo dinâmico e por vezes controverso de evolução institucional.

Portanto, a destraditionalização na Assembleia de Deus reflete uma dinâmica interação entre adaptação e inovação, onde a racionalização promove a modernização das práticas religiosas e o engajamento político. Esse processo permite à igreja manter sua relevância e influência na sociedade brasileira, equilibrando valores espirituais tradicionais com as demandas contemporâneas.

3.2. Retradicionalização Pentecostal

O processo de retradicionalização refere-se ao movimento de retorno aos valores, práticas e crenças tradicionais, como uma forma de resistência à destradicionalização percebidas como negativas. Este processo busca restaurar a ordem moral e espiritual perdida devido à destradicionalização. As últimas décadas têm sido marcadas por transformações significativas, como a destradicionalização de segmentos da sociedade, que reduz a influência da religião na vida pública; a globalização, que mistura culturas e valores; a evolução dos direitos civis, que desafia normas tradicionais; e a transformação das estruturas familiares, com o aumento de lares monoparentais e a aceitação de diferentes formas de família.

Grupos religiosos, como os assembleianos, são motivados a se engajar na retradicionalização para preservar sua identidade cultural, manter a ordem moral, proteger a família tradicional e resistir à secularização³⁸ e ao relativismo moral. Eles veem a destradicionalização como uma ameaça aos seus valores e modos de vida.

O Tradicionalismo, conforme definido por Mark Sedgwick³⁹, é uma filosofia que vê as mudanças modernas como uma crise resultante da perda de valores espirituais e morais. Ele propõe um retorno às tradições como solução para essa crise. Sedgwick explica que o Tradicionalismo "insiste que caminhos para a transcendência e a transformação devem ser situados dentro de contextos tradicionais. Isso acontece porque é apenas no interior de tais comunidades que as estruturas de socialização são condicionadas pela religião revelada"⁴⁰. Essa filosofia fornece um fundamento reflexivo para a retradicionalização, alinhando-se com os desejos dos assembleianos de restaurar os valores tradicionais pelo poder político.

3.3. Fator Bolsonaro

³⁸ O assembleianismo entende a secularização/secularismo como o espírito do príncipe deste mundo sem Deus entrando na igreja.

³⁹ Sedgwick, Mark. *Contra o mundo moderno: O Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX*. Editora Âyiné, 2020.

⁴⁰ (SEDGWICK, 2020, p. 343).

O Tradicionalismo enquanto uma filosofia que vê essas mudanças como uma crise resultante da perda de valores espirituais e morais, propondo um retorno às tradições como solução. Essa filosofia fornece elementos para refletir e personificar a retraditionalização, conforme os anseios do assembleianismo de restaurar valores tradicionais.

Durante as campanhas de 2018 e 2022, Jair Messias Bolsonaro capitalizou essas motivações ao se apresentar como um defensor dos valores tradicionais contra as mudanças sociais modernas da destraditionalização. Sua retórica e políticas focaram na restauração da ordem moral, o que segundo ele mesmo disse do seu governo: “Um governo que acredita em Deus defende a família e deve lealdade ao seu povo. Com toda certeza é a fé que nos salvou no passado, nos elegeu e nos manteve vivo no governo até os dias de hoje”⁴¹. A proteção da família tradicional e defesa dos princípios religiosos, reverberou com intensidade junto ao assembleianismo.

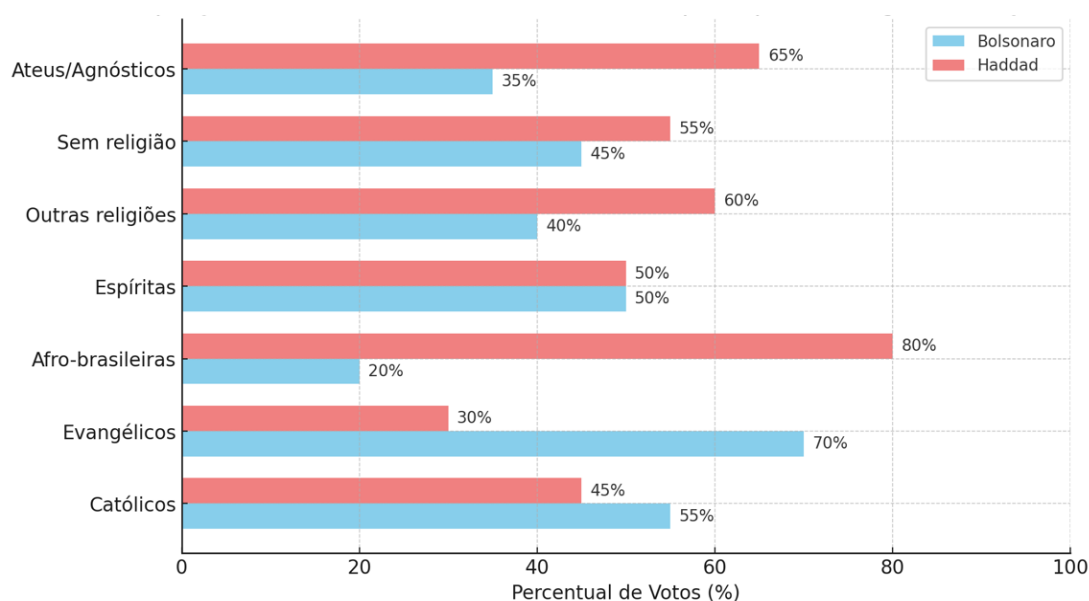
Eles viram em Bolsonaro um líder capaz de corresponder à retraditionalização idealizada para combater as políticas progressistas, representadas por outros candidatos, contrárias à visão de mundo do pentecostalismo de direita. Ao aderirem às suas campanhas, encontraram um representante político que espelhava seus próprios esforços de retorno às tradições, diluídas no processo de destraditionalização. Dessa forma, o apoio a Bolsonaro pode ser entendido como uma manifestação de retraditionalização impulsionada pelo Tradicionalismo descrito por Sedgwick, que é “como um sistema, uma maneira de ver as coisas uma fenomenologia (como, por exemplo, o marxismo e o estruturalismo)”⁴².” em resposta a destraditionalização. As influências ideológicas de Olavo de Carvalho também desempenharam um papel significativo na formação das agendas políticas e religiosas.

⁴¹ (CARTACAPITAL, 2022)

⁴² (SEDGWICK, 2020, p. 344)

O fator Bolsonaro foi preponderante para o assembleianismo aderir às pautas conservadoras e tradicionalistas nas campanhas de 2018 e 2022. Podemos destacar a maneira como Bolsonaro, com sua retórica conservadora e defesa de valores cristãos, se alinha com a filosofia tradicionalista intrínseca no conservadorismo e ressoa com os interesses políticos do assembleianismo. Não apenas entre este grupo, em 2018 e 2022, outros grupos religiosos também demonstraram ser parte do eleitorado que o elegeu em sua primeira disputa pela presidência do Brasil. Observa-se criticamente que as pautas sociais mais amplas têm sido

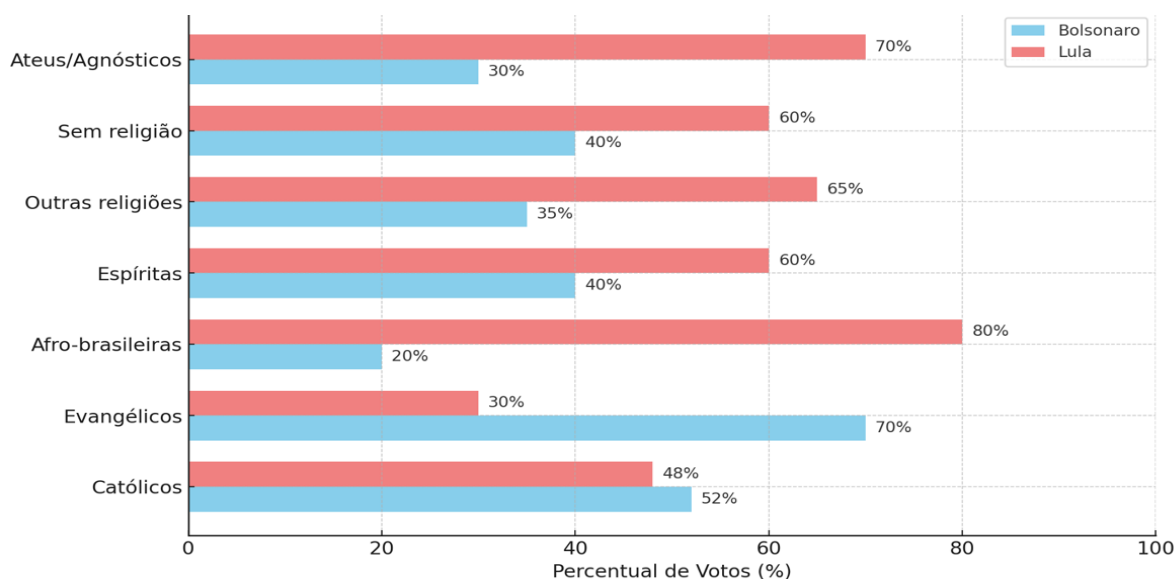
Figura 2. Proporção de votos em Bolsonaro e Haddad por tipo de Religião – Eleições 2018



negligenciadas em benefício das pautas conservadoras.

Fonte: (DATAFOLHA, 2018)

Figura 3. Proporção de Votos em Bolsonaro e Lula por Tipo de Religião – Eleições 2022



Fonte: (Folha de S.Paulo, 2022)

Mark Sedgwick sobre valores tradicionais oferece uma lente importante para entender a adesão do voto evangélico em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e 2022. Sedgwick descreve o Tradicionalismo como um sistema que valoriza a autoridade espiritual e tradicional, contrapondo-se à destradicionalização característica da modernidade, marcada pelo racionalismo e pelo cientismo. No contexto brasileiro, os eleitores pentecostais viram em Bolsonaro um líder capaz de resgatar e defender esses valores tradicionais, alinhando-se com suas visões conservadoras e religiosas. Bolsonaro, com sua retórica conservadora e defesa dos valores cristãos, se posicionou como um representante que espelha os esforços do pentecostalismo de direita de reverter o processo de destradicionalização. Dessa forma, a escolha de Bolsonaro por parte dos evangélicos não foi apenas uma resposta política, mas também uma manifestação do Tradicionalismo descrito por Sedgwick, que busca revalorizar o espiritual e o eterno sobre o material e o temporal. As influências ideológicas de Olavo de Carvalho também desempenharam um papel significativo na formação das agendas políticas e religiosas.

Sedgwick destaca diversos valores tradicionais que permearam, no século XX, e permeiam a narrativa política partidária intelectual do século XXI. Ele enfatiza o respeito pela autoridade espiritual e tradicional, a importância da iniciação mística e dos sacramentos

cristãos, bem como a valorização da tradição espiritual e da busca espiritual séria. Sedgwick apresenta a crença na verdade espiritual como uma realidade absoluta e imemorial, em contraste com o racionalismo e o cientismo, que são vistos como males da modernidade. Esses valores refletem uma rejeição aos paradigmas materialistas e secularizados contemporâneos, característicos da destradicionalização, promovendo uma visão que valoriza o espiritual e o eterno sobre o material e o temporal.

Sedgwick ressalta a necessidade de uma abordagem que vá além do físico e do imediato, priorizando a verdade espiritual e eterna. Como Sedgwick escreve, “o Tradicionalismo não é uma ideologia de massa que pode ser aplaudida em comícios. Algumas pessoas que ajudam e organizam esses comícios, no entanto, são, em maior ou menor medida, inspiradas pelo Tradicionalismo”⁴³. Assim, *Contra o Mundo Moderno* apresenta uma tentativa de preservar e revitalizar uma visão de mundo que privilegia a espiritualidade e a ordem tradicional, enfrentando os desafios impostos pela destradicionalização.

Bolsonaro, durante suas campanhas e mandato, enfatizou a defesa da família tradicional, posicionou-se contra políticas progressistas e fez alianças estratégicas com líderes religiosos e defendendo o pensamento de conserto do cidadão pela fé cristã, ele foi

o primeiro presidente cristão, com discurso evangélico pentecostal, a chegar ao Palácio do Planalto pelo voto popular. Os presidentes Café Filho – que era presbiteriano – e Ernesto Geisel – que era luterano – chegaram à Presidência da República por via indireta. No primeiro discurso que deu após ser eleito presidente do Brasil, no dia 28 de outubro de 2018, Bolsonaro citou Deus várias vezes e afirmou: “O nosso slogan eu fui buscar naquilo que muitos chamam de caixa de ferramenta para consertar o homem e a mulher, que é a Bíblia Sagrada. Fomos em João 8:32: e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”⁴⁴.

Suas propostas e medidas legislativas visaram reforçar valores morais tradicionais, combater a ideologia de gênero e fortalecer a educação moral⁴⁵ e religiosa. A ênfase de Bolsonaro na segurança pública e na ordem ecoou com a filosofia tradicionalista subjacente na sociedade e na cena política, que valoriza a ordem e a estabilidade social. A filosofia

⁴³ (Ibidem, 2020, p. 16)

⁴⁴ (Humanitas Unisinos (IHU), 2018)

⁴⁵ Só no Estado de Santa Catarina no mandato de Bolsonaro entre 2018 e 2022 foram anexadas 21 escolas ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). (CATARINA, 2023)

tradicionalista, conforme descrita por Mark Sedgwick, “busca uma verdade última, exatamente como a religião e alguns tipos de filosofia”⁴⁶ e rejeita a modernidade decadente.

Bolsonaro, ao defender valores morais e espirituais como absolutos e criticar a modernidade, alinha-se com essa filosofia por intermédio de Olavo de Carvalho. Ele apresentou esses valores como verdades incontestáveis, refletindo a busca por uma verdade última central ao Tradicionalismo, e culpou a modernidade por diversos problemas sociais e morais, propondo um retorno a práticas tradicionais como solução.

Olavo de Carvalho desempenhou um papel significativo na promoção do Tradicionalismo no Brasil. Olavo foi influenciado pelos escritos de René Guénon, um dos fundadores do pensamento Tradicionalista, e, ao longo dos anos, tornou-se uma figura central na disseminação dessas ideias. Ele começou sua trajetória como comunista durante os anos de faculdade, mas posteriormente se envolveu com o esoterismo, incluindo alquimia e astrologia. Segundo Teitelbaum,

Era tudo muito divertido. Mas, em 1977, a namorada de Olavo trouxe para ele um livro que mudaria sua visão: *The sword of gnosis*, uma antologia de ensaios de escritores Tradicionalistas, entre os quais René Guénon. Tinha sido editado pelo americano Jacob Needleman – o mesmo Needleman que anos depois seria mentor de Steve Bannon. O texto inspirou Olavo a ler todos os livros de Guénon. Depois de ter dominado as fontes primárias do Tradicionalismo, concluiu que não precisava mais estudar. Desejava, agora, encontrar uma maneira de começar a praticar⁴⁷.

Uma antologia de ensaios de Tradicionalistas, o que o levou a aprofundar-se nas obras de Guénon. Eventualmente, ele passou a praticar e ensinar esses conceitos, formando uma base de seguidores no Brasil e, mais tarde, nos Estados Unidos, onde estabeleceu uma escola de filosofia online. Olavo de Carvalho também desempenhou um papel indireto na política brasileira, sendo um conselheiro informal do presidente Jair Bolsonaro e influenciando nomeações para cargos importantes, como o Ministro da Educação e o Ministro das Relações Exteriores.

Sua abordagem combativa e suas críticas incisivas atraíram uma grande base de seguidores, consolidando sua posição como uma figura influente no movimento Tradicionalista global. Essa complexa trajetória mostra como Olavo de Carvalho utilizou o Tradicionalismo

⁴⁶ (Sedgwick, 2020, p. 517)

⁴⁷ (TEITELBAUM, 2020, p. 120)

para moldar seu pensamento e influenciar a política e a cultura no Brasil, integrando esoterismo e críticas à modernidade em suas práticas e ensinamentos

O assembleianismo, historicamente conservador, encontrou em Bolsonaro um defensor de sua moralidade e ordem espiritual. Suas políticas e retórica refletiam a defesa da estrutura moral e espiritual fundamental para a sociedade. A teoria de Mark Sedgwick sobre valores tradicionais oferece uma lente importante para entender a adesão do voto evangélico em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e 2022. Sedgwick descreve o Tradicionalismo como um sistema que valoriza a autoridade espiritual e tradicional, contrapondo-se à destradicionalização característica da modernidade, marcada pelo racionalismo e pelo cientismo.

No contexto brasileiro, os eleitores pentecostais viram em Bolsonaro um líder capaz de resgatar e defender esses valores tradicionais, alinhando-se com suas visões conservadora e religiosa. A retraditionalização assembleiana não se restringe apenas ao âmbito religioso e moral, mas se estende ao campo político, evidenciado pelo alinhamento com narrativas partidárias conservadoras. Este processo de retorno aos valores e práticas tradicionais encontra eco na retórica política de Jair Bolsonaro, cuja defesa enfática da família tradicional, da moralidade e da ordem pública ecoa com as crenças assembleianas.

Bolsonaro, ao posicionar-se contra políticas progressistas e ao promover uma agenda que valoriza princípios tradicionais, oferece uma plataforma política que reforça a identidade conservadora dos assembleianos. Assim, a adesão a Bolsonaro não só reflete uma resistência à destradicionalização, mas também uma integração estratégica das pautas religiosas com a política partidária, fortalecendo a influência dos assembleianos no cenário político nacional.

3.4. Impactos da Retraditionalização Pentecostal [Inclusão de autores conforme sugestão do parecer]

A retraditionalização reforça uma identidade pentecostal baseada na moralidade, na família tradicional e na resistência às mudanças provocadas pela destradicionalização. Este movimento busca preservar a pureza doutrinária e a autenticidade da fé diante do secularismo⁴⁸. Ao enfatizar a autoridade dos líderes religiosos, a retraditionalização consolida o poder dos

⁴⁸ O assembleianismo entende a secularismo como o espírito do príncipe deste mundo sem Deus entrando na igreja.

pastores e líderes eclesiais, justificando a centralização da autoridade para proteger a comunidade de influências externas e garantir a continuidade das práticas religiosas.

A retraditionalização também se alinha com narrativas políticas conservadoras, ampliando a influência das igrejas pentecostais na esfera pública. A defesa de valores tradicionais, como a família e a moralidade, repercute nas plataformas políticas de líderes como Jair Bolsonaro, reforçando a coesão interna do assembleianismo e aumentando seu impacto político. A retraditionalização pentecostal não apenas fortalece a identidade interna e centraliza as estruturas de poder dentro das igrejas, mas também se torna um fenômeno político, integrando-se estrategicamente ao campo político partidário para proteger e promover valores tradicionais. Esse processo também pode ser analisado pelas lentes do biopoder e das relações sociais de poder conforme Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Achille Mbembe.

Durante o terceiro trimestre de 2023, realizei um acompanhamento em loco na cidade de Biguaçu/SC, onde existem 22 igrejas filiadas à Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP). Este acompanhamento resultou em um relatório⁴⁹ de campo detalhado. Participei como ouvinte de 12 domingos de Escola Bíblica Dominical (EBD), observando reuniões assembleianas que refletem práticas comuns em todo o território nacional.

3.5. Pautas Progressivas Mencionadas

Durante as aulas da Escola Bíblica Dominical na Assembleia de Deus em Biguaçu, SC, várias pautas progressivas foram mencionadas e discutidas. Entre elas, destacam-se:

- Aborto: Frequentemente abordado como uma pauta progressiva contrária aos princípios cristãos defendidos pela igreja.
- Apoio a Políticos de Esquerda: Críticos às agendas de esquerda, os crentes são alertados sobre os perigos de apoiar políticos que promovem pautas progressistas.
- Direitos de Pessoas Transgêneros: A inclusão e aceitação de pessoas transgêneros dentro da igreja é vista com cautela e preocupação.

⁴⁹ Anexo B.

- Secularização⁵⁰ e Relativização da Moral Cristã: Discussões sobre a secularização e como ela relativiza os valores e princípios morais defendidos pelo cristianismo.

Os crentes são aconselhados a adotar estratégias para lidar com essas pautas progressivas. Fortalecimento da leitura bíblica e espiritualidade. A leitura diária da bíblia e a busca pelo entendimento do Espírito Santo. São enfatizadas como ferramentas essenciais para se defender dos ataques da teologia progressista. Em aula de EBD o professor reforçou que a leitura da bíblia deve ser uma prática diária, pois juntamente com entendimento do Espírito os crentes poderão se defender dos ataques da teologia progressista, ou seja, os evangélicos devem procurar um cristianismo bíblico para combater a destradicionalização.

Nos encontros dominicais matutinos os crentes são incentivados a manter-se firmes nas tradições e valores cristãos, resistindo às mudanças trazidas pela destradicionalização da assembleia de Deus. Por exemplo, a aula sobre a *desconstrução da masculinidade bíblica* reforça a importância de preservar a virilidade, responsabilidade e liderança masculina conforme os ensinamentos bíblicos. As aulas abordam diretamente o combate as pautas progressivas, discutindo seus impactos e fornecendo argumentos contra essas ideias. Em uma aula de EBD, um professor trouxe o tema central do trimestre crentes que apoiam pautas progressivas, tais como aborto e políticos que apoiam agendas de esquerda.

Os crentes são advertidos sobre os perigos do relativismo moral e incentivados a manter uma postura firme contra a secularização, esta entendida como o mundo entrando na igreja. No texto utilizado nas aulas, um tipo de revista trimestral vendida internamente em quase todas as assembleias de Deus no Brasil, do texto o autor sinaliza que “numa sociedade secularizada, o cristão precisa tomar cuidado com o relativismo, não fazer concessões e estar alerta quanto às ações de manipulação da consciência e o desrespeito à vida humana”⁵¹

Há um reconhecimento de que desafios futuros, como a inclusão de pessoas transgênero, precisam ser abordados de forma preparada e fundamentada na Bíblia. Em um debate entre alunos e o professor sobre novas conversões, eles destacaram o que a lição da EBD estava definindo sobre transgênero,

O sexo, o gênero e a sexualidade fazem parte da constituição anatômica e fisiológica divinamente instituída. Nas Escrituras, existem apenas duas

⁵⁰ O assembleianismo entende a secularização como o espírito do príncipe deste mundo sem Deus entrando na igreja.

⁵¹ (BAPTISTA, 2023, p. 68)

possibilidades de gênero e de anatomia sexual humana, ou seja, masculino/macho e feminino/fêmea (Gn 1.27). Ao término da criação, “viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom” (Gn 1.31). Deus não errou ao criar a sexualidade heterossexual como norma para a humanidade. Portanto, ninguém nasce predeterminado a identificar-se como transgênero. Muda-se a cultura, mas a palavra do Senhor permanece imutável (Mt 24.35).⁵²

O pastor presidente da Igreja Assembleia de Deus, onde realizamos a pesquisa de campo, fez um questionamento sobre a inserção de transgêneros na comunidade assembleiana catarinense: quando começarmos a receber pessoas convertidas que são transgêneros, estaremos preparados para recebê-las?

A resposta às pautas progressivas no assembleianismo é estruturada em torno do fortalecimento dos valores tradicionais, da leitura bíblica e da espiritualidade, e da resistência ativa contra a destradicionalização e a retradicionalização moral. As discussões nas aulas da Escola Bíblica Dominical refletem uma tentativa consciente de preparar os crentes para enfrentar as mudanças sociais modernas enquanto mantêm sua identidade e princípios religiosos intactos.

3.6. Construção de um Projeto Político Pentecostal

No pentecostalismo, o surgimento e a evolução de projetos políticos têm sido marcados por uma maior participação e engajamento dos pentecostais de direita na esfera política partidária brasileira. Inicialmente, até as décadas de 1990, esse grupo não se mostrava tão militante no cenário político nacional. No entanto, houve uma mudança significativa nas últimas duas décadas, tornando os pentecostais mais ativos e influentes na política. A formação da chamada bancada evangélica nasceu com uma finalidade predeterminada, como destacado no editorial do jornal Mensageiro da Paz de 1986.

Faltam apenas quatro meses e alguns dias para a eleição da próxima Assembleia Nacional Constituinte. No dia 15 de novembro todos os brasileiros maiores de 18 anos terão a responsabilidade de escolher, dentre milhares de candidatos, aqueles que vão redigir e aprovar a nova Constituição do Brasil”. Cabe, portanto, aos candidatos evangélicos que espera nossos votos, uma plataforma de ação definitiva que inclua, entre outros pontos, o combate ao aborto, a guerra contra a pornografia, a luta para impedir a legalização do jogo, a busca de melhor distribuição de renda, a vigilância constante para evitar a subversão da ordem e a restrição da liberdade religiosa. Se agirmos a partir desses pressupostos, estaremos contribuindo para a eleição de uma expressiva bancada evangélica e evitamos que a fragmentação dos

⁵² (BAPTISTA, 2023, p. 107)

votos nos roube a singular oportunidade de termos pessoas preparadas e comprometidas com a fé cristã nos altos escalões da República.⁵³

Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), a bancada evangélica foi eleita, com um número significativo de deputados federais, sendo a maioria pentecostais da Assembleia de Deus. Esse evento marcou o início de uma maior representatividade política dos pentecostais de direita no cenário nacional. A articulação política dos blocos pentecostais de direita brasileiros também tem sido evidente, com a busca por alianças com outras bancadas, como a ruralista e a dos militares, para garantir que suas agendas sejam atendidas.

Os pentecostais de direita em 2018 viram muitos congressistas eleitos sem experiência prévia, com uma forte presença de evangélicos, incluindo assembleianos. Este grupo se destacou por sua influência na agenda conservadora e tradicionalista, alinhando-se com candidatos como Jair Bolsonaro, que foi amplamente apoiado por líderes evangélicos e suas congregações, desempenhando um papel significativo nas eleições de 2018.

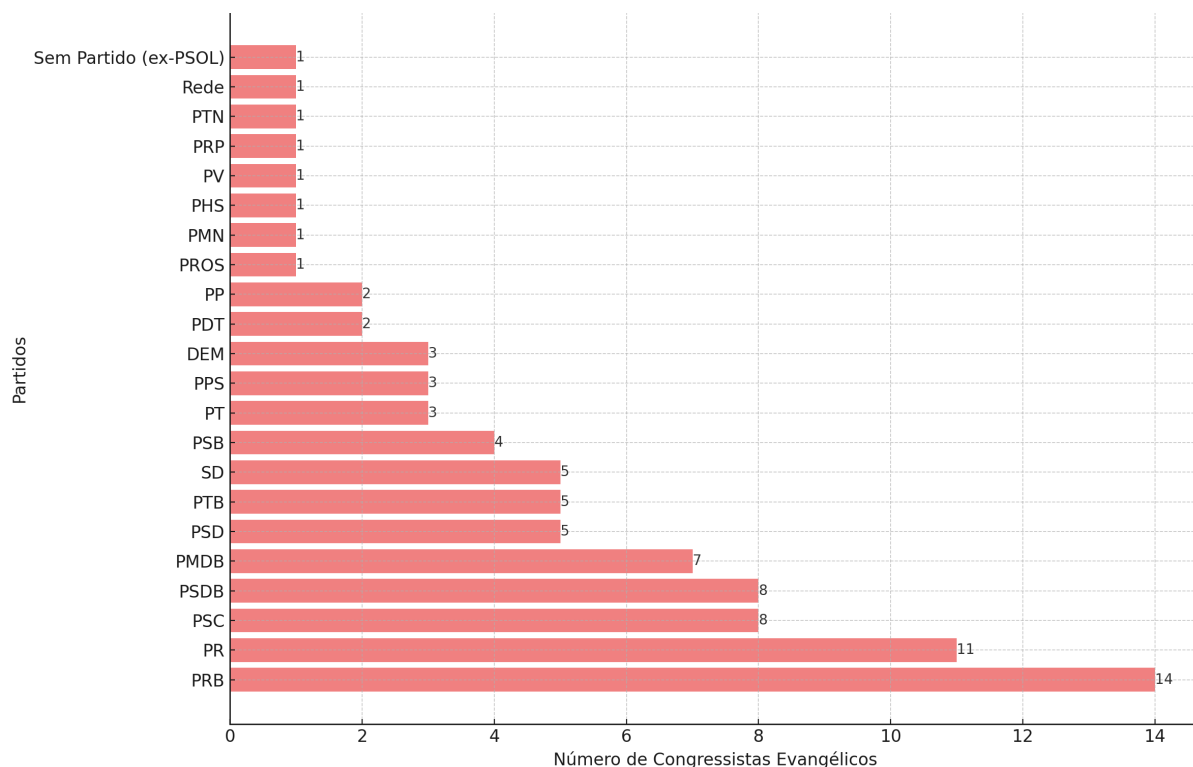
A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso declarou, nesta quinta-feira (4), apoio à candidatura do deputado Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República. O anúncio foi feito por meio de carta aberta assinada pelo coordenador da bancada, deputado Takayama (PSC-PR). O grupo, que conta com 199 deputados e quatro senadores, é composto por parlamentares de diversos espectros políticos e partidos, incluindo PT, PSDB, Rede, MDB, Podemos e PDT —siglas que possuem candidato próprio à Presidência. Na carta, o grupo afirma que o intuito do apoio é evitar que candidatos de esquerda assumam o poder "causando ainda mais crises do que as que atravessamos nos últimos anos". "A frente afirma que a decisão está acima de qualquer doutrina partidária e foi tomada pensando na defesa dos valores da família. "Entendemos que a defesa dos valores cristãos, da vida e da família estão acima de tudo! Proteger nossas crianças de um futuro desastroso é nosso dever como legisladores e homens de bem", diz o documento. Nesta semana, a chamada bancada ruralista também oficializou apoio a Bolsonaro.⁵⁴

Essa participação política vai além das eleições legislativas, demonstrando uma atuação mais ampla e estratégica no cenário político. Portanto, a evolução dos projetos políticos dentro do movimento pentecostal no Brasil tem sido caracterizada por um aumento da participação, organização e influência dos pentecostais de direita na política nacional. A formação da bancada evangélica, as alianças estratégicas e a busca por representatividade política são

⁵³ (Mensajeiro da Paz, 1986, p. 2)

⁵⁴ (FOLHA DE S.PAULO, 2018)

aspectos importantes desse processo de engajamento político dos pentecostais de direita e



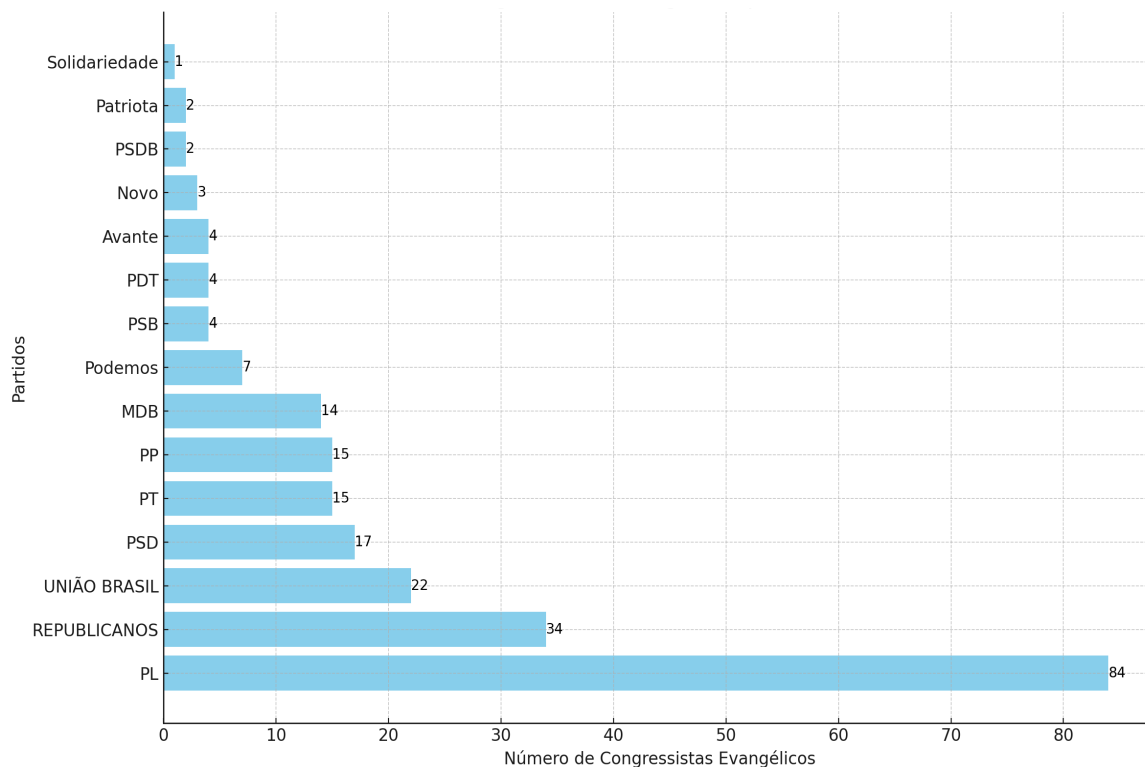
esquerda.

Figura 4. Congressistas Evangélicos por partido - 2018

Fonte: (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA; SURUAGY, BRUNA, 2016)

O gráfico apresentado ilustra a distribuição dos membros da Frente Parlamentar Evangélica por igreja em 2018. A Assembleia de Deus lidera significativamente com 27 membros, destacando-se como a denominação mais influente dentro da bancada. Em seguida, a Igreja Universal do Reino de Deus conta com 12 representantes, enquanto as igrejas Batista e Presbiteriana possuem cada uma 9 membros. Outras denominações como a Quadrangular, Sara Nossa Terra, Internacional da Graça de Deus, Mundial do Poder de Deus e Nova Vida têm uma representação menor, com números variando de 2 a 3 membros. Igrejas menores, como Aliança Evangélica, Fonte da Vida, Cristã da Família, e outras, possuem apenas um representante cada. Além disso, há 9 membros cuja afiliação religiosa não foi informada. Esses dados refletem a diversidade e a presença significativa das diferentes denominações evangélicas no cenário político brasileiro durante a legislatura de 2015-2018.

Figura 5. Congressistas Evangélicos por Partido — Pós-eleições de 2022



Fonte: (PODER360, 2024)

A comparação entre os gráficos dos congressistas evangélicos por partido nas legislaturas de 2018 e 2022 revela mudanças significativas na distribuição de membros entre os partidos. Em 2018, o PRB liderava com 14 membros, seguido pelo PR com 11 membros, enquanto PSC e PSDB contavam com 8 membros cada. Outros partidos, como PMDB, PSD, PTB, SD, PSB, PT, PPS, DEM, PDT, PP, PROS, PMN, PHS, PV, PRP, PTN, Rede e Sem Partido (ex-PSOL), também tinham representações variadas, com números menores de membros. Essa dispersão mostrava uma distribuição mais ampla e diversificada dos congressistas evangélicos entre diversos partidos.

Em 2022, a distribuição se tornou mais concentrada, com o Republicanos crescendo expressivamente para 34 membros e o PL surgindo como um dos principais partidos com 84 membros. O PSC aumentou para 18 membros e o PP para 20 membros, indicando uma reorganização interna. O PSD cresceu para 17 membros, enquanto DEM e PSDB mantiveram ou aumentaram ligeiramente suas representações. Partidos menores, como AVANTE e PRB, tiveram um número reduzido de membros. Observa-se uma centralização maior dos

congressistas evangélicos em partidos específicos, refletindo uma tendência de concentração de poder e maior organização dentro da bancada evangélica. Essa reorganização demonstra a dinâmica política em evolução e a capacidade de certos partidos de atrair e manter a fidelidade dos congressistas evangélicos.

Em 2018, a bancada evangélica estava distribuída entre vários partidos, com o PRB (hoje Republicanos) e o PR sendo os mais representativos. Partidos como PSC, PSDB, PMDB, PSD, PTB e outros tinham uma representação notável, mas não tão concentrada. Havia uma dispersão maior dos membros evangélicos entre partidos de diferentes espectros políticos, incluindo alguns partidos de centro e esquerda. Em 2022, a concentração dos congressistas evangélicos em partidos de direita aumentou significativamente. O Republicanos, um partido de direita, cresceu para 34 membros, enquanto o PL, também um partido de direita, emergiu com 30 membros. O PSC e o PP, ambos alinhados à direita, também aumentaram suas representações para 18 e 20 membros, respectivamente. Este aumento na concentração de congressistas evangélicos em partidos de direita sugere um fortalecimento da ala conservadora dentro da bancada evangélica.

A utilização dos púlpitos das igrejas pentecostais como “palanques eleitorais” refere-se ao fenômeno em que líderes religiosos, especialmente pastores, utilizam seus espaços de pregação para abordar questões políticas e direcionar o voto dos fiéis. Nesses espaços, os pastores têm a oportunidade de alcançar muitas pessoas e exercer uma influência significativa sobre suas crenças e decisões. Ao abrir os púlpitos para políticos, os pastores utilizam sua autoridade espiritual e moral para apresentar determinados candidatos, partidos ou ideologias políticas aos fiéis, muitas vezes associando essas escolhas a princípios religiosos e valores morais. Essa prática pode influenciar diretamente as escolhas políticas dos membros da igreja, que tendem a seguir as orientações de seus líderes espirituais.

Essa estratégia de utilizar os púlpitos como plataformas eleitorais levanta questões éticas e políticas, uma vez que amalgama religião e política partidária, gerando debates sobre a separação entre Estado e Igreja, bem como sobre a liberdade de consciência e de voto dos cidadãos. Além disso, essa prática impacta significativamente o cenário político, especialmente considerando o grande número de fiéis que frequentam igrejas pentecostais no Brasil e a influência dos líderes religiosos sobre eles. Portanto, a utilização dos púlpitos como palanques eleitorais por parte dos pastores pentecostais visa mobilizar eleitores e influenciar o cenário político por meio da influência religiosa e moral exercida dentro das igrejas.

As alianças políticas estabelecidas pelos pentecostais de direita com outras bancadas, como a ruralista e a dos militares, têm como objetivo principal fortalecer a representatividade política desse grupo religioso e ampliar sua influência no cenário político brasileiro. Essas parcerias visam garantir que as agendas e demandas dos pentecostais de direita sejam atendidas e consideradas nas decisões políticas. Ao unir forças com outras bancadas, os pentecostais de direita conseguem ampliar sua base de apoio e influência no Congresso Nacional, possibilitando maior poder de negociação e articulação política. A colaboração com grupos como a bancada ruralista e a dos militares resulta em alianças que beneficiem ambas as partes, permitindo a defesa de interesses comuns e a conquista de objetivos políticos compartilhados.

Além disso, a presença de políticos evangélicos, muitos deles ligados às igrejas pentecostais, nas instâncias políticas, como no Congresso Nacional e em cargos executivos, demonstra a eficácia dessa estratégia de participação eleitoral. Esses representantes políticos atuam como porta-vozes dos interesses e demandas da comunidade pentecostal, buscando garantir que suas pautas sejam consideradas e defendidas no âmbito legislativo e governamental. Dessa forma, a participação ativa de líderes e membros de igrejas pentecostais em eleições é uma forma de consolidar a influência política desse grupo religioso, assegurando sua representatividade e fortalecendo sua voz no cenário político nacional.

Algumas Considerações

Ao finalizar o Capítulo 3 sobre a destradicionalização e retradicionalização no Pentecostalismo, é possível refletir sobre a complexidade e a dinâmica desses processos dentro das comunidades religiosas. Observamos como a adaptação às mudanças sociais e culturais contemporâneas tem levado a uma reconfiguração das práticas religiosas, com a busca por uma maior integração com a sociedade e uma postura mais flexível em relação a questões teológicas e políticas. A relação entre destradicionalização e retradicionalização no Pentecostalismo revela um equilíbrio delicado entre a modernização e a preservação dos valores tradicionais, refletindo um movimento estratégico para fortalecer a identidade e a influência das comunidades pentecostais. Esses processos não apenas moldam a vida interna das igrejas, mas também impactam diretamente o cenário político nacional, onde a integração das pautas religiosas fortalece a coesão interna e a influência sociopolítica dos pentecostais.

Primeiramente, a destradicionalização dentro da Assembleia de Deus, caracterizada pela flexibilização das práticas litúrgicas e códigos de vestimenta, bem como a incorporação de

elementos modernos, indicou uma tentativa de tornar a igreja mais relevante e atrativa para as gerações mais jovens e urbanizadas. Este processo, no entanto, não ocorre sem tensões internas, uma vez que as mudanças nem sempre são aceitas por todos os membros da comunidade. Em contraste, a retraditionalização emerge como uma resposta a essas mudanças, buscando restaurar valores e práticas que são percebidos como fundamentais para a identidade religiosa da comunidade. Este movimento é amplamente apoiado pela liderança da igreja e se alinha com narrativas políticas conservadoras, que encontram eco na figura de Jair Bolsonaro e sua retórica de defesa dos valores tradicionais.

A análise do papel da Assembleia de Deus no processo eleitoral de 2018 ilustrou como a igreja adotou estratégias racionais e organizadas para influenciar a política nacional. A mobilização dos fiéis para apoiar candidatos alinhados com seus valores religiosos e a formação de alianças estratégicas com outras bancadas políticas, como a ruralista e a dos militares, evidenciam um processo de racionalização das práticas religiosas, conforme descrito por Max Weber. Além disso, o Capítulo 3 destacou a importância do contexto histórico na formação das estratégias políticas da Assembleia de Deus. A nacionalização da igreja, a partir da autonomia em relação à Missão Sueca e a transferência da sede para o Rio de Janeiro em 1930, marcou um ponto de inflexão no processo de adaptação e modernização da igreja, permitindo-lhe desenvolver uma identidade mais brasileira e influente no cenário político.

O capítulo também abordou o impacto do Tradicionalismo, conforme definido por Mark Sedgwick, no movimento assembleiano. A filosofia tradicionalista oferece uma chave de leitura importante para compreender a adesão do voto evangélico a Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e 2022. A defesa de valores tradicionais e a oposição às políticas progressistas são centrais para essa aliança, refletindo os anseios de retraditionalização dentro da comunidade assembleiana. Em suma, este capítulo contribui para a compreensão de como as mudanças internas na Assembleia de Deus refletem e respondem às dinâmicas sociopolíticas do Brasil contemporâneo. A interação entre destraditionalização e retraditionalização dentro da igreja não só molda sua identidade religiosa, mas também amplia sua influência política, demonstrando a complexidade e a importância do movimento pentecostal no contexto brasileiro.

Ao adentrarmos no Capítulo 4, intitulado "Ambiguidades do Projeto Político da CIADESCP", mergulharemos nas complexidades e contradições que permeiam a relação entre o Pentecostalismo, a destraditionalização, a retraditionalização e o campo político-partidário brasileiro. Neste novo contexto, exploraremos as ambiguidades presentes no projeto político da

Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP), analisando como essas ambiguidades impactam a atuação política e social dessa instituição religiosa. Ao longo deste capítulo, examinaremos de que forma as ambiguidades no projeto político da CIADESCP refletem as tensões internas e externas enfrentadas pela comunidade pentecostal. Investigaremos como as diferentes visões e abordagens dentro da CIADESCP podem gerar conflitos e desafios na articulação de uma agenda política coesa e eficaz. Além disso, analisaremos como essas ambiguidades influenciam a relação da CIADESCP com outras instituições políticas e religiosas, bem como seu impacto na sociedade em geral.

Por meio de uma análise aprofundada das ambiguidades do projeto político da CIADESCP, buscamos compreender as nuances e contradições inerentes à atuação política das comunidades pentecostais no Brasil. Ao explorar essas questões, visamos lançar luz sobre os desafios e oportunidades que surgem da interseção entre a esfera religiosa e política, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e crítica do papel do Pentecostalismo no cenário político-partidário brasileiro.

CAPÍTULO 4 Ambiguidades do projeto político da CIADESCP.

Introdução

No capítulo final, este trabalho examina as complexidades internas e externas do projeto político da CIADESCP.

está personificada na tolerância interpessoal, os fiéis da Assembleia de Deus são descritos como mais tolerantes e menos rigorosos do que seus representantes políticos. Isso sugere uma desconexão entre as atitudes pessoais e a agenda política oficial defendida pela CIADESCP.

Essa diferença pode indicar uma lacuna entre a prática cotidiana dos fiéis e a retórica pública e política dos líderes da CIADESCP. Isso é explorado para entender como as políticas da CIADESCP são formadas e se refletem ou não nas crenças e práticas dos seus membros. Ao longo desta análise, serão examinadas as diferentes visões e abordagens dentro da CIADESCP, bem como a forma como essas ambiguidades se posiciona em temas polêmicos como aborto e homossexualidade podem gerar conflitos e desafios na articulação de uma agenda política coesa e eficaz.

Por meio desta investigação, busca-se compreender as nuances e contradições inerentes à atuação política das comunidades pentecostais no Brasil, lançando luz sobre os desafios e oportunidades que surgem da interseção entre a esfera religiosa e política. A análise das ambiguidades no projeto político da CIADESCP contribuirá para uma compreensão mais abrangente e crítica do papel do Pentecostalismo no cenário político-partidário, destacando as complexidades e os dilemas enfrentados por essa instituição religiosa em sua participação ativa na esfera política.

Nos capítulos anteriores, foram abordados diversos aspectos relevantes relacionados à atuação política da CIADESCP e sua influência no cenário político catarinense. Inicialmente, foi destacado o papel da CIADESCP como parte do movimento pentecostal brasileiro, sua expansão de fiéis e participação ativa em questões sociais e políticas. Em seguida, a análise aprofundou-se nas transformações culturais e sociais que influenciam a interação entre religião e política, explorando conceitos como adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, destradicionalização e reflexividade. Além disso, foram discutidas as estratégias e impactos da atuação política da CIADESCP, evidenciando a importância da formação de líderes políticos, da articulação de ações em defesa dos interesses da comunidade e da promoção de valores cristãos de forma positiva na sociedade.

Diante deste contexto, a transição para a análise final será realizada por uma investigação mais aprofundada nas ambiguidades presentes no projeto político da CIADESCP. A análise em questão buscará compreender as tensões internas e externas enfrentadas pela comunidade evangélica, examinando como as diversas visões e abordagens dentro da CIADESCP podem gerar conflitos e obstáculos na implementação de uma agenda política coerente e eficaz. A análise crítica visa revelar os desafios e oportunidades que surgem da interação entre a esfera religiosa e política, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e crítica do papel do Pentecostalismo no cenário político-partidário brasileiro.

4.1. Contextualização Histórica e Teórica

A Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP) foi fundada em 1948⁵⁵ e, desde então, tem desempenhado um papel ativo no cenário religioso, político e social catarinense. Ao longo dos anos, a CIADESCP expandiu sua base de fiéis e se envolveu em questões políticas e sociais, buscando influenciar decisões políticas, promover valores cristãos e moldar a opinião pública. Através de sua Comissão Pró-Política,

A Convenção da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná- CIADESCP, presidida pelo pastor Nilton dos Santos, tem se destacado por meio da Comissão Pró-Política na conscientização dos seus membros diante dos desafios de desconstruir as narrativas que impõe na sociedade uma quebra de princípios e valores cristãos.⁵⁶

Ela tem estabelecido parcerias com líderes políticos e partidos afins, mobilizado a comunidade de fiéis para participar ativamente do processo político e promovido debates públicos sobre temas de seu interesse. Essas ações têm contribuído para a formação de uma opinião pública assembleiana tradicionalmente conservadora⁵⁷ e engajada, ampliando a representatividade e o impacto político da Convenção.

Nos últimos anos, tem os visto uma forte reação de alguns segmentos da sociedade e, até mesmo, de instituições de Estado, com a finalidade de caricaturar os conservadores como reacionários e retrógrados. O que se vê nesse cenário são equívocos e incompreensões grotescas do que significa ser

⁵⁵ (CIADESCP, 2024)

⁵⁶ (COMISSÃO PRÓ-POLÍTICA CIADESCP., 2024)

⁵⁷ (Revista Kaleo , 2024)

conservador, tanto da parte dos críticos, como de muitos daqueles que se denominam conservadores.⁵⁸

Em uma reportagem do Intercept Brasil, mostrar-se que a Assembleia de Deus em Santa Catarina, especificamente na cidade de Blumenau, Igreja presidida pelo presidente da CIADESCP, distribuiu uma cartilha de conteúdo anti-esquerda, anti-feminista e anti-LGBTQIA+, visando doutrinar os fiéis contra Lula e movimentos progressistas. A cartilha foi usada nas escolas dominicais e está alinhada ao discurso de Jair Bolsonaro, “promovendo um pânico moral entre os congregados”. A iniciativa sugere uma tentativa de influenciar o voto dos membros da igreja nas eleições.

A ASSEMBLEIA DE DEUS DE SANTA CATARINA está usando desde julho – período pré-eleitoral – uma cartilha anti-esquerda para doutrinação de fiéis. O material, enviado ao Intercept, menciona nominalmente Luiz Inácio Lula da Silva como defensor da chamada “ideologia de gênero”, termo que conservadores usam para atacar os movimentos LGBTQI+ e feminista, e espalha pânico moral ao associar o feminismo à pedofilia, zoofilia e outras “perversidades”. “O feminismo representa uma das maiores armadilhas do mundo contemporâneo, levando a sociedade a um nível de depravação e perdição inimaginável. Como toda ideologia mundana, tomou proporções inimagináveis, financiando coisas sórdidas como: pedofilia, zoofilia, sexo desregrado, homossexualidade e diversas outras perversidades. O feminismo é uma aberração nascida no mais profundo inferno, produzindo divisão, briga, promiscuidade, homossexualidade e todo tipo de sordidez”.⁵⁹

A “cartilha” mencionado na reportagem acima é a *Revista Kaleo* que abordou uma série de lições focadas na compreensão do contexto moral, político, intelectual e espiritual atual, oferecendo uma perspectiva cristã sobre esses temas. A revista em 2022 discutiu tópicos como conservadorismo em uma sociedade decadente, a relação entre Deus, fé e política, e a importância da educação cristã no Brasil. Também examina questões contemporâneas como marxismo cultural, ideologia de gênero, machismo, feminismo e a distorção da sexualidade na cultura moderna. Cada lição é estruturada para incluir uma introdução, leitura bíblica, objetivos específicos e reflexões semanais, proporcionando uma aplicação prática dos ensinamentos para a vida diária dos cristãos.

Segundo os autores da *Kaleo* o principal objetivo da revista é orientar os cristãos a entenderem e se posicionarem de maneira bíblica diante dos desafios atuais, mantendo e defendendo os valores e princípios cristãos. Segue introdução da revista:

⁵⁸ (Revista Kaleo , 2024, p. 24)

⁵⁹ (The Intercept Brasil CAMPOS MELLO, Patrícia; MORENO, Maru., 2022)

Neste trimestre estaremos olhando para a realidade ao nosso redor procurando entender como a sociedade chegou no nível moral, político, Intelectual e espiritual em que está, e a partir desta leitura, ressaltar o papel da Igreja neste contexto. É necessário de maneira urgente compreendermos o nosso tempo para que nossa vivência cristã de fato gere resultados transformadores. O mundo apela constantemente para que os cristãos vivam numa neutralidade insignificante enquanto o mal avança, porém o chamado do mestre Jesus continua afirmando que somos sal e luz, e que precisamos fazer a diferença. É impossível não enxergar que estamos numa grande e Intensa batalha. Nossos adversários são astutos e incansáveis, mas sabemos que maior é aquele que está conosco. Mais do que nunca precisamos nos posicionar também no campo ideológico e político se queremos de fato edificar. Se o povo de Deus não buscar governar de acordo com os princípios bíblicos, alguém irá nos desgovernar. Esta é a hora de combater o bom combate.⁶⁰

A revista enfatiza a necessidade de os assembleianos serem agentes transformadores na sociedade, vivendo de acordo com os ensinamentos bíblicos e influenciando positivamente o mundo ao seu redor. Através das lições, a revista busca equipar, como que em uma guerra, os leitores com uma cosmovisão cristã, “capacitando-os a enfrentar e responder às ideologias e mudanças culturais que contrariam os preceitos bíblicos”.

No contexto da dinâmica política brasileira, a atuação da CIADESCP levanta questões sobre a relação entre religião e política, a laicidade do Estado e a influência ética e moral na tomada de decisões políticas. A Convenção tem enfrentado desafios e críticas, tanto internas quanto externas, em relação à sua participação ativa no campo político, o que a tem levado a justificar suas ações e a manter um equilíbrio ético em suas práticas. Em resumo, ao longo de sua história, a CIADESCP tem se dedicado também ao campo político-partidário.

A influência política da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP) tem raízes densas em sua história e evoluiu ao longo do tempo, refletindo as transformações sociais e políticas entre os assembleianos. Fundada em 1948, a CIADESCP tem desempenhado um papel ativo na vida política catarinense. Suas raízes estão ligadas ao movimento pentecostal brasileiro, que historicamente tem tido influência na esfera política, defendendo valores conservadores e éticos alinhados com a doutrina cristã.

Sua influência política evoluiu à medida que a Convenção se envolveu em questões sociais, educacionais e morais, buscando defender os interesses de seus membros e promover valores cristãos na esfera pública. A CIADESCP estabeleceu parcerias estratégicas com líderes

⁶⁰ (Revista Kaleo , 2024, p. 4)

políticos e partidos que compartilham de sua visão e valores, ampliando sua capacidade de influenciar decisões políticas em diversos níveis. Além disso, a mobilização de sua base de fiéis tem sido fundamental para promover a participação cívica e a conscientização sobre questões relevantes para a comunidade.

4.2. Ambiguidades na Ascensão Política Pentecostal

As primeiras incursões políticas da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP) e seu desenvolvimento inicial refletem um processo complexo de inserção no campo político-partidário brasileiro. Uma análise crítica dessas incursões pode destacar alguns pontos importantes. Provavelmente foram impulsionadas pela vontade de representar os interesses de sua base de fiéis e promover valores cristãos na esfera pública. No entanto, a influência religiosa na política levanta questões éticas e legais sobre a separação entre Estado e religião.

Marcelo Camurça em um de seus trabalhos sobre os movimentos evangélicos e pentecostais, examinando suas estratégias de mobilização eleitoral, atuação parlamentar e influência no espaço público. Camurça tem investigado como esses grupos religiosos têm se inserido nas esferas de poder político, especialmente no contexto recente do governo Bolsonaro, contribuindo para a compreensão do fenômeno da confessionalização da política brasileira. Seu trabalho contribui para aqueles que buscam entender o impacto das forças cristãs conservadoras na configuração do cenário político e social do Brasil contemporâneo. Propõe a seguinte reflexão sobre o que ele considera um dos maiores desafios para Ciências Sociais da Religião:

Numa escala de maior visibilidade, prevalece antagonismos, acusações e intolerâncias, ao passo que em outras, isto pode diluir-se numa complexidade de fatores. Pelo exposto, então, eu considero este um dos maiores desafios para as Ciências Sociais da religião brasileiras na atualidade, se quisermos entender em todos os seus meandros o diferencial da população evangélica enquanto grupo de opinião e de decisão no processo social e político no país. Como sugestão de percurso provisório de pesquisa, penso que, para se compreender nosso meio evangélico pentecostal na atualidade, precisar-se-ia do instrumental da hermenêutica e da crítica conjugadas.⁶¹

A ambiguidade nas posições e atitudes de um grupo pode alimentar o antagonismo, pois a existência de múltiplas interpretações ou incertezas pode levar à desconfiança e ao

⁶¹ (CAMURÇA, 2020, p. 95)

conflito. No caso dos evangélicos, por exemplo, há uma ambiguidade entre suas práticas pessoais mais tolerantes e suas posições públicas e políticas mais rígidas. Essa dualidade, que Camurça chama de antagonismo, está personificada na tolerância interpessoal, onde os fiéis da Assembleia de Deus são descritos como mais tolerantes e menos rigorosos do que seus representantes políticos. Essa discrepância pode gerar antagonismo tanto dentro do grupo, entre fiéis e líderes, quanto entre o grupo evangélico e outros grupos sociais, que percebem os evangélicos como intransigentes.

Além disso, a ambiguidade pode ser instrumentalizada por líderes políticos e religiosos para fortalecer posições antagonistas, utilizando discursos que polarizam a sociedade e mobilizam apoio baseado em identidades coletivas conflitantes. Líderes religiosos podem adotar uma postura pública firme contra certos temas para consolidar uma base política, enquanto internamente reconhecem a complexidade e a necessidade de transigência. Dessa forma, a ambiguidade nas atitudes e posições pode levar ao antagonismo, tanto dentro do grupo quanto entre o grupo e a sociedade em geral, ao revelar e acentuar as diferenças e conflitos subjacentes.

É importante analisar as ambiguidades e contradições que surgiram nas primeiras incursões políticas da CIADESCP. Questões como alinhamento ideológico, coerência nas ações políticas, e a relação entre os valores religiosos e as demandas políticas foram fontes de tensão e desafios para a Convenção catarinense em seus estágios iniciais de atuação política. Avaliar o impacto e a relevância das primeiras incursões políticas da CIADESCP é central para compreender sua trajetória e evolução no campo político-partidário em Santa Catarina.

A adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições impulsiona o fenômeno da destradicionalização, em que práticas religiosas estabelecidas são frequentemente submetidas a questionamentos e reavaliações contínuas. Este processo desafia a manutenção de tradições que antes eram aceitas sem contestação, promovendo uma atmosfera onde a reflexão crítica e a autonomia individual ganham destaque. No contexto das Assembleias de Deus, essa destradicionalização se manifesta na necessidade de adaptar práticas e crenças às demandas de uma sociedade em constante mudança. As doutrinas tradicionais, que por muito tempo serviram como pilares inabaláveis da fé, agora enfrentam a necessidade de se justificar e se renovar diante de novas realidades sociais e culturais.

Essa tensão entre manter as doutrinas tradicionais e adaptar-se às novas realidades sociais pode causar ambiguidades significativas dentro das comunidades religiosas. Por um

lado, há um esforço para preservar o centro da fé e os ensinamentos que definem a identidade religiosa dos membros. Por outro lado, a necessidade de responder aos desafios contemporâneos, como as demandas políticas e sociais, pressiona a igreja a reinterpretar ou até modificar certas práticas e crenças. Esse equilíbrio delicado pode levar a conflitos internos, onde diferentes grupos dentro da igreja podem ter visões divergentes sobre o grau de adaptação necessário. Assim, a destradicionalização não apenas redefine a relação dos fiéis com suas práticas religiosas, mas também molda a maneira como a fé é vivida e expressa em um mundo cada vez mais dinâmico e pluralista.

A ascensão política dos pentecostais, especialmente no contexto das Assembleias de Deus, é marcada por ambiguidades que refletem a tentativa de conciliar os ensinamentos tradicionais de fé com as exigências e dinâmicas da política moderna. Este fenômeno é complexo, pois envolve a tradução de valores religiosos em ações políticas concretas, o que nem sempre é direto ou sem conflitos. Os líderes religiosos que ingressam na política frequentemente enfrentam o desafio de manter a integridade de suas doutrinas enquanto navegam pelas realidades pragmáticas e muitas vezes seculares do campo político. Esta dualidade pode resultar em tensões entre manter a “pureza” dos princípios religiosos e a necessidade de fazer concessões para alcançar objetivos políticos.

Essas ambiguidades são evidentes quando consideramos a maneira como as doutrinas da Assembleia de Deus, que enfatizam valores conservadores e uma adesão rigorosa às escrituras, se confrontam com a natureza comprometedora e frequentemente secular da política. A destradicionalização, impulsionada pela adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, exacerba esses desafios ao introduzir uma constante reavaliação e adaptação das práticas religiosas para se alinharem com as demandas sociais contemporâneas. Assim, os líderes pentecostais podem encontrar-se em um dilema: adaptar suas mensagens para atrair um eleitorado mais amplo e diversificado ou permanecer fiel aos ensinamentos tradicionais, arriscando alienar-se das dinâmicas políticas atuais. Esta situação cria um terreno fértil para ambiguidades e contradições, onde a linha entre fé e política se torna cada vez mais tênue e sujeita a interpretações variadas e, por vezes, conflitantes.

A influência da CIADESCP na vida política dos assembleianos catarinenses pode ser vista como um reflexo direto da destradicionalização, onde as práticas religiosas se adaptam às novas realidades sociais e políticas. Este processo de adaptação não apenas destaca a flexibilidade das doutrinas religiosas diante das mudanças externas, mas também revela a

capacidade da CIADESCP de mobilizar e orientar seus fiéis em questões políticas. Ao atuar no cenário político, a CIADESCP busca integrar valores religiosos em políticas públicas, moldando a governança local e nacional de acordo com seus princípios. Esta integração, contudo, exige uma constante negociação entre manter a autenticidade dos ensinamentos religiosos e responder eficazmente às demandas políticas contemporâneas.

A adaptação das doutrinas religiosas para alinhar-se com objetivos políticos pode resultar em ambiguidades doutrinárias e práticas, criando uma área de tensão e potencial conflito dentro da comunidade religiosa. As tentativas de harmonizar ensinamentos tradicionais com estratégias políticas pragmáticas podem levar a interpretações variadas das doutrinas, gerando debates internos sobre a fidelidade às raízes religiosas versus a necessidade de relevância política. Essas ambiguidades são particularmente evidentes quando práticas religiosas são modificadas ou reinterpretadas para justificar ou apoiar agendas políticas específicas. A consequência é uma comunidade religiosa que pode experimentar divisões internas, com grupos defendendo diferentes abordagens sobre até que ponto as doutrinas devem ser adaptadas para se engajarem politicamente, refletindo a complexa interação entre fé e política no contexto da destradicionalização e retradicionalização.

A adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, que enfatiza a autorreflexão e a revisão constante das práticas sociais, apresenta um desafio significativo para as bases tradicionais das doutrinas assembleianas. Este fenômeno obriga as instituições religiosas a reavaliar continuamente suas crenças e práticas à luz das novas informações e mudanças sociais. Para as Assembleias de Deus, que historicamente mantiveram uma aderência rígida a interpretações específicas das escrituras, a adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições exige uma flexibilidade que pode entrar em conflito com a tradição. A capacidade de questionar e reavaliar práticas religiosas, incentivada pela adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, desafia a estabilidade e a continuidade das doutrinas, potencialmente enfraquecendo a autoridade e a coesão que essas tradições proporcionam.

A interação entre a fé e a política, nesse contexto de adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, pode criar um espaço de ambiguidade onde a destradicionalização força uma reinterpretação das doutrinas tradicionais. À medida que as Assembleias de Deus se envolvem mais profundamente no campo política, elas são compelidas a adaptar suas mensagens e práticas para ressoar com um

eleitorado diversificado e em constante mudança. Esta adaptação, contudo, não ocorre sem tensões. A necessidade de alinhar as doutrinas religiosas com as estratégias políticas pragmáticas pode levar a contradições internas e debates sobre a autenticidade e a integridade das crenças religiosas. Assim, a destradicionalização não só desafia as bases tradicionais das doutrinas assembleianas, mas também exige uma renegociação contínua da identidade e dos valores religiosos no contexto político contemporâneo.

4.3. Projetos de Poder e Ideologia do Pentecostalismo Assembleiano

A Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP) tem articulado um projeto de poder que se entrelaça profundamente com suas doutrinas e práticas religiosas. Esse projeto de poder não apenas visa fortalecer a influência da CIADESCP no cenário político, mas também busca moldar a sociedade de acordo com seus valores tradicionais. A atuação política da CIADESCP reflete uma tentativa de integrar a fé às políticas públicas, promovendo uma agenda que enfatiza valores conservadores em áreas como direitos reprodutivos, diversidade de gênero e sexualidade. Ao defender posições tradicionais, a CIADESCP pode restringir os direitos individuais e a igualdade de oportunidades para grupos minoritários, resultando em uma visão política que nem sempre considera a diversidade de opiniões e crenças presentes na sociedade.

A influência da destradicionalização e da retradicionalização dentro da CIADESCP revela ambiguidades significativas em seu projeto de poder. A destradicionalização implica em uma revisão constante das práticas religiosas para se adaptarem às novas realidades sociais e políticas, o que pode levar a um distanciamento dos valores e doutrinas tradicionais. Por outro lado, a retradicionalização representa um esforço para reafirmar e preservar esses valores diante das mudanças percebidas como ameaçadoras. Essas dinâmicas criam uma tensão entre a necessidade de inovar e a insistência em manter práticas estabelecidas, gerando contradições ideológicas. A participação ativa da CIADESCP no campo político, por exemplo, pode levantar questões sobre a interferência religiosa na política e a manutenção da laicidade do Estado. Ao buscar influenciar decisões políticas baseadas em valores religiosos específicos, a CIADESCP pode enfrentar dilemas éticos e práticos, destacando a complexidade de conciliar a missão religiosa com a atuação política em um ambiente democrático e pluralista.

Uma crítica comum às pautas defendidas pela CIADESCP é o viés conservador em questões sociais, que pode resultar em restrições aos direitos individuais e à igualdade de oportunidades para grupos minoritários. Além disso, a interferência religiosa na política pode levantar preocupações sobre a laicidade do Estado e a separação entre religião e política, especialmente quando as pautas da CIADESCP refletem exclusivamente valores religiosos específicos. Essa abordagem pode ser percebida como uma tentativa de impor uma visão religiosa singular sobre uma sociedade diversificada, comprometendo a neutralidade do Estado e potencialmente discriminando aqueles que não compartilham das mesmas crenças. A falta de uma abordagem holística e inclusiva nas pautas defendidas pela CIADESCP também pode gerar críticas, especialmente se questões sociais forem abordadas de forma seletiva, priorizando determinados temas em detrimento de outros igualmente relevantes.

As contradições ideológicas presentes na agenda política da CIADESCP podem ser exploradas a partir de diferentes perspectivas. Uma contradição evidente é a tentativa da CIADESCP de conciliar sua missão religiosa com a participação ativa no cenário político, respeitando os princípios de um Estado laico. A busca por influenciar decisões políticas sem desrespeitar a separação entre Estado e religião pode gerar dilemas éticos e práticos na atuação da instituição. Além disso, a CIADESCP enfrenta a tensão entre promover valores e crenças específicas de sua tradição religiosa e a necessidade de representar uma comunidade diversificada e plural. A participação ativa da CIADESCP no campo político pode levantar questões sobre a linha tênue entre o engajamento cívico legítimo e a neutralidade institucional, destacando a complexidade e os desafios de manter a coerência ideológica em sua agenda política. A interação entre destraditionalização, retraditionalização e democracia na CIADESCP reflete a complexidade das relações entre religião e política, impactando a participação cívica, a representatividade e a governança democrática no Brasil.

A influência da destraditionalização na CIADESCP pode ser observada como um processo de mudança e adaptação às transformações sociais, culturais e políticas. Esse fenômeno envolve a revisão de práticas e crenças tradicionais em resposta a novos desafios e demandas da sociedade contemporânea. A destraditionalização pode influenciar a forma como a CIADESCP se posiciona politicamente, buscando se adequar às dinâmicas em evolução do campo político-partidário brasileiro. Por outro lado, a retraditionalização representa um movimento de reafirmação e fortalecimento de valores e práticas tradicionais em resposta a mudanças percebidas como ameaçadoras ou desestabilizadoras. Isso pode incluir a ênfase na preservação da identidade religiosa e na defesa de princípios morais e éticos considerados

fundamentais para a comunidade pentecostal, moldando as agendas e estratégias políticas da CIADESCP.

A combinação de destraditionalização e retraditionalização na CIADESCP pode gerar desafios e oportunidades para a democracia brasileira. Enquanto a diversificação de perspectivas e a adaptação a novos contextos podem enriquecer o debate público e fortalecer a sociedade civil, a manutenção de valores tradicionais e a resistência à mudança podem limitar a pluralidade e a inclusão no processo político. As ambiguidades e os impactos contraditórios desses fenômenos podem resultar em tensões internas entre diferentes grupos e lideranças dentro da instituição, refletindo divergências sobre a direção política a ser seguida, as prioridades a serem estabelecidas e as estratégias a serem adotadas. Ao explorar essas ambiguidades e contradições, é possível compreender as complexidades e desafios enfrentados pela CIADESCP ao articular suas posições, estratégias e valores no contexto político brasileiro, contribuindo para uma reflexão mais profunda sobre a interseção entre a esfera religiosa e política e suas implicações para a governança e a sociedade civil.

4.4. Tensões e Desafios Internos e Externos

Os conflitos dentro da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP) e as críticas externas são analisados sob a perspectiva da ambiguidade existente entre destraditionalização e retraditionalização, uma constante no assembleianismo. Desentendimentos surgem de divergências entre líderes, membros e grupos filiados à CIADESCP em relação à atuação política e aos valores promovidos. Essas divergências refletem diferentes interpretações da relação entre religião e política e prioridades distintas em termos de agenda política e social. Por exemplo, enquanto alguns membros podem defender uma abordagem mais conservadora, outros podem ver a necessidade de adaptação às mudanças sociais e políticas contemporâneas como decisivo para a relevância contínua da igreja.

Conflitos internos dificultam a articulação de uma agenda política coesa e eficaz. Disputas sobre estratégias, prioridades e alianças enfraquecem a capacidade da CIADESCP de influenciar decisões políticas e promover seus valores consistentemente. A falta de consenso interno leva a uma mensagem fragmentada e menos eficaz, dificultando a mobilização e o engajamento tanto dos membros da igreja quanto do público em geral. Além disso,

desentendimentos internos também afetam a representatividade da pentecostal, especialmente se diferentes grupos dentro da instituição sentirem que suas vozes não estão sendo adequadamente consideradas ou representadas. Isso compromete a coesão interna e a legitimidade da atuação política assembleiana, levando a uma possível alienação de certos segmentos da congregação e à diminuição do apoio interno às iniciativas políticas da CIADESCP.

As críticas externas frequentemente se concentram na legitimidade da interferência religiosa nas esferas políticas e na conformidade dessa prática com os princípios de separação entre Estado e religião. Grupos que defendem a laicidade do Estado, a ideia de que a igreja não deveria se envolver com política questionam a influência da CIADESCP nas decisões políticas e legislativas, argumentando que essa interferência pode comprometer a neutralidade do Estado e a igualdade de tratamento para todas as crenças e convicções.

Além disso, as opiniões externas podem se relacionar com questões de transparência, ética e respeito aos princípios democráticos na atuação dos políticos ligados a outras convenções, como o pastor Gilmar Santos⁶² que por décadas foi uma das principais atrações dos Gideões Missionários da Última Hora em Santa Catarina⁶³. A falta de clareza sobre o financiamento de campanhas, as relações com líderes políticos e partidos, e o respeito aos direitos individuais podem gerar preocupações sobre a integridade das práticas políticas da instituição. Exigências de maior transparência e responsabilidade nas ações políticas são comuns entre críticos externos.

⁶² (CARTA CAPITAL, 2022)

⁶³ (GIDEÕES MISSIONÁRIOS DA ÚLTIMA HORA., 2024)

Grupos e indivíduos que defendem a neutralidade e a imparcialidade do Estado podem criticar a CIADESCP por buscar influenciar decisões políticas de acordo com seus valores religiosos. Essas críticas podem questionar a legitimidade da participação ativa de instituições religiosas no campo político e a necessidade de respeitar a diversidade de crenças na sociedade. A percepção de que a CIADESCP favorece determinados valores religiosos pode alimentar debates sobre a necessidade de uma maior separação entre igreja e Estado.

Figura 6. Bolsonaro no Congresso dos Gideões em Santa Catarina - 2024



Fonte: (Gallas, 2024)

Na matéria publicada pelo site Upiara, destaca-se a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro em um evento dos Gideões Missionários realizado na Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Camboriú/SC, filiada à CIADESCP, onde foi ovacionado pelos presentes. O evento contou com a participação de diversas lideranças religiosas e políticas, reforçando o apoio da comunidade evangélica a Bolsonaro. A recepção calorosa reflete a influência significativa que o ex-presidente mantém entre os fiéis, evidenciando a interseção entre política e religião no contexto brasileiro atual. Durante o evento, Bolsonaro discursou sobre temas de interesse dos

evangélicos, consolidando sua imagem como defensor dos valores conservadores e tradicionais promovidos por esse segmento religioso.

Ao analisar os conflitos internos e as críticas externas enfrentadas pela CIADESCP, é importante considerar como esses aspectos impactam a coesão interna da instituição, sua legitimidade perante a sociedade e sua capacidade de promover valores éticos e morais de forma responsável no campo político. A manutenção da coesão interna é decisiva para a eficácia da atuação política da CIADESCP, enquanto a capacidade de responder de forma construtiva às críticas externas pode fortalecer sua posição e influência no cenário político. A discussão sobre a legitimidade e os desafios éticos da interferência religiosa na política é um tema complexo que levanta questões fundamentais sobre a separação entre Estado e religião, a liberdade de expressão religiosa e os limites da atuação das instituições religiosas no campo político. A CIADESCP precisa navegar essas questões com cuidado, garantindo que suas ações políticas respeitem tanto os princípios democráticos quanto os direitos de todos os cidadãos.

A liberdade religiosa é um direito fundamental que inclui o direito de indivíduos e grupos religiosos participarem ativamente do debate público e influenciarem decisões políticas com base em suas convicções religiosas. Nesse sentido, a interferência religiosa na política pode ser vista como legítima, desde que respeite os princípios democráticos e os direitos de todos os cidadãos. A participação de instituições religiosas na política pode refletir a diversidade de crenças e valores presentes na sociedade, contribuindo para uma representação mais ampla e inclusiva de diferentes perspectivas éticas e morais.

A transparência nas relações entre instituições religiosas e atores políticos, bem como a prestação de contas sobre as atividades políticas desenvolvidas, são aspectos éticos essenciais para garantir a integridade e a legitimidade da interferência religiosa na política. A falta de transparência pode levantar suspeitas sobre possíveis conflitos de interesse e práticas antiéticas. A CIADESCP deve ser proativa em divulgar suas atividades políticas e financeiras de maneira clara e acessível para manter a confiança do público e a legitimidade de suas ações.

4.5. Sustentabilidade e Futuro dos Pentecostais no Campo Político

A sustentabilidade e o futuro dos pentecostais no campo político brasileiro são temas de grande relevância, especialmente considerando o impacto crescente que essas comunidades têm exercido nas últimas décadas. As Assembleias de Deus, em particular, emergiram como

uma força política significativa, influenciando decisões políticas e moldando o discurso público. Para garantir a sustentabilidade de sua influência política e projetar um futuro promissor, os pentecostais devem considerar vários fatores críticos.

Para manter sua influência política, as igrejas pentecostais precisam desenvolver estratégias sustentáveis que garantam a continuidade e o crescimento de sua presença no cenário político. Isso envolve a criação de uma base sólida de apoio entre os fiéis, que se traduz em um eleitorado comprometido e ativo. A educação política e o engajamento contínuo dos membros da igreja são essenciais para manter a relevância e a eficácia de suas campanhas. Além disso, a transparência nas atividades políticas e o respeito às leis eleitorais são fundamentais para evitar conflitos legais e manter a integridade da instituição.

A capacidade da CIADESCP de se adaptar às mudanças no cenário político e social é relevante para manter sua relevância e impacto na sociedade brasileira. A CIADESCP precisa estar aberta a mudanças em suas estratégias e abordagens, ajustando suas práticas conforme as transformações do contexto em que está inserida. A instituição deve buscar novas formas de engajamento político, estratégias de comunicação e maneiras de promover seus valores e princípios no contexto contemporâneo. Estabelecer diálogo e colaboração com diferentes atores políticos e sociais é fundamental. A CIADESCP deve buscar parcerias construtivas, promover o debate democrático e estar aberta ao intercâmbio de ideias e experiências.

Os pentecostais enfrentam desafios significativos no campo político, incluindo a necessidade de navegar as complexidades de um Estado laico e a diversidade de crenças e opiniões na sociedade. A crítica de interferência religiosa na política é uma preocupação constante, e as igrejas devem encontrar maneiras de exercer sua influência sem comprometer a neutralidade do Estado. Isso pode incluir o desenvolvimento de alianças com outros grupos religiosos e seculares que compartilhem objetivos comuns, promovendo um diálogo inclusivo e respeitoso. Ao mesmo tempo, há oportunidades significativas para os pentecostais expandirem sua influência política. O crescente reconhecimento da importância da moralidade e dos valores éticos na política pode abrir portas para uma maior participação e liderança de líderes religiosos em cargos políticos. A capacidade de mobilizar grandes grupos de eleitores e de influenciar o debate público em questões de justiça social, ética e moralidade é uma vantagem que os pentecostais podem explorar para promover mudanças positivas na sociedade. Cabe ressaltar a contradição interna diante da resistência das lideranças assembleianas às pautas relacionadas à justiça social.

Um dos desafios mais significativos enfrentados pelas igrejas pentecostais no campo político é o fenômeno da destradicionalização e retradicionalização. A destradicionalização implica na revisão constante das práticas e crenças religiosas para se alinhar com as novas realidades sociais e políticas. Isso pode ser uma estratégia eficaz para manter a relevância e a adaptabilidade, mas também pode levar a tensões internas à medida que segmentos da igreja resistem a mudanças que parecem ameaçar os valores e doutrinas tradicionais.

Por outro lado, a retradicionalização representa um esforço para reafirmar e preservar esses valores diante das mudanças percebidas como desestabilizadoras. Este movimento busca fortalecer a identidade religiosa e manter a coesão interna, mas pode também gerar conflitos ao tentar conciliar práticas tradicionais com a necessidade de responder aos desafios contemporâneos. A capacidade da CIADESCP de navegar entre esses dois processos – adaptando-se quando necessário, sem perder de vista suas raízes – será relevante para a sustentabilidade de sua influência no cenário político.

O futuro dos pentecostais no campo político dependerá de sua capacidade de equilibrar tradição e inovação, de engajar e educar seus membros, e de navegar as complexidades do ambiente político moderno. A construção de uma identidade política clara e coerente, que reflita os valores centrais da fé pentecostal enquanto se adapta às demandas contemporâneas, será basilar para a sustentabilidade e o crescimento contínuo.

Para manter a relevância e a sustentabilidade de sua influência no cenário político brasileiro, a CIADESCP pode adotar diversas estratégias. A CIADESCP deve estar atenta às transformações do contexto em que está inserida e ajustar suas estratégias e abordagens de acordo com as novas demandas e desafios. Manter a transparência em suas ações políticas e prestar contas à comunidade e aos seus membros são práticas fundamentais para garantir a confiança e a legitimidade da CIADESCP. Buscar constantemente novas formas de engajamento político, comunicação e mobilização social pode ajudar a CIADESCP a se destacar e manter sua influência no cenário político brasileiro. A instituição deve ser criativa e inovadora em suas estratégias, buscando abordagens diferenciadas e eficazes.

Investir na formação de líderes políticos e comunitários dentro da própria instituição pode contribuir para a sustentabilidade de sua influência. Líderes bem-preparados e engajados podem ampliar o alcance e o impacto das ações políticas da CIADESCP, fortalecendo sua presença no cenário político-partidário. Estabelecer parcerias e colaborações com outras instituições, líderes políticos, organizações da sociedade civil e grupos de interesse pode ampliar o alcance e a eficácia das ações da CIADESCP. A cooperação estratégica pode

fortalecer sua influência e permitir a realização de iniciativas mais abrangentes e impactantes. Promover a diversidade e a inclusão em suas práticas políticas e sociais pode contribuir para a sustentabilidade da influência da CIADESCP. Respeitar e valorizar a pluralidade de opiniões, crenças e identidades fortalece a legitimidade e a representatividade da instituição na sociedade brasileira.

A promoção de um diálogo contínuo entre religião e política é fundamental para garantir a harmonia, o respeito mútuo e a preservação dos valores democráticos em uma sociedade plural como a brasileira. O diálogo entre religião e política permite o reconhecimento e respeito à diversidade de crenças e convicções presentes na sociedade. Ao promover a interação entre diferentes visões religiosas e políticas, é possível construir pontes de entendimento e cooperação, evitando conflitos e promovendo a convivência pacífica.

O diálogo contínuo entre religião e política é essencial para assegurar a laicidade do Estado, ou seja, a separação entre as esferas religiosas e políticas. Ao manter um canal aberto de comunicação e negociação entre representantes religiosos e políticos, é possível evitar a interferência indevida de questões religiosas nas decisões políticas e vice-versa. O diálogo entre religião e política pode contribuir para a construção de consensos e soluções compartilhadas para desafios e dilemas éticos que permeiam a sociedade. Ao envolver diferentes atores e perspectivas, é possível encontrar pontos de convergência e promover ações coletivas em prol do bem comum.

O diálogo entre religião e política pode ser um espaço para discutir e promover a justiça social, a equidade e o respeito aos direitos humanos. Ao integrar valores éticos e morais provenientes de diversas tradições religiosas com princípios democráticos e direitos fundamentais, é possível fortalecer a luta por uma sociedade mais justa e inclusiva. O diálogo contínuo entre religião e política pode contribuir para a prevenção de conflitos e extremismos, ao fomentar a compreensão mútua, a tolerância e a busca por soluções pacíficas para divergências e discordâncias. Através do diálogo, é possível construir pontes de diálogo e cooperação, reduzindo as tensões e promovendo a coesão social. Cabe ressaltar a contradição interna diante da resistência das lideranças assembleianas às pautas relacionadas à justiça social.

As perspectivas futuras para uma atuação política mais inclusiva e democrática envolvem a promoção da participação ativa de diversos grupos sociais, a garantia de representatividade e a defesa dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Para uma atuação política mais inclusiva, é fundamental garantir a representatividade e a participação ativa de minorias étnicas, religiosas, de gênero, LGBTQ+, pessoas com deficiência e outros grupos

marginalizados. Promover a diversidade e a pluralidade de vozes no cenário político é essencial para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Investir no empoderamento político de mulheres e jovens é básico para fortalecer a democracia e ampliar a representatividade nos espaços de decisão. Incentivar a participação ativa desses grupos, garantir igualdade de oportunidades e combater a discriminação são passos importantes para uma atuação política mais inclusiva e diversificada. Promover o diálogo inter-religioso e a compreensão da interseccionalidade das identidades é essencial para uma atuação política mais inclusiva. Reconhecer as múltiplas dimensões da diversidade humana, incluindo questões de raça, gênero, classe social e orientação sexual, é fundamental para garantir a representatividade e a equidade nas políticas públicas.

Para fortalecer a democracia, é necessário garantir a transparência nas ações políticas, a prestação de contas dos representantes eleitos e a participação cidadã nos processos decisórios. Promover a responsabilidade dos governantes perante a sociedade é essencial para uma atuação política mais democrática e eficaz. Investir na educação cívica, na conscientização política e no estímulo à participação popular são estratégias-chave para uma atuação política mais inclusiva e democrática. Capacitar os cidadãos para compreenderem seus direitos, deveres e o funcionamento das instituições democráticas é fundamental para fortalecer a democracia e ampliar a representatividade.

Uma atuação política mais inclusiva e democrática deve pautar-se na promoção da justiça social, na defesa dos direitos humanos e na redução das desigualdades. Garantir o acesso igualitário a serviços públicos, a proteção dos direitos fundamentais e a promoção da equidade são pilares essenciais para uma sociedade mais justa e democrática. Em resumo, as perspectivas futuras para uma atuação política mais inclusiva e democrática envolvem a inclusão de minorias e grupos marginalizados, o empoderamento de mulheres e jovens, o diálogo inter-religioso e interseccional, a transparência e responsabilidade, a educação cívica e participação popular, e a promoção da justiça social e dos direitos humanos. Ao adotar medidas concretas nessas áreas, é possível avançar na construção de uma sociedade mais igualitária, participativa e respeitosa da diversidade. Cabe ressaltar a contradição interna diante da resistência das lideranças assembleianas às pautas relacionadas à justiça social.

Algumas Considerações

Ao final deste capítulo, é importante reiterar as ambiguidades e complexidades que envolvem o projeto político da CIADESCP, evidenciadas ao longo da análise. A Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná se encontra em um ponto capital de sua trajetória, onde a necessidade de adaptação às novas realidades sociais e políticas contrasta com a preservação de valores e doutrinas tradicionais.

A destradicionalização, impulsionada pela adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições, tem desafiado a CIADESCP a revisar continuamente suas práticas religiosas e suas estratégias políticas. Este processo de adaptação é central para manter a relevância da instituição em um mundo em constante mudança. No entanto, essa necessidade de inovação gera tensões internas, à medida que diferentes grupos no assembleianismo apresentam visões divergentes sobre até que ponto as doutrinas devem ser adaptadas.

A retradicionalização, por outro lado, representa um esforço de reafirmação dos valores tradicionais frente às mudanças percebidas como ameaçadoras. Esta dualidade cria um terreno fértil para ambiguidades e contradições, onde a linha entre fé e política se torna cada vez mais tênue. A CIADESCP, ao buscar integrar valores religiosos em políticas públicas, enfrenta o desafio de manter a integridade de suas doutrinas enquanto navega pelas realidades pragmáticas e muitas vezes seculares do campo político.

Os conflitos internos e as críticas externas destacam a complexidade da atuação política da CIADESCP. Divergências entre líderes e membros sobre as estratégias e prioridades políticas enfraquecem a capacidade da instituição de promover seus valores de forma coesa e eficaz. Além disso, as críticas sobre a interferência religiosa na política e a necessidade de transparência nas atividades políticas são questões fundamentais que a CIADESCP deve enfrentar com responsabilidade e ética.

O futuro dos pentecostais assembleianos no campo político em Santa Catarina depende da capacidade da CIADESCP de equilibrar tradição e inovação, engajar e educar seus membros e navegar as complexidades do ambiente político moderno. A construção de uma identidade política clara e coerente, que reflita os valores centrais da fé pentecostal enquanto se adapta às demandas contemporâneas, será decisivo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da influência política da CIADESCP.

Portanto, a análise das ambiguidades no projeto político da CIADESCP contribui para uma compreensão mais abrangente e crítica do papel do Pentecostalismo no cenário político-partidário catarinense e brasileiro. As tensões entre destradicionalização e retradicionalização,

bem como os desafios internos e externos enfrentados pela CIADESCP, são reflexos das complexidades inerentes à interseção entre religião e política. Com uma abordagem estratégica e ética, a CIADESCP pode continuar a desempenhar um papel significativo na moldagem da opinião pública e na promoção de valores cristãos na sociedade em uma sociedade plural e diversa.

Conclusão

A presente tese teve como objetivo analisar a influência política da CIADESCP (Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná) no contexto das eleições de 2018 e 2022 em Santa Catarina, bem como avaliar o impacto de suas estratégias na formação de políticas públicas. A partir da análise detalhada de eventos e estratégias políticas, nossa pesquisa buscou responder a três principais questões: quais são as estratégias políticas utilizadas pela CIADESCP, como a CIADESCP mobiliza sua comunidade de fiéis, e qual é o impacto dessas estratégias nas políticas públicas locais.

As hipóteses iniciais propunham que a CIADESCP utiliza suas estruturas eclesiais para mobilizar significativamente seus fiéis, influenciando tanto os resultados eleitorais quanto a formulação de políticas públicas. Nossos achados confirmam parcialmente estas hipóteses. A CIADESCP demonstrou uma capacidade significativa de mobilização política, utilizando uma combinação de sermões, eventos e comissões pró-política para engajar sua comunidade de fiéis. No entanto, o impacto direto na formulação de políticas públicas revelou-se mais complexo, com influências variáveis dependendo do contexto político e das alianças formadas.

Estratégias Políticas: A CIADESCP utilizou diversas estratégias políticas, incluindo a organização de eventos, como seminários da Comissão Pró-Política, além de campanhas de conscientização e mobilização. A promoção de candidatos alinhados com seus valores religiosos foi uma prática central, evidenciada pelo apoio a políticos que compartilham os ideais conservadores da denominação. A formação de alianças com partidos políticos conservadores também foi uma tática capital, visando amplificar a influência da CIADESCP no cenário político. Essa atuação não se limitou apenas ao período eleitoral, mas foi uma constante em diversos momentos críticos da política local e nacional.

Mobilização de Fiéis: A pesquisa mostrou que a CIADESCP conseguiu mobilizar um número significativo de fiéis durante os períodos eleitorais, influenciando resultados em várias

regiões de Santa Catarina. As igrejas locais serviram como centros de mobilização, onde líderes religiosos incentivavam a participação política através de sermões e atividades comunitárias. A Comissão Pró-Política desempenhou um papel fundamental nesse processo, coordenando esforços e estratégias para garantir o engajamento dos membros. A mobilização foi realizada através de diversas formas, incluindo campanhas de mídia social, distribuição de materiais impressos e a organização de encontros comunitários que reforçavam a importância da participação política dos fiéis.

Impacto nas Políticas Públicas: A influência da CIADESCP nas políticas públicas foi notável em áreas como educação, moralidade e liberdade religiosa. A defesa de valores conservadores, como a oposição ao aborto e ao casamento homoafetivo, foi uma constante nas agendas políticas apoiadas pela CIADESCP. No entanto, o impacto foi limitado por fatores externos, incluindo mudanças políticas e a resistência de outras forças políticas que não compartilham dos mesmos valores. A atuação da CIADESCP na política educacional, por exemplo, incluiu a promoção de currículos que enfatizam valores familiares tradicionais e a resistência a programas educacionais que contradizem suas crenças religiosas.

Teoricamente, este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas entre religião e política no Brasil contemporâneo, evidenciando como organizações religiosas podem atuar como atores políticos influentes. A integração de conceitos como adaptação utilitarista às circunstâncias contemporâneas, sem reflexão crítica profunda sobre as tradições e destraditionalização, discutidos por teóricos como Anthony Giddens e Zygmunt Bauman, oferece uma lente analítica importante para entender as transformações na atuação política da CIADESCP. A aplicação dessas teorias ajudou a contextualizar como a CIADESCP se adaptou às mudanças sociais e políticas, mantendo sua relevância e influência. Praticamente, os achados fornecem reflexões fundamentais para líderes religiosos e políticos sobre os potenciais vantagens e desafios da mobilização religiosa no campo político. A CIADESCP serve como um exemplo de como as instituições religiosas podem estruturar suas estratégias de mobilização para influenciar efetivamente o cenário político.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se a dificuldade em acessar documentos internos e dados quantitativos precisos da CIADESCP, o que pode ter restringido a profundidade da análise. A dependência de fontes qualitativas, como convívio e observações participantes, introduz um grau de subjetividade que pode influenciar a interpretação dos dados. Além disso, a pesquisa se concentrou em uma única convenção regional, limitando a generalização dos resultados para outras áreas e denominações. A análise foi restrita ao

contexto específico de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, o que pode não refletir a realidade de outras regiões do Brasil. Além disso, a análise temporal focada nos anos de 2018 a 2022 pode não capturar todas as dinâmicas e mudanças a longo prazo nas estratégias políticas da CIADESCP.

Pesquisas futuras poderiam expandir este estudo para outras regiões do Brasil e outras denominações religiosas, comparando as estratégias e impactos políticos. Estudos quantitativos poderiam fornecer dados mais robustos sobre a eficácia das estratégias de mobilização política das organizações religiosas, complementando as análises qualitativas. Além disso, seria importante investigar o impacto de longo prazo das estratégias políticas da CIADESCP nas políticas públicas e na sociedade em geral. A interação entre diferentes atores religiosos e políticos e a formação de coalizões interdenominacionais também são áreas promissoras para futuras pesquisas. Explorar como a CIADESCP e outras organizações religiosas navegam as mudanças políticas e sociais em um ambiente globalizado poderia fornecer reflexões adicionais sobre a resiliência e adaptabilidade dessas instituições.

Em conclusão, a CIADESCP demonstrou ser uma força política relevante em Santa Catarina, utilizando suas estruturas eclesiais para influenciar o cenário político e moldar políticas públicas de acordo com seus valores. Apesar das limitações e dos desafios enfrentados, sua atuação destaca a importância das organizações religiosas no campo político brasileiro. A pesquisa oferece uma compreensão aprofundada das estratégias de mobilização da CIADESCP e seus impactos, contribuindo para o debate sobre a interseção entre religião e política no Brasil. A capacidade da CIADESCP de se adaptar às mudanças políticas e sociais e de manter a transparência e ética em suas ações será básico para a sustentabilidade de sua influência no futuro.

A relevância deste estudo reside em sua capacidade de iluminar as complexas relações entre religião e política, oferecendo uma análise detalhada de como uma organização religiosa pode mobilizar recursos e influências para moldar políticas públicas. A CIADESCP exemplifica como a fé pode ser uma poderosa força mobilizadora, capaz de moldar não apenas a vida espiritual de seus membros, mas também o cenário político e social mais amplo. A contínua vigilância sobre os limites éticos e legais dessa influência será essencial para garantir que a participação política das organizações religiosas contribua positivamente para a democracia brasileira. Em suma, este estudo proporciona uma base consistente para futuras pesquisas e práticas que busquem compreender e percorrer a interseção entre religião e política,

oferecendo lições importantes tanto para acadêmicos da ciência da religião e das ciências políticas.

Bibliografia

Fontes Primárias

CIADDESCP. **Convenção das igrejas evangélicas assembleia de Deus de Santa Catarina e sudoeste do Paraná.** CIADDESCP, 2024. Disponível em: <https://www.ciadescp.com.br/institucional/1/>. Acesso em: 16 junho 2024.

CIADDESCP, C. P.-P. D. **Palestra no primeiro seminário da Comissão Pró-Política da CIADDESCP.** Içara, Santa Catarina, 2024.

CIADDESCP, P. D. **Palestra no Seminário Pró-Política.** Içara, 2023.

COMISSÃO PRÓ-POLÍTICA CIADDESCP. **Comissão Pró-Política.** Comissão Pró-Política, 2024. Disponível em: <https://www.comissaopropoliticascsoopr.com.br/>. Acesso em: 16 junho 2024.

GIDEÕES MISSIONÁRIOS DA ÚLTIMA HORA. **Gideões missionários da última hora.** Gideões missionários da última hora, 2024. Disponível em: <https://www.gideoes.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 18 junho 2024.

MENSAGEIRO DA PAZ. **Os nossos candidatos à constituinte.** Mensageiro da Paz, Rio de Janeiro, v. 1191, junho 1986.

PRÓ-POLÍTICA, S. D. C. **Palestra sobre liderança política e ética cristã.** Içara, 13 maio 2023.

SCSOPR, C. P. www.comissaopropoliticascsoopr.com.br. Comissão Propolíticas. Disponível em: <www.comissaopropoliticascsoopr.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2024.

Fontes Secundárias

CARTA CAPITAL. **Acusado de cobrar propina para liberar recursos do MEC, pastor investiu R\$ 450 mil em novas empresas.** Carta Capital, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/acusado-de-cobrar-propina-para-liberar-recursos-do-mec-pastor-investiu-r-450-mil-em-novas-empresas/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CARTACAPITAL. **Bolsonaro diz, no Rio, que fé o elegeu e o mantém no governo.** Carta Capital, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-no-rio-que-fe-o-elegeu-e-o-mantem-no-governo/>. Acesso em: 11 novembro 2023.

DATAFOLHA. **Pesquisa Datafolha - Eleições 2018.** Folha de S.Paulo, 2018. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2018/pesquisa-datafolha/#/presidente/segundo/brasil/intencao-de-voto-estimulada-votos-validos/total/total/total/>. Acesso em: 11 junho 2024.

FOLHA DE S.PAULO. **Veja lista de congressistas que surfaram a onda da 'nova política' de 2018 e o que aconteceu com eles.** Folha de S.Paulo, São Paulo, outubro 2018. Disponível em: <https://aovivo.folha.uol.com.br/2018/10/04/5535-2-aovivo.shtml#post382254>. Acesso em: 15 junho 2024.

FOLHA DE S.PAULO. **Datafolha: Lula alarga liderança entre católicos, e Bolsonaro, entre evangélicos.** Folha de S.Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-lula-alarga-lideranca-entre-catolicos-e-bolsonaro-entre-evangelicos.shtml/>. Acesso em: 11 junho 2024.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA; SURUAGY, Bruna. **pragmatismopolitico.com.** Pragmatismo Político, 2016. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/01/a-historia-do-surgimento-e-da-ascensao-da-bancada-evangelica-na-politica.html/>. Acesso em: 15 junho 2024.

GALLAS, B. **Bolsonaro é ovacionado em evento evangélico em Camboriú.** Upiara, 2024. Disponível em: <https://upiara.net/bolsonaro-e-ovaciona-em-evento-evangelico-em-camboriu/>. Acesso em: 18 junho 2024.

HUMANITAS UNISINOS (IHU). **Instituto Humanitas Unisinos - IHU.** Instituto Humanitas Unisinos - IHU, 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 11 novembro 2023.

PODER360. **Saiba quem comanda e quem integra a bancada evangélica no congresso.** Poder360, 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/congresso/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/>. Acesso em: 15 junho 2024.

THE INTERCEPT BRASIL. CAMPOS MELLO, Patrícia; MORENO, Maru. **As vésperas da eleição, Assembleia de Deus usa cartilha de ódio para doutrinar fiéis contra Lula, feministas e LGBTs.** The Intercept Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/09/20/as-vesperas-da-eleicao-assembleia-de-deus-usa-cartilha-de-odio-para-doutrinar-fieis-contr-lula-feministas-e-lgbts/>. Acesso em: 16 junho 2024.

Artigos

CAMURÇA, M. A. **Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro.** Revista NUPEM, Campo Mourão, 12, jan./abr. 2020, p. 82-104.

HUMANITAS UNISINOS (IHU). **Instituto Humanitas Unisinos - IHU.** Instituto Humanitas Unisinos - IHU, 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PODER360. **Saiba quem comanda e quem integra a bancada evangélica no congresso.** Poder360, 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/congresso/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/>. Acesso em: 15 junho 2024.

Livros

ALENCAR, G. F. D. **Protestantismo Tupiniquim: Hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira.** 2. ed. São Paulo: Arte Editorial, 2005.

ALMEIDA, A. D. **História das Assembleias de Deus no Brasil.** Rio de Janeiro: CPAD, 1982.

ALVES, M. H. **O novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo: Vozes, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, U. **Sociedade de Risco: Rumo a uma Nova Modernidade.** São Paulo: Editora 34, 2010.

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **The Normal Chaos of Love.** [S.l.]: Polity Press, 1995.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna.** Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BURITY, J. **Pentecostalismo e secularização no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, L. S. **Pentecostais e política no Brasil.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERNANDES, B. **Pentecostalismo e direitos civis no Brasil.** Curitiba: Juruá, 2011.

FRESTON, P. **Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment**. Campinas: Unicamp, 1993.

FRESTON, P. **Evangélicos na Política Brasileira: História Ambígua e Desafio Ético**. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

FRESTON, P. **Evangélicos na Política Brasileira: História Ambígua e Desafio Ético**. Viçosa: Ultimato, 2006.

GONÇALVES, P. **Democracia e pluralismo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOCHSCHILD, A. R. **The Time Bind: When Work Becomes Home and Home Becomes**. New York: Metropolitan Books, 1997.

MACHADO, M. D. D. C. **Política e Religião: A Participação dos Evangélicos nas Eleições**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MACHADO, M. D. D. C.; CUNHA, C. V. D.; LOPES, P. V. L. **Política e Religião: A Participação dos Evangélicos nas Eleições**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARIANO, R. **Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MARIANO, R. **Pentecostalismo e transformação social**. São Paulo: Paulus, 2005.

RITZER, G. **The McDonaldization Thesis: Explorations and Extensions**. Londres: SAGE Publications, 1998.

SANTOS, I. D. **Raízes da nossa fé: A história das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus em Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná**. Blumenau: Letra Viva, 1996.

SEDGWICK, M. **Contra o mundo moderno: o tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX**. Tradução de Diogo Rosas G. Belo Horizonte: Veneza: Âyiné, 2020.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter: Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, E. M. D. **Estratégias pentecostais na política brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

SILVA, J. **“Na guerra contra o mal Em marcha triunfal”: As Assembleias de Deus e a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.

TAYLOR, C. **A Secular Age.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007.

TAYLOR, F. W. **The Principles of Scientific Management.** Nova York: Harper & Brothers, 1911.

TEITELBAUM, B. R. **Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista.** Tradução de Cynthia Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P. V. L. **Política e Religião: A Participação dos Evangélicos nas Eleições.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

WEBER, M. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CIADSCP – CONVENÇÃO DAS IGREJAS EVANGELICAS ASSEMBLEIAS DE DEUS RELATÓRIO
DA COMISSÃO PRÓ-POLÍTICA/SC -DIVISÃO DO ESTADO POR REGIÃO SC-SOPR

1ª Região - Litoral Sul

CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Braço do Norte	PROGRESSISTA	Vanio de Oliveira	vereador	629
Capivari de Baixo	PP	Pedro M. Camilo	Vereador	302
	PSDB	Edcarla Izidoro	Vereadora	291
	PSL	Wanei Fernande Joaquim	Vereador	418
Garopaba	PP	Jairo da Mecânica	Vereador	604
Imaruí	MDB	Gilead Torquato	Vereador	182
Jaguaruna	PP	Rogemar Pereira de Souza	Vereador	426
	REPUBLICANOS	Aline V Bitencourt	Vereadora	195

2ª Região – Litoral Centro

CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Balneário. Camboriú	PL	Asinil Medeiros	Vereador	1.189
Bombinhas	UNIÃO BRASIL	Leandro Garcia	Vereador	450
Camboriú	PL	Emerson Umberlino	Vereador	527
	MDB	Josué Pereira	Vereador	1.064
Canelinha	MDB	Honorato Cardoso	Vereador	335 continua

2ª Região – Litoral Centro				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Porto Belo	PL	Altino Torquato Jr.	Vereador	359
	PL	Ailto Neckel	Vice-Prefeito	⁶⁴ 77,5% dos votos válidos
São José	REPUBLICANO	Adair Tessari	Vereador	2.184
3ª Região – Vale do Itajaí				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Ascurra	MDB	Marcio da Costa	Vereado	186
Benedito Novo	MDB	Amelino Eleodoro	Vereador	401
	PSD	Silmara F. da Silva Miguel	Vice -presidente Da câmara de vereadores	1.961
Blumenau	PODEMO	Mario Hildebrando	Prefeito	⁶⁵ 72,1% dos votos válidos
	SOLIDARIEDADE	Jovino Cardoso	Vereador	2.656
	DEMOCRATA	Marcos da Rosa	Vereador	2.980
Brusque	DEMOCRATA	Joeimar dos Santos Lima	Vereador	1.099
Dr. Pedrinho	MDB	Geleade Gadiél Wollert	Vereador	183 continua

⁶⁴ FONTE: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/06/05/interna_politica,1371370/tres-cidades-brasileiras-elegem-novos-prefeitos-para-mandatos-tampao.shtml

⁶⁵ FONTE: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/mario-hildebrandt-eleito-prefeito-blumenau-eleicoes-2020>

3ª Região – Vale do Itajaí				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Gaspar	PROGRESSISTA	Cleverson Ferreira dos Santos	Vereador	783
	MDB	Kleber Wan Dall	Prefeito	⁶⁶ 65,6% dos votos válidos
Ilhota	MDB	Joninha Jacó Tilico	Vereador	167
	PROGRESSISTA	Vanderlei José Costa	Vereador	411
Timbó	PP	Guilherme Tutti	Vice-prefeito	14.032
4ª Região – Litoral Norte				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Balneário. Piçarras	PSDB	Adriana Ana Fortunato Linhares	Vereadora	536
Itapoa	PL	Marlon Neuber	Prefeito	4.681
Garuva	MDB	Daniel de Olivério	Vereador	335
	MDB	Carlos L Filho	Vereador	264
Joinville	MDB	Adilson Girardi	Vereador	3.838
5ª Região – Planalto Serrano				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Anita Garibalde	PT	Claudio Pereira	Vereador	267
Bocaina do Sul	MDB	Reinaldo Basquete	Vereador	170
Lages	PSL	Gabriel Córdova	Vereador	1.318
				continua
5ª Região – Planalto Serrano				

⁶⁶ FONTE: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/16/kleber-wan-dall-do-mdb-e-eleito-prefeito-de-gaspar.ghtml>

CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Otacílio Costa	PSD	Luiz Barbosa	Vereador	426
Ponte Alta	PT	Daniel A S Souza	Vereador	125
Santa Cecília	MDB	Alessandra Aparecida Garcia	Prefeita	⁶⁷ 60,1% dos votos válidos
	MDB	Nivaldo Machado	Vereador	207
São Cristóvam do Sul	MDB	Júlia Reche	Vereadora	154
Painél	MDB	Piti – Vivaldino de Oliveira	Vereador	108
6ª Região – Planalto Norte				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
General Carneiro	PSL	Antônio Joarilso L Rodrigues	Vereador	304
Mafra	PODEMOS	Dirlene Ditrich Pinto	Vereador	449
Monte Castelo	PP	Joelcio Bruno Boaventura	Vereador	206
Paulo Frontim	PATRIOTA	Crispim Viana de Moura	Vereador	112
União da Vitória	DEM	Valdecir José Ratko	Vereador	448
7ª Região – Oeste				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Coronel Freitas	MDB	Edilvo L Bagio	Vereador	479
				continua

⁶⁷ FONTE: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/15/alessandra-do-mdb-e-eleita-prefeita-de-santa-cecilia.ghtml>

7ª Região – Oeste				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Cunha Porã	MDB	Leocir D Borscheider	Vereador	560
Palmitos	MDB	Rodemar Leocir Kussler	Vereador	501
8ª Região – Sudoeste				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Salto da Lontra	MDB	Paulo (Pavão)	Vereador	329
Realeza	REPUBLICANO	Ozéia de Oliveira	Vereador	395
Nova Esperança do Sudoeste	PODEMOS	Ezequiel do Nascimento	Vereador	158
9ª Região – Vale do Rio do Peixe				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Erval Velho	PSL	Hilário Pires	Vice-Prefeito	⁶⁸ 52,2% dos votos válidos
	MDB	Juliano Oliveira	Vereador	134
Ouro	PSDB	Igor Poyer	Vereadora	164
Vargem Bonita	MDB	Rogério Barp	Vice-Prefeito	⁶⁹ 53,7% dos votos válidos

⁶⁸ FONTE: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/erval-velho.ghtml>

⁶⁹ FONTE: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/vargem-bonita-sc.ghtml>

10ª Região – Extremo Sul				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Araranguá	PSD	Pedro Paulo de Souza	Vereador	1.365
Arroio do Silva	PDT	Gleyee Enfermeira	Vereador	327
Balneário Gaivota	PP	Paulo Roberto da Silva	Vereador	267
Balneário Rincão	AVANTE	Airton Ferreira	Vereador	549
Criciúma	AVANTE	Obadias Benones	Vereador	999
Ermo	MDB	Daniel Borges	Vereador	119
Jacinto Machado	MDB	Enison José Reco	Vereador	804
Lauro Muller	PSD	Lindomar Cutâneo	Vereador	388
	MDB	Geleioni Helena A Velho	Vereador	350
Morro da Fumaça	PSDB	Jorgia Gulielmi	Vereador	496
Passo de Torre	PSDB	Riciere Martins Mengue	Vereador	165
Santa Rosa do Sul	PSDB	Osmael Bereta	Vereador	310
Urussanga	PSDB	Fabiano Murialdo de Bona	Vereador	378
11ª Região – Sudoeste do Paraná				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Itapejara do Oeste	PATRIOTA	Marcio Eliel Santos	Vice-Prefeito	3602
Palmas	MDB	José Rosa	Vereador	498
	MDB	Nilson Butmer	Vereador	697
São João	PSC	Jocimar Pereira de Souza	Vereador	642

				continua
11ª Região – Sudoeste do Paraná				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Saudades Iguaçu	PSD	Henrique dos Santos	Vereador	247
14ª Região - Extremo Oeste				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Barra Bonita	MDB	Fio	Vereador	66
Paraíso	MDB	Valmir Vichinieski	vereador	149
Romelândia	MDB	Jairo Gonsalves de Azevedo	Vereador	135
	PSDB	Esmael Barpp	Vereador	226
São José do Cedro	PSL	Henio Carossi	Vereador	309
São Miguel do Oeste	PSD	Elias de Araujo	Vereador	462
15ª Região - Meio Oeste				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Faxinal dos Guedes	PSD	Silvio R da Silva	Vereador	277
Passos Maia	PSD	Marcos F da Rosa	Vereador	114
Ponte Serrada	PSC	Robson A Cunha	Vereador	236
16ª Região - Extremo Oeste				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Bela Vista Caroba	PSC	Osvaldo Azeredo	Vereador	170
	PROGRESSISTA	José Rodrigues	Vereador	81
Capanema	PDT	Edson Wilsen	Vereador	551

				continua
16ª Região - Extremo Oeste				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Pranchita	PP	Daniel Souza Luz	Vereador	217
Santo Antonio do Sudoeste	PL	Vanderlei Novak	Vereador	569
Planalto	PP	Fabio Leonor	Vereador	254
Salgado Filho	PL	Doelio da Rosa	Vereador	127
17ª Região - Noroeste				
CIDADE	PARTIDO	NOME	CARGO	VOTOS
Galvão	PL	Dulcimar Pontes	Vereador	101
	PL	Lauri Maroski	Vereador	136
Iratí	MDB	José Chagas	Vereador	108
Quilombo	PODEMOS	Leila Dione Schaeffer	Veradora	259
Saltinho	PP	Valter Correia	Vereador	103
Santiago do Sul	MDB	Claudinei Pereira	Vereador	103
	PSDB	Jaime Pereira	Vice-prefeito	⁷⁰ 51,8% dos votos válidos
São Lourenço do Oeste	PP	José Decon	Vereador	160
Sul Brasil	PP	Moacir Gotz	Vice-prefeito	⁷¹ 50,5% dos votos válidos

⁷⁰ FONTE: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/santiago-do-sul.ghtml>

⁷¹ FONTE: <https://especiaisg1.globo/politica/eleicoes/2020/mapas/apuracao-no-brasil/>

